

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO
SOCIAL**

FABRÍCIA GOMES DE LUCENA

**RECURSOS HÍDRICOS NO TERRITÓRIO:
Os Conflitos Socioambientais por Acesso à Água no
Município de São José do Egito, Sertão do Pajeú-PE**

Recife,
2015.

FABRIÍCIA GOMES DE LUCENA

**RECURSOS HÍDRICOS NO TERRITÓRIO:
Os Conflitos Socioambientais por Acesso à Água no
Município de São José do Egito, Sertão do Pajeú-PE**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Área de Concentração: Serviço Social, Movimentos Sociais e Direitos Sociais.

Orientadora: Prof^a. Dra^a. Vitória Régia Fernandes Gehlen.

Recife,
2015.

Catalogação *na Fonte*
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

L935r	Lucena, Fabriícia Gomes de Recursos hídricos no território: os conflitos socioambientais por acesso à água no Município de São José do Egito, Sertão do Pajeú-PE / Fabriícia Gomes de Lucena. - Recife: O Autor, 2015. 97 folhas : il. 30 cm. Orientadora: Prof^a. Dra. Vitória Régia Fernandes Gehlen Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2014. Inclui referências e apêndices. 1. Recursos hídricos – Desenvolvimento. 2. Agricultura familiar. 3. Agricultura – Aspectos ambientais. I. Gehlen, Vitória Régia Fernandes. II. Título. 361.1 CDD (22.ed.) UFPE (CSA 2015 – 057)
-------	--

FABRIÍCIA GOMES DE LUCENA

**RECURSOS HÍDRICOS NO TERRITÓRIO:
Os Conflitos Socioambientais por Acesso à Água no
Município de São José do Egito, Sertão do Pajeú-PE**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Aprovada em: 27 /04 /2015

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra^a. Vitória Régia Fernandes Gehlen (Orientadora)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dra^a Monica Rodrigues Costa (Examinadora Interna)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof^o. Dr. Ivan Vieira de Melo (Examinador Externo)

Universidade Federal de Pernambuco

*Aos sertanejos do Pajeú pernambucano por toda a luta cotidiana na terra, na
esperança por dias melhores, em especial à Aparecido e Raimunda, sua fé e amor
estiveram presente em cada etapa desta minha trajetória.*

Dedico.

AGRADECIMENTOS

Aos agricultores e agricultoras rurais dos sítios de São José de Egito, por gentilmente me acolheram em seus espaços e tanto contribuírem no entendimento de suas realidades, e porque não dizer, da minha própria realidade? Obrigada!

Aos representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do município e à COPASA pelo espaço concedido e por todo o diálogo acerca do estudo deste território.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão da bolsa de Mestrado, que viabilizou as condições para o estudo.

À professora Dr. Vitória Gehlen por toda a contribuição teórico-metodológica, mais do que orientações, nosso diálogo me desafiou permanentemente na busca pelo estudo.

Às contribuições dos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

Ao professor Denis Bernardes (em memória) por ter me guiado desde o começo da vida acadêmica no caminho acerca do estudo pelos recursos hídricos e por todos os outros ensinamentos.

Aos colegas de Mestrado, em especial à Silvana e Milena, minhas flores do litoral e da Bahia por toda a força e toda a troca na busca pelo aprendizado!

Aos demais colegas estudantes de Pós-Graduação, em especial à Magaly, pelo diálogo e pelas trocas de experiências de pesquisa.

Aos verdadeiros amigos da vida cotidiana, pelas alegrias partilhadas.

Ao companheiro, amante e amado Anderson, por tornar mais leves os momentos mais difíceis.

Aos meus pais Aparecido e Raimunda por todo o amor dedicado, mesmo com a distância geográfica.

Aos meus irmãos, Daniel, Samuel e Rafael, orgulhos de minha vida.

Ao meu avô Zezé Cabaceira (em memória) e à minha avó Maria Cabaceira, agricultores rurais, por tantos ensinamentos sobre a vida.

Aos amigos da Sahaja Yoga por toda a troca de boas vibrações.

À energia suprema e primordial que existe em cada um de nós! Namastê!

Chuva de Honestidade¹

Flávio Leandro

*Quando o ronco feroz do carro pipa, cobre a força do aboio do vaqueiro
Quando o gado berrando no terreiro, se despede da vida do peão
Quando verde eu procuro pelo chão, não encontro mais nem mandacaru
Dá tristeza ter que viver no sul, pra morrer de saudades do sertão.*

*Eu sei que a chuva é pouca e que o chão é quente,
Mas, tem mão boba enganando a gente, secando o verde da irrigação
Não! Eu não quero enchentes de caridade, só quero chuva de honestidade
Molhando as terras do meu sertão.*

*Eu pensei que tivesse resolvida, essa forma de vida tão medonha
Mas, ainda me matam de vergonha, os currais, coronéis e suas cercas
Eu pensei nunca mais sofrer da seca, no nordeste do século vinte e um
Onde até o voo troncho de um anum, fez progressos e teve evolução.*

*Israel é mais seco que o nordeste, no entanto se veste de fartura
Dando força total a agricultura, faz brotar folha verde no deserto
Dá pra ver que o desmando aqui é certo, sobra voto, mas, falta competência
Pra tirar das cacimbas da ciência, água doce que serve a plantação.*

¹Composição: Flávio Leandro. Disponível em: <http://letras.mus.br/flavio-leandro/chuva-de-honestidade/>, acesso em: Abril, 2015. Enviada por: Flávio.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a existência dos conflitos socioambientais por acesso à água relacionados ao desenvolvimento da agricultura familiar e à produção da avicultura no município de São José do Egito, no sertão do Pajeú pernambucano. Para tanto, adotou-se a perspectiva da teoria crítica imprimindo ao trabalho características próprias na tentativa de superar os reducionismos das concepções empíricas e idealistas ao captar as contradições presentes nas relações acerca dos conflitos existentes por água no território e entendendo que o espaço é tido como um processo histórico. Para a concretização do estudo, além do levantamento bibliográfico e documental foram realizadas pesquisas de campo, através de entrevistas que tiveram como finalidade identificar os sujeitos sociais, as características da produção agrícola e renda familiar, as formas de acesso à água, bem como os conflitos por acesso água. O resultado demonstra a eclosão de conflitos por acesso à água entre os grupos sociais das áreas rurais, denunciando questões estruturais da problemática da água. Conclui-se que o desenvolvimento da pequena agricultura vem vivenciando novas dinâmicas diante dos processos de apropriação desigual das disponibilidades hídricas.

Palavras-chave: Território. Recursos Hídricos. Agricultura Familiar. Conflitos socioambientais.

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo analizar la existencia de conflictos ambientales para el acceso al agua en relación con el desarrollo de la agricultura familiar y la producción avícola en São José de Egípto, en Pajeú Pernambucano. Por lo tanto, adoptamos la perspectiva de la teoría crítica con finalidad de imprimir las características del trabajo en un intento de superar el reduccionismo de los conceptos empíricos e idealistas de captar las contradicciones presentes en las relaciones acerca de los conflictos por el agua en el territorio y comprendiendo que el espacio es tomado como un proceso histórico. Al llevar a cabo el estudio, además de encuestas bibliográficas y documentales se llevaron a cabo la investigación de campo a través de entrevistas que tuvo como objetivo identificar con los sujetos sociales, su proceso de identidad con el territorio, las características de la producción agrícola y la organización financiera de las familias, formas de acceso al agua, y los conflictos que existen. La conclusión a demostrado la eclosión de conflictos por agua adentro los grupos sociales de espacio rural, denunciando cuestiones estructurales de agua. De ello se desprende que el desarrollo de la agricultura de subsistencia ha experimentado nuevas dinámicas ante los procesos de apropiación desigual sobre la disponibilidad de agua.

Palabras clave: Territorio. Los recursos hídricos. La agricultura familiar. Conflictos socioambientales.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01- Localização das Comunidades Rurais <i>Lócus</i> da pesquisa.....	18
Figura 02 - Estrutura da Entrevista Aplicada na Pesquisa.....	19
Quadro 01- Número de Entrevistados e Localidades.....	22
Quadro 02 - Escolaridade dos Entrevistados.....	22
Quadro 03 - Faixa etária dos Entrevistados.....	23
Figura 03 - Localização de São José do Egito – PE.....	65
Gráfico 01 - Complemento da Renda Familiar.....	72
Figura 04 - Disponibilidades hídricas do rural de São José de Egito.....	74
Quadro 04 - Identificação dos Conflitos Socioambientais.....	78
Gráfico 02- Distributividade de água nas áreas rurais.....	75

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADAGRO - Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária

ASA - Articulação do Semiárido

CNRH - Conselho Nacional de Recursos Hídricos

DNOCS - Departamento Nacional de Obras contra as Secas

GIRH - Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPA - Instituto Agrônomo de Pernambuco

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MME - Ministério de Minas e Energia

ONGs - Organizações Não Governamentais

P1MC - Programa 1 Milhão de Cisternas

PBF - Programa Bolsa Família

PIB - Produto Interno Bruto

PNRH - Política Nacional de Recursos Hídricos

PTC - Programa Territórios da Cidadania

PTDRSSP - Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sertão do Pajeú

SAMA - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

STRSJE - Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município

SISNAMA - Sistema Nacional de Meio Ambiente

SIT - Sistema de Informações Territoriais

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Considerações Metodológicas.....	16
1.2 O Percorso do Estudo.....	17
1.3 Os Instrumentos da Pesquisa.....	18
1.4 O perfil dos Agricultores e Agricultoras Entrevistado (a)s.....	21
2 ESPAÇO E TERRITÓRIO: FUNDAMENTOS TEÓRICOS.....	23
2.1. A Dimensão Conceitual de Espaço.....	23
2.2 A Dimensão Conceitual de Território.....	28
2.3 A Territorialidade Humana: Processos e Contradições.....	31
3 FUNDAMENTAÇÕES DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS.....	39
3.1 A relação Homem- Natureza e a Questão Socioambiental.....	39
3.2 O Conceito de Conflitos Socioambientais.....	46
3.3 Desafios e Contradições na Gestão dos Recursos Hídricos.....	49
4 A REALIDADE HÍDRICA NO RURAL DE SÃO JOSÉ DO EGITO-PE.....	56
4.1 A Territorialização do Semiárido Nordeste.....	56
4.2 A contextualização do Território.....	63
4.3 Os sentidos de Identidade com o Mundo Rural.....	66
4.4 Caracterização da Produção Agrícola e Renda Familiar	70
4.5 Disponibilidade e a Distributividade de Água.....	73
4.6 Identificação e Caracterização dos Conflitos Socioambientais por Água.....	76
5 CONCLUSÃO.....	86
REFERÊNCIAS.....	89
APÊNDICES.....	97

1 INTRODUÇÃO

O estabelecimento da divisão de classes no sistema capitalista e a mudança de finalidade da produção que passa não mais a ser a de subsistência, mas a de lucro ocasiona a submissão do homem ao processo de trabalho e do uso da terra às leis do mercado e do lucro capitalista.

É dessa organização política e econômica realizada dentro da lógica capitalista que o processo de globalização atual estabelece a racionalidade econômica caracterizada pelo desajuste entre as formas e ritmos de extração, exploração e transformação dos recursos naturais e das condições ecológicas, assim como transformação nas relações sociais.

Diante das atitudes e da posição do homem sobre os recursos ambientais emergem os conflitos, entre eles em relação à utilização da Natureza. Sendo, por isso, os conflitos ambientais uma forma de dominação, mas também como uma forma de resistência ao processo de exploração em que ocorre o embate entre grupos sociais com interesse distintos em relação ao uso dos recursos naturais. Neste sentido, a valorização das diferentes formas de viver, de produzir e de consumir, remete a análise dos conceitos de espaço, território, territorialização e questão socioambiental.

No espaço é onde acontece o processo de conversão do uso da terra que se insere na trama das relações através de novas apropriações do território que usurpam o lugar das apropriações tradicionais imbuídas pelo valor de uso. Essa conversão do uso dos recursos naturais tem rebatimentos distintos nas condições de existência e trabalho das classes trabalhadoras acarretando nos conflitos socioambientais (GEHLEN, et al, 2011). Daí as dinâmicas e contradições nas territorialidades humanas e do capital.

O território é o lugar das transformações na sociabilidade (PRADO JÚNIOR, 1987). Nele se estabelecem relações de poder onde os domínios de espaços na política envolvem as religiões e os governos. Para Andrade (1995), a questão do território está ligada à ideia de domínio ou de gestão de uma área que envolve as relações de poder, em que o Estado tem papel importante no processo de territorialização.

A agricultura no Brasil vem demonstrando a construção geográfica dos diferenciados espaços. Ao mesmo tempo em que a agricultura familiar tradicional tenta

se reproduzir em leitos territórios da Rede Concentrada (SANTOS, 2001), desenvolve-se a agricultura moderna de ponta, cuja finalidade é colocar o país como um dos maiores exportadores de grãos e como grande produtor do agronegócio. Para Santos (2009) o desenvolvimento da agricultura moderna no território brasileiro, se dá a partir dos interesses das empresas transnacionais, onde o investimento tecnológico faz parte do processo de produção, sendo tudo isto permeado pelo processo de globalização. Neste caso, o que se desenvolve é agricultura de ponta voltada para o agronegócio e o desenvolvimento desta atividade se dá a partir do momento em que há interesses do grande capital para investimento nos lugares.

Os recursos hídricos são fundamentais na produtividade agrícola, e especialmente na agricultura familiar, a ausência de água compromete e limita a agricultura em diversas regiões do mundo (POSTEL, 1996, apud VILLAR, 2012). Neste sentido, fazem-se necessárias algumas incursões acerca da discussão relativa à água, cuja terminologia está relacionada ao elemento natural, recurso da natureza, e aos recursos hídricos, passíveis de comercialização (CANELÓN PEREZ, 2004, apud SILVEIRA, 2009).

Muitos autores afirmam que se vive uma crise hídrica em níveis globais em que a apropriação do recurso água pelo grande capital se dá de forma devastadora aumentando as desigualdades na distributividade (VILLAR, 2012). Sendo a água é um elemento primordial para a vida, na contemporaneidade, ela torna-se assunto de grande preocupação e debate a respeito do acesso aos recursos hídricos para toda a população mundial. No início deste século, onde algumas regiões do planeta enfrentam severos problemas com a falta d'água, muitos autores afirmam que o problema não está relacionado à sua escassez, mas à disponibilidade dos recursos hídricos (CAMDESSUS et al. 2005).

A abordagem de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos (GIRH) apresenta-se como um elemento relativamente novo quanto à discussão dos recursos hídricos, surgiu após a Rio 92, e baseia-se no princípio de que para se fazer eficaz na gestão de recursos hídricos deve ocorrer o gerenciamento integrado da água e território, combinando a gestão da água com os usos do solo e o planejamento deste, sobretudo, através das bacias hidrográficas. A gestão dos recursos hídricos, parte, sobretudo, do interesse das políticas locais, ou seja, das ações dos estados nos diferenciados territórios.

No sertão do Pajéu pernambucano a problemática da seca é fato naturalizado diante dos processos de formação sócio-histórica da região semiárida. A produção do espaço no semiárido nordestino, sempre esteve delegada a um segundo plano quanto às produções dos litorais. Diante dos processos de estiagens prolongadas, criou-se o ‘fenômeno da seca’ por parte dos dirigentes políticos oriundos das oligarquias rurais, cujo resultado foi o estabelecimento das relações de poder (ANDRADE, 2004). Este processo, ao longo do tempo, aprofundou as desigualdades sociais nos territórios rurais desta região.

Na atualidade, a dinâmica das temporalidades e espacialidades na produção local vem colocando em evidência os conflitos rurais por acesso, distributividade e disponibilidade de água nos territórios do sertão do Pajeú. As consequências deste movimento atingem diretamente aqueles que mais precisam de água para suas reproduções, os pequenos agricultores familiares rurais.

Desse modo, o presente estudo se constitui em dissertação do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE, tendo sido realizado com o apoio de bolsa CNPq. O trabalho procurou investigar a questão: Como se configuram os conflitos socioambientais por acesso à água no rural de São José do Egito-PE e mais, quais as consequências destes conflitos para as atividades econômicas nas áreas rurais deste município?

A análise de Andrade (2004) ao tratar do processo de formação do território associado à ideia de poder e ao trazer a discussão do controle sobre os recursos naturais no território corrobora com os estudos relacionados aos conflitos socioambientais. Estes são entendidos neste trabalho com base na teoria crítica e a partir da discussão interdisciplinar. O estabelecimento dos conflitos socioambientais é compreendido a partir do controle material dos recursos naturais e envolve grupos sociais com modos diferenciados de apropriação e significação do território (ACSERLALD, 2004).

O objetivo geral deste trabalho gira em torno da análise dos conflitos socioambientais por acesso à água nas áreas rurais de São José do Egito. Os objetivos específicos procuraram identificar os processos de identidade com o território entre os sujeitos sociais diretos da pesquisa, bem como se procurou mapear a disponibilidade dos recursos hídricos e a distributividade do recurso natural água nas áreas rurais. Também como objetivo específico buscou-se identificar e caracterizar os conflitos por acesso à água nos ‘sítios’ do município.

O trabalho é composto por cinco capítulos, assim organizados: o primeiro capítulo apresenta o tema e explica o processo metodológico indicando como foram desenvolvidas as estratégias para a realização da pesquisa. No segundo capítulo aborda-se a fundamentação teórica subdividida em três partes abrangendo espaço, território e territorialidade humana. No terceiro capítulo são abordadas as fundamentações dos conflitos socioambientais também em três partes que abrangem a questão socioambiental, conceitualização dos conflitos socioambientais e desafios e contradições na gestão dos recursos hídricos. No quarto capítulo examinam-se as características do município de São José do Egito e são feitas as análises dos dados trazendo os resultados obtidos a partir da pesquisa realizada. No quinto capítulo são feitas as considerações gerais na conclusão do trabalho.

1.1 Considerações Metodológicas

O presente estudo orientou-se pela perspectiva da teoria crítica como fio condutor da realidade. Esta perspectiva fundamenta o trabalho em pesquisa qualitativa imprimindo-lhe algumas características próprias e baseia-se na tentativa de superar os reducionismos das concepções empiristas e idealistas.

Para tanto, a proposta deste trabalho buscou compreender quais os embates e as percepções acerca da realidade dos conflitos por acesso à água no rural do sertão do Pajeú pernambucano. Foram obtidos dados com os representantes da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, da cooperativa de avicultores e Suinocultores do Alto Pajeú - COPASA e com os agricultores e agriculturas familiares, considerados como sujeitos sociais da pesquisa.

O estudo tem como abordagem metodológica a Avaliação por Triangulação de Métodos que contempla a interdisciplinaridade no estudo do objeto de pesquisa. Segundo Minayo (2005, p. 29),

Pode-se compreender *avaliação por triangulação de métodos* como expressão de uma dinâmica de investigação e de trabalho que integra a análise das estruturas, dos processos e dos resultados, a compreensão das relações envolvidas na implementação das ações e a visão que os atores diferenciados constroem sobre todo o projeto: seu desenvolvimento, as relações hierárquicas e técnicas, fazendo dele um constructo (Schutz, 1982) específico.

De acordo com a autora este tipo de metodologia conjuga as abordagens quantitativas e qualitativas, e de forma relevante, a análise do contexto, da história, das relações e a das participações. Em lugar de apoiar num marco referencial disciplinar, a presente proposta amplia o espectro de contribuições teórico-metodológicas, de forma a perceber movimentos, estruturas, ação dos sujeitos, indicadores e relações entre micro e macro realidades (MINAYO, 2005, p.29).

Deste modo, o estudo busca analisar as dimensões dos conflitos socioambientais por acesso à água, fundamentados na teoria crítica, respeitando a discussão interdisciplinar na tentativa de compreender as dinâmicas das relações sociais, econômicas, culturais e ambientais que se apresentam naquele espaço ao apreender que “a relação social, por mais parcial ou menor que pareça, contém partes das relações que são globais” Santos (1988, n.p). É só através dessa relação que não nos enganamos

diante das coisas que têm a mesma aparência. Cada pessoa, cada objeto, cada relação é um produto histórico (SANTOS, 1988).

1.2 O Percurso do Estudo

O universo da pesquisa ocorreu no município de São José do Egito, no Sertão do Pajeú pernambucano, onde foi analisada a problemática dos conflitos pelo acesso à água nas áreas rurais. A sistematização do estudo ocorreu da seguinte forma: primeiramente através da pesquisa bibliográfica (livros, artigos, dissertações, relatórios referentes ao objeto de estudo), e do levantamento da documentação, no tocante à observação dos documentos de domínio público produzidos, relacionados ao tema. Em concomitância relacionou-se as observações destes documentos, que foram contributivos para a reflexão acerca dos pressupostos e diretrizes da Política Nacional de Recursos Hídricos - PNRH (1997) e da crise global de água, assim como para a compreensão da formação sócio-histórica do território. No segundo momento realizou-se a catalogação do material para que os dados contidos fossem fichados.

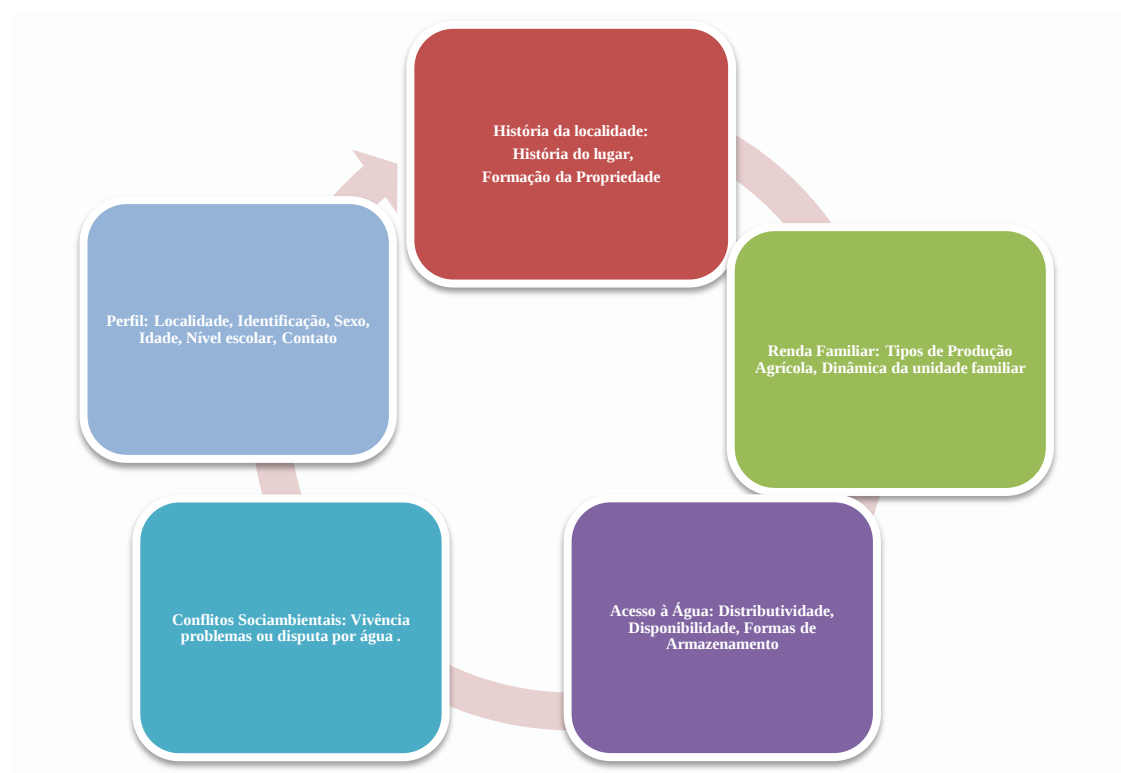
No terceiro momento foram realizadas as pesquisas de campo: na primeira visita ocorreu uma aproximação com os órgãos representantes, como Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município e Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente e COPASA. O objetivo inicial se destinou a formar a rede de contatos, mapear a disponibilidade hídrica do município em relação às áreas rurais e identificar as comunidades rurais em que prevaleciam os maiores focos de disputa por água, assim como acessar os dados disponíveis quanto ao quantitativo da produção de avicultura. Deste modo, foram apontados os sítios² do Retiro e Barro Branco entre outras comunidades rurais próximas a estas com histórico de disputa por água, pois se trata de comunidades vizinhas aos maiores açudes públicos e às granjas de produção da avicultura.

² Denominação dada aos agrupamentos de comunidades rurais pelos habitantes rurais e urbanos.

teórico da problemática em estudo. Em concomitância a este levantamento foram realizadas as visitas de campo e a produção das entrevistas.

A aplicação do roteiro da entrevista semi-estruturada (figura 02) com os agricultores e agricultoras rurais foi um instrumento fundamental no qual se objetivou recolher informações que se distribuíram em cinco grandes eixos, tais como: 1. O perfil dos entrevistados. 2. Os sentidos de identidade com o mundo rural. 3. Produção agrícola e renda familiar. 4. A disponibilidade e a distributividade de água. 5. A caracterização dos conflitos por acesso à água. Os dados quantitativos e qualitativos deste último eixo foram imprescindíveis para responder aos objetivos geral e específicos da pesquisa:

Figura 02: Estrutura da entrevista aplicada na pesquisa.



Fonte: Roteiro de Entrevista (LUCENA, 2015). Elaboração própria.

De acordo com Trivinos (1987), a entrevista semi-estruturada parte de alguns questionamentos básicos, apoiados em teorias que interessam ao pesquisador. Na pesquisa qualitativa da teoria crítica ela é marcada pela dimensão do social não se reduzindo a uma troca de perguntas e respostas previamente preparadas, mas é concebida como uma produção de linguagem, portanto, dialógica. Para Freitas (2002) “os sentidos são criados na interlocução e dependem da situação experienciada, dos horizontes espaciais ocupados pelo pesquisador e pelo entrevistado”... “Na entrevista é

o sujeito que se expressa, mas sua voz carrega o tom de outras vozes, refletindo a realidade de seu grupo, gênero, etnia, classe, momento histórico e social” (p.29).

À luz da teoria crítica construída na tentativa de superar as imediatezidades dos fatos e com os dados coletados após a aplicação das entrevistas buscou-se evidenciar os elementos principais que influenciaram no objeto de estudo, os conflitos socioambientais por acesso à água. Tais elementos diziam respeito ao quantitativo de respostas dos entrevistados em relação à existência dos conflitos por água, assim como o mapeamento das disponibilidades hídricas do município e percepção dos entrevistados acerca da problemática da água.

Deste modo, na interpretação dos dados através da triangulação metodológica, buscou-se apontar os dados quantitativos, ou seja, os dados estatísticos sobre as respostas e os dados qualitativos, isto é, as diferentes falas e as participações dos sujeitos sociais envolvidos para a construção das interpretações e posteriormente, para a construção das mediações necessárias à luz da teoria escolhida, valorizando a discussão interdisciplinar acerca dos conflitos socioambientais no território.

No momento da análise de dados e entrecruzamento das informações delimitaram-se as principais relações que configuram a realidade estudada a partir das categorias analíticas sobre o território associado à ideia de poder e de controle, com base em Andrade (2004).

No processo de descrição analítica dos dados coletados foi evidenciada a ausência de participação da gestão municipal nos Comitês de Bacia do território, o que dificulta a possibilidade de transformação da realidade sobre os recursos hídricos e atinge os que mais precisam de água para a sua produção, os agricultores rurais. Com base no problema de pesquisa foram identificados os tipos de conflitos a partir da análise interdisciplinar e sua crítica ao modelo de desenvolvimento econômico atual, com base no conceito adotado por este trabalho, em que os conflitos socioambientais, possuem fundamento na desigualdade de classes. Assim, o conflito socioambiental é um conflito social entre atores sociais concretos envolvendo relações de poder inerentes ao modo de apropriação e uso de elementos da natureza, no qual os sujeitos envolvidos constroem uma dimensão ambiental para suas lutas (ACSELRAD, 2010).

A partir da análise das estruturas sociais existentes historicamente no território (ANDRADE, 1967) apresentam-se nestes resultados, conflitos em relação ao acesso, uso e distributividade de água, tais como: os conflitos de natureza latente em que as partes reconhecem a existência do conflito e sentem que seus objetivos são diferentes,

ou seja, trata-se de conflitos relativos à apropriação desigual do recurso natural água, entre segmentos sociais distintos. Os conflitos instaurados são o que provocam sentimento de descrédito entre uma parte e outra e não se manifestam de forma clara: no caso, trata-se do reconhecimento por parte dos agricultores que situações de conflito por água poderiam ser mediadas a partir de ações da gestão municipal e de outros órgãos competentes. Os conflitos eclodidos se expressam e se manifestam pelo comportamento, interferência ativa ou passiva por pelo menos uma das partes: trata-se de mobilizações feitas pela população local reivindicando o uso igualitário da água existe, ou denunciando formas desiguais de exploração do recurso natural água. Nas falas dos entrevistados também foi verificou-se a percepção acerca da problemática da água no território.

Deste modo foram consideradas para o processo descritivo deste trabalho a conceitualização de espaço e sua dinâmica com base em Santos (1988), o entendimento sobre a importância do território e as contradições acerca da territorialidade humana a partir da percepção de Andrade (2004), entre outros, bem como análise dos conflitos socioambientais a partir das lutas de classes com a concepção de Acserald (2010) e consequentemente a compreensão mais geral da crise hídrica (VILLAR, 2012) e as denominações sobre o mundo rural, de acordo com Wanderley (2009).

Longe de ser um trabalho acabado, esta conceitualização juntamente à análise empírica buscou responder aos objetivos propostos no projeto da pesquisa os quais buscavam de forma geral, analisar os conflitos socioambientais por acesso à água nas áreas rurais do município de São José do Egito-PE.

1.4 O Perfil dos Agricultores e Agricultoras Entrevistado (a)s

Na coleta de dados com os agricultores e agricultoras rurais foram aplicadas 28 entrevistas em habitações das áreas rurais previamente estabelecidas, sendo 08 no Sítio do Retiro, 03 no Sítio Felipe, 01 no Sítio Vista Alegre, 01 no Sítio Jureminha 2, 03 no Sítio Timbaúba, 03 no Sítio Santa Luzia, 06 no Sítio Barro Branco, 03 no Sítio Cachoeirinha 2. A variação de localidades rurais foi devido às habitações de todos os entrevistados existirem nas rotas próximas aos mananciais públicos de água, como o açude Jureminha 2 e a barragem do Retiro. As entrevistadas foram majoritariamente mulheres. A predominância feminina neste caso em específico atribui-se ao período do ano (época de estiagem) e aos horários em que foram aplicadas as entrevistas, durante

todo o dia com intervalo das 12h00minh às 14h00minh. Compreende a importância do trabalho da mulher na unidade familiar de produção e consumo rural (OLIVEIRA, 2001). Entende-se também que, com base na análise da divisão sexual do trabalho a partir da estrutura patriarcal, o trabalho da mulher é destinado prioritariamente à esfera reprodutiva, tornando-se invisível o seu trabalho produtivo (OLIVEIRA, 2001; KERGOAT, 2003). Supõe-se que mesmo a mulher participando do cultivo das plantações no roçado juntamente com aos outros membros da família no período das chuvas, em épocas de estiagem seu papel é designado a um segundo plano no contexto da dinâmica familiar, mesmo realizando trabalho produtivo em sua residência.

Quadro 01: Número de entrevistados e localidades.

Localidade	Feminino	Masculino	Total
Sítio do Retiro	5	3	8
Sítio Felipe	...	3	3
Sítio Vista Alegre	1	...	1
Sítio Jureminha 2	1	...	1
Sítio Timbaúba	2	1,	3
Sítio Santa Luzia	2	1,	3
Sítio Barro Branco	2	4	6
Sítio Cachoeirinha 2	2	1	3
TOTAL			28

Fonte: Entrevistas aplicadas. LUCENA, 2015. Elaboração própria.

Em relação à escolaridade, os entrevistados tinham frequentado em sua maioria, o ensino fundamental (completo ou incompleto). A predominância feminina em relação à escolaridade está relacionada aos dados gerais que apontam para o crescimento da escolaridade entre as mulheres nos últimos anos no Brasil. Com base na análise das relações patriarcais, o homem se torna provedor da estrutura da família (KERGOAT, 2003), sendo seu papel destinado prioritariamente à esfera produtiva (OLIVEIRA, 2001; KERGOAT, 2003). Na realidade estudada verifica-se os homens em sua maioria destinam-se à lida com a terra e com a criação de animais e assim, sucedem seus pais nas áreas rurais, enquanto que as mulheres percebem o investimento em educação como uma oportunidade para a conquista da independência financeira e de melhores condições de vida no futuro ou maiores oportunidades nas zonas urbanas.

Quadro 02: Escolaridade dos entrevistados

Escolaridade	Feminino	Masculino
Nunca frequentou	3	4
Fundamental	10	7
Médio	2	2
Total	28	

Fonte: Entrevistas aplicadas. LUCENA, 2015. Elaboração própria.

Em relação à faixa etária, predomina entre os sexos uma ‘quase’ unanimidade com idades entre 18 e 65. Foi verificado que na maioria das habitações visitadas a unidade familiar é composta em sua maioria por casais heterogêneos. Pressupõe-se que são mantidos os costumes do rural em relação ao enlace matrimonial afim de reprodução das famílias. Na análise das falas dos entrevistados verifica-se forte preocupação com a reprodução das famílias, com o futuro das crianças e com os costumes de casamentos religiosos.

Quadro 03: Faixa etária dos entrevistados.

Faixa Etária	Feminino	Masculino
Abaixo de 18 anos	...	...
Entre 18 e 65 anos	13	12
Acima de 65 anos	2	1
Total	28	

Fonte: Entrevistas aplicadas. LUCENA, 2015. Elaboração própria.

Na identificação do perfil dos agricultores e agricultoras rurais entrevistado (a)s foram percebidos os papéis delegados entre os sexos feminino e masculino no rural nas atividades da dinâmica familiar na roça, na criação de animais e nos trabalhos domésticos. Verificaram-se também as percepções dos sujeitos sociais diante da relação estabelecida com a natureza e do reconhecimento da existência dos conflitos por água.

2 ESPAÇO E TERRITÓRIO: FUNDAMENTOS TEÓRICOS

2.1 A Dimensão Conceitual de Espaço

O que é o espaço? Como pensar no espaço na contemporaneidade em meio ao desenvolvimento do conhecimento técnico científico cada vez mais encolhedor e segregador dos lugares? Em meio às transformações no mundo faz-se necessário uma releitura de conceitos e ainda, uma leitura mais crítica e reflexiva sobre as relações entre os seres humanos com mundo.

Não existe espaço sem nada. É o ser humano, o ser individual e coletivo que o preenche, o transforma, o altera junto às coisas da natureza e às coisas que nela são produzidas. Quando se percebe o que os seres humanos fazem e como eles preenchem o espaço, percebe-se também o quanto é dinâmico e complexo esse processo porque aí são construídos símbolos, identidades, significados, relações, mitos, crenças, emoções, o visível e o invisível.

O modo como o espaço é percebido e construído está relacionado, muito diretamente, a como as pessoas vivenciam e se percebem no espaço. Desse modo, desenvolve-se uma relação de pertencimento acerca do espaço. Assim, a interação, apropriação e conscientização com o espaço criam no ser humano um sentimento de pertencimento ao lugar, sendo que esta identidade é territorialmente situada no tempo e no espaço.

Muitos são os autores e autoras que ajudam a entender tudo isso. E o que a maioria deles e delas tem em comum? A visão do espaço que tem relevância, quando é vivido e para ser mais bem compreendido, é preciso que seja reflexionado, pensado, interpretado levando em consideração a complementaridade entre as dimensões da economia, política e cultura. Cabe compreender como se reproduzem as dimensões da economia, da política e da cultura levando em consideração a dinâmica do espaço, a existência do território e o processo de territorialidade ou territorialização.

Numa primeira aproximação deste entendimento, como compreender o espaço? Raffestin (1993) entende o espaço como natureza – superfície, recursos naturais. Neste caso, o espaço é transformado em substrato para a “criação” do território: “A matéria (ou substância), encontrando-se na superfície da terra ou acessível a partir dela, é assimilável a um ‘dado’, pois preexiste a toda ação humana. Nesse sentido, ela equivale

ao espaço [...]”. (RAFFESTIN, 1993, p. 223). Em sua abordagem, o espaço é transformado historicamente pelas sociedades.

Em Santos (1998)³, o conceito principal é o de espaço geográfico. O autor recorta o espaço em territórios sem separá-los, isto é, o conceito de território torna-se subjacente, composto por variáveis, tais como a produção, as firmas, as instituições, os fluxos, os fixos, relações de trabalho, etc, interdependentes umas das outras (SANTOS, 1998, apud SAQUET, 2007). Em Santos (1988) se destaca a atuação dos agentes do capital e do Estado nas transformações históricas que ocorrem no espaço considerado como “um conjunto indissociável de que participam de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, *objetos naturais e objetos sociais*”, e, de outro, “a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento, a heterogeneidade do *espaço habitado*, a expansão da população, a urbanização, hierarquias, os fixos e fluxos” (SANTOS, 1988).

Neste caso, o que ganha centralidade em sua argumentação é o trabalho e as técnicas; o homem é o sujeito, as técnicas, a mediação e o espaço é um produto histórico. Para melhor entender esse arranjo de objetos e esta sociedade em movimento, é necessário compreender os “dois recortes superpostos e complementares do espaço geográfico atual” (SANTOS, 2001, p. 105) expostos como verticalidades e horizontalidades.

As verticalidades estão estruturadas num espaço de fluxos que organizam as relações a partir de ações de agentes externos adaptando comportamento e relações locais aos interesses globais. Por exemplo, as grandes empresas de capital estrangeiro quando se estabelecem em determinado local visando apenas aos seus interesses econômicos, sem compromisso algum com o seu entorno, com as necessidades e expectativas da população local. As coisas e as pessoas do local são apenas um recurso dentro de um macro projeto econômico que busca essencialmente resultados para a acumulação. “As horizontalidades são zonas de contiguidade que formam extensões contínuas” (SANTOS, 2001, p. 108), onde pessoas vivem, produzem individual ou coletivamente. Para estas pessoas o espaço é muito mais que simples recurso, é “abrigo”. Quando trata das horizontalidades, Santos (2001, p. 109) faz referência ao “espaço banal”, como sendo aqueles “espaços que sustentam e explicam um conjunto de

³ O mesmo ocorre em outras obras deste autor, como em Santos (1978, 2003, 1979, 1982, 1985 e 1996), de acordo com Saquet (2007) em *Por uma abordagem territorial*. Ver: SAQUET, M. Abordagens e concepções de território. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

produções localizadas, interdependentes dentro de uma área cujas características constituem, também, um fator de produção”.

Assim, verticalidades e horizontalidades, atuando como forças centrípetas, estabelecem um jogo de poder num mesmo espaço. O que essa dinâmica busca, conforme Santos (2001), é uma “readaptação às novas formas de existência”. A construção, o direcionamento desse processo dialético vai depender do sentido que os seres humanos desejam dar à sua existência individual e coletivamente. Por isso, pode-se dizer que são as relações que acontecem no espaço que o caracterizam.

Para Santos (2006), as características da sociedade e do espaço, em um dado momento de sua evolução, estão em relação com um determinado estado das técnicas. Desse modo, o conhecimento dos sistemas técnicos sucessivos é essencial para o entendimento das diversas formas históricas de estruturação, funcionamento e articulação dos territórios, desde os albores da história até a época atual. Cada período é portador de um sentido, partilhado pelo espaço e pela sociedade, representativo da forma como a história realiza as promessas da técnica.

Na contemporaneidade do desenvolvimento capitalista, a implementação das técnicas – relacionadas aos fluxos de capital, diferenciam e direcionam as formas de desenvolvimento e as relações sociais nos espaços geográficos, em níveis tanto globais quanto locais. Harvey (2004), ao tratar dos desenvolvimentos geográficos desiguais, abre o questionamento acerca de como os lugares, regiões e territórios evoluem dadas relações espaciais em mudança. Assim,

Os jogos geopolíticos de poder entre nações-Estado (ou outras unidades territoriais), por exemplo, se interligam com a posição no mercado com uma estrutura mutável de relações espaciais que privilegia por sua vez, certas localizações e certos territórios para a acumulação capitalista (Harvey, 2004 p. 51).

Sobre este debate o autor trata de certos argumentos bastante abstratos, mas que por hora é considerável perceber que para a acumulação capitalista, o globo foi e continua a ser “uma superfície intensamente variegada, ecológica, política, social e culturalmente diferenciada”... [...] “visto que os fluxos de capital sempre encontram alguns terrenos mais fáceis de ocupar do que outros em diferentes fases do desenvolvimento” (HARVEY, 2004, p. 51).

Entende-se que estas estruturas mutáveis e relações espaciais de que trata Harvey (2004), dialogam com a idéia sobre formas-conteúdo dos objetos em Santos

(2006), ao expor seu pensamento sobre a instrumentalização e os novos subespaços de produção do capital, o que conduz à reflexão sobre os desenvolvimentos geográficos desiguais da atualidade. De acordo com Santos (2006),

A sociedade se geografiza através dessas formas, atribuindo-lhes uma função que ao longo da história, vai mudando. O espaço é a síntese sempre provisória entre o conteúdo social e as formas espaciais [...]. Quando uma sociedade age sobre o espaço, ela não o faz sobre os objetos como uma realidade física, mas como realidade social, formas-conteúdo, isto é, objetos sociais já valorizados aos quais ela (a sociedade) busca oferecer ou impor o novo valor. A ação se dá sobre objetos já agidos... (p. 90).

As ações hegemônicas do capital se estabelecem e se realizam por intermédio de objetos hegemônicos, privilegiando certas áreas. Então, como num sistema de sistemas, o resto do espaço e o resto das ações são chamados a colaborar. Desse modo, “os lugares se distinguem pela diferente capacidade de oferecer rentabilidade aos investimentos”.

Neste sentido, a rentabilidade se torna maior ou menor, de acordo com as condições locais de ordem técnica, ou seja, equipamentos, infraestrutura, acessibilidade e organizacional, como: leis locais, impostos, relações trabalhistas, tradição laboral. De acordo com o autor, “essa eficácia mercantil não é um dado absoluto do lugar, mas se refere a um determinado produto e não a um produto qualquer. Seria uma outra forma de considerar a valorização do espaço...” (SANTOS, 2006, p.102). Assim,

Acontece a “*produtividade espacial* ou produtividade geográfica, noção que se aplica a um lugar, mas em função de uma determinada atividade ou conjunto de atividades. Essa categoria se refere mais ao espaço produtivo, isto é, ao “trabalho” do espaço. Sem minimizar a importância das condições naturais, são as condições artificialmente criadas que sobressaem, enquanto expressão dos processos técnicos e dos suportes geográficos da informação (Santos, 2006, p. 116).

Analisando a produtividade espacial, se colocam os “os macro-sistemas técnicos” que promovem grandes trabalhos constituindo o fundamento material das redes de poder nos territórios, pois “vivemos o tempo dos objetos, o que significa dizer que vivemos segundo seu ritmo e sua incessante sucessão⁴” (SANTOS, 2006, p.141). É deste modo que o espaço existe.

Trazendo esta perspectiva para a contribuição deste trabalho entende-se que é no espaço que ocorrem as transformações coletivas e individuais entre os sujeitos sociais, no caso, os pequenos agricultores, maiores proprietários de terra e instituições e estas

⁴ “Somos nós que os vemos hoje nascer, perfazer-se e morrer, enquanto em todas as civilizações anteriores eram os objetos, instrumentos ou monumentos que sobreviviam às gerações humanas” (Jean Baudrillard, 1970, p. 18, apud. SANTOS, 2006 p. 141).

transformações dependem do sentido que os sujeitos sociais dão à dinâmica das suas relações. Entende-se que o espaço é construído feito território, pensado e concebido como meio de vida que se reflete no cotidiano dos pequenos agricultores e está sempre em constante transformação e suas variações dependem das formas como se estabelecem as redes de poder no território.

Deste modo, descrever o lugar e perceber as relações que nele se estabelecem, como se organiza a produção do espaço e quais as possibilidades que este espaço, que é construído oportuniza às pessoas que nele vivem, é a principal tarefa dos estudos territoriais. No estudo em questão, entendendo que o território do sertão do Pajeú possui as suas diferenciações no processo de formação e desenvolvimento é preciso analisar a realidade de acordo com os modos com que os pequenos agricultores pensam, concebem, vivem e constroem o espaço feito território, os “sítios”.

2.2. A Dimensão Conceitual de Território

Como denominar o território na conjuntura de um desenvolvimento econômico guiado pela lógica de fragmentação, separação e dominação cada vez maior das porções de espaço, lugar e região? A abordagem desta categoria por outras ciências, além da geografia moderna⁵, prioriza a possibilidade de análise crítica acerca do estabelecimento das relações de poder colocadas no tempo e no espaço. Possibilita a compreensão sobre as fronteiras criadas entre os países, as regiões, os estados, municípios, bairros e até mesmo, áreas de influência de determinados grupos sobre outros.

Reconhece-se que *território* é um termo polissêmico, ou seja, apresenta variados sentidos ao longo do tempo entre a teoria e a realidade posta. Desse modo, possui uma gama de abordagens e concepções que possibilitam o enriquecimento do debate e das reflexões sobre o movimento dialético entre a realidade e a ciência. De acordo com Saquet (2007) não se pode negar a unidade entre o pensamento científico e o real, o que implica dizer que as mudanças ocorridas entre ambos são recíprocas e simultâneas. Logo, na concepção de Haesbaert; Limonad (2007), a discussão de território possui três vertentes:

- 1) jurídico-política, segundo a qual “o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal”; 2) cultural(ista), que “prioriza dimensões simbólicas e mais subjetivas, o território visto fundamentalmente como

⁵ O Conceito de território foi criado por Frederico Ratzel no século XIX, que o associou ao poder do Estado. Para aprofundamento ver: Moraes (1990, apud GALVÃO et al, 2012). In: O povo e seu território: uma discussão sobre a teoria de Frederic Ratzel. In: Revista de Geopolítica, Natal - RN, v. 3, nº 2, p. 230 – 238, jul./dez. 2012.

produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço”: 3) econômica, “que destaca a desterritorialização em sua perspectiva material, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho (p.45).

Segundo estes autores, na perspectiva jurídico-política apresenta-se uma concepção de território como espaço que é controlado pelo poder com destaque para o poder estatal, o que dialoga com a visão de Raffestin (1993), ao dizer que o território é “[...] campo da ação do poder” (p.60). A perspectiva cultural ou culturalista, que se aproxima em alguns momentos da perspectiva adotada neste trabalho, ao serem considerados os processos de identidade com o território por parte dos agricultores rurais, entende o território como resultado da apropriação do espaço de acordo com o imaginário – compreendido com um conjunto de crenças, representações, desejos e sentimentos dos indivíduos sobre a realidade - e a identidade social; já a linha econômica, na qual se apoia a perspectiva deste trabalho, que considera os conflitos socioambientais como resultantes das lutas entre grupos sociais distintos em relação à apropriação do recurso natural água, trata do território como resultado do embate entre as classes sociais e da relação capital-trabalho. Nesta dimensão, de acordo com Prado Júnior (1987), o território é analisado como porção territorial, palco dos acontecimentos econômicos e das transformações vivenciadas pela sociedade.

Algumas tendências teóricas também revelam a ideia de que o território se sobrepõe ao espaço. Para uns o território vem antes do espaço; para outros, o contrário é que é verdadeiro (Sanguin, 1977; Raffestin, 1980, 1993, apud SANTOS; SILVEIRA, 2008). Por exemplo, na compreensão acerca do caráter político do território, Raffestin (1993), chama atenção para a conceitualização do espaço geográfico entendido como pré-existente ao território. Para o autor:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Nesse sentido o território é tratado sob o ponto de vista político-administrativo, ou seja, o território nacional, espaço geográfico marcado por limites e fronteiras na projeção do trabalho humano. Ao tratar do território o autor enfatiza que este é

[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. (...) o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço.

Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder [...] (RAFFESTIN, 1993, p.144).

De acordo com esta análise, no processo de formação e constituição do território estão imbricadas relações de poder. Assim, “poder e território, apesar da autonomia de cada um, são enfocados conjuntamente para a formação do conceito de território” (RAFFESTIN, 1993 p. 145).

Outros autores afirmam que a linguagem cotidiana frequentemente confunde território e espaço (SANTOS; SILVEIRA, 2008; ANDRADE, 2004). O que se apreende neste trabalho é que no entendimento por território, compreende-se que as relações sociais e de poder são indissociáveis da materialidade e do espaço, elementos que se relacionam de modo recíproco. Como explica Santos, “o território em si são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (1998, p.16). Assim, território e espaço são indissociáveis e se complementam diferenciando-se em alguns momentos de acordo com as determinações que surgem na realidade dada.

Na definição de território, Andrade (2004), justifica que este se encontra “... muito ligado à ideia de domínio ou de gestão de uma determinada área...”. “O território está associado à ideia de poder, de controle, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas” (p. 19). Nessa direção, o território pode ser compreendido através do controle administrativo, fiscal, jurídico, político, econômico e efetivo do espaço ou de uma determinada região.

Estas concepções e abordagens devem ser analisadas a partir da percepção crítica sobre as transformações ocorridas no sistema capitalista, tanto no período de sua inicialização, quanto no período mais recente, sobretudo, nas quatro ultimas décadas. São determinações tanto de natureza conjuntural, quanto estrutural que confluem para que se processem alterações na ordem mundial do capital (BRANDÃO, 2007).

As mudanças que estão se operando nas temporalidades e espacialidades da riqueza capitalista e na dinâmica societária em escala mundial apresentam vários desafios para a análise da expressão espacial e das densas e rápidas alterações socioeconômicas e políticas em curso. De acordo com Brandão (2007), na perspectiva do território muitas vezes estão ausentes ou “mal abstraídas” questões estruturais. Para ele “personifica-se, fetichiza-se e reitifica-se o território, (...) que é posto como ente mercadejado e passivo, mero receptáculo, que na verdade deveria ser visto como

ambiente politizado, em conflito e em construção” (p. 12). Desse modo, o foco na materialidade do território não abarca uma análise social. Assim:

O território não é apenas um conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não é o território em si [...]. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da resistência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas como a Geografia. É o território usado que é uma categoria de análise (SANTOS, 1999, p.8).

Neste entendimento a definição de território considera a interdependência entre a materialidade (objetos naturais ou técnicos) e seu uso, que envolve a ação das pessoas, como o trabalho e a política (SANTOS, 2001). Estas ações se encontram imbricadas no processo de territorialidade, que está diretamente relacionada à dinâmica do tempo e do espaço das diferenciadas realidades geográficas.

Entre estas e outras definições acerca do território, o que se evidencia são as significações, as articulações sociais, a existência de conflitos ou processos de conflitualidades, as cooperações, concorrências e as coesões (SAQUET, 2007) sobre determinado território.

Deste modo, a perspectiva em torno dos processos da dinâmica material do espaço e sua relação na produção do território com base em Santos; Silveira (2008) e Santos (2001) vem a contribuir para a compreensão dos rebatimentos da globalização nas áreas menos “concentradas”, como a região do semiárido brasileiro. Também são consideradas as reflexões de Andrade (2004) ao tratar do território a partir da trama das relações de poder nele imbricadas. Tais abordagens na perspectiva da totalidade tornam possível a compreensão acerca da dinâmica das relações entre os homens e com a natureza no território do sertão do Pajeú.

2.3 A Territorialidade Humana: Processos e Contradições

Na vida cotidiana e no processo constante de apropriação, produção e reprodução do território, são considerados os indivíduos e organizações sociais (instituições) públicas, privadas e não governamentais com suas normas, regras, objetivos, princípios, representações, valores, e com suas características econômicas, políticas e culturais. Existem múltiplos arranjos sociais e territoriais que se estendem desde o indivíduo, desde a família, desde as organizações de bairros ou localidades rurais, até as grandes organizações políticas, culturais ou empresariais. Assinalam-se as

diferenças culturais e políticas e as desigualdades econômicas entre famílias, grupos sociais, unidades produtivas (urbanas e rurais), assim como, traços comuns entre pessoas, famílias, associações, empresas, etc.

Assim, reconhecer as características de heterogeneidade e homogeneidade do *real* é fundamental numa concepção renovadora e histórico-crítica do território e da territorialidade (SAQUET, 2007). Mas qual o sentido da territorialidade? Como ela é historicamente constituída? Para Andrade (2004) a territorialidade é uma dimensão subjetiva que cria a consciência da participação das pessoas no território onde elas habitam. Para os pequenos agricultores do município de São José do Egito, por exemplo, a territorialidade possui grandes proporções a partir do entendimento que estes sujeitos sociais dão às suas percepções sobre o lugar, os “sítios”, os sentidos de pertencimento e de identificação com a área rural. Para estes sujeitos, os problemas que afetam os seus cotidianos devem ser discutidos de forma coletiva, pois se trata de questões relativas ao seu lugar, à sua dimensão simbólica a terra habitada por eles. No pensamento de Santos; Silveira (2008),

... O sentido da palavra *territorialidade* como sinônimo de *pertencer àquilo que nos pertence*... Esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência de Estado. Assim, essa ideia de territorialidade se estende aos próprios animais, como sinônimo de área de vivência e de reprodução. Mas a territorialidade humana pressupõe também a preocupação como destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio do homem (p. 19).

Para este autor, é necessário compreender que a territorialidade humana, na definição dos territórios, deve ser analisada de acordo com as diferenciações econômicas, políticas, sociais e até geográficas das regiões, e também a territorialidade humana ganha o sentido de identidade e pertencimento entre o homem e o território usado. Isto implica que a territorialidade é inerente à sociedade, independentemente do tipo de organização política, social, cultural e econômica. O que vai se diferenciar nesse processo de territorialidade é a forma de apropriação do espaço e exploração dos recursos existentes nele (PORTO-GONÇALVES, 2006), assim como a dinâmica das relações sociais estabelecidas.

Albagli (2004 apud MENDONÇA et al. 2013) sintetiza a noção de territorialidade defendendo que

O conceito de territorialidade refere-se, então, às relações entre um indivíduo ou grupo social e seu meio de referência, manifestando-se nas várias escalas geográficas – uma localidade, uma região ou um país – e expressando um sentimento de pertencimento e um modo de agir no âmbito de um dado espaço geográfico. No nível individual, territorialidade refere-se ao espaço pessoal imediato, que em muitos contextos culturais é considerado um espaço inviolável. Em nível coletivo, a territorialidade torna-se também um meio de regular as interações sociais e reforçar a identidade do grupo ou comunidade. [...] A territorialidade reflete, então, o vivido territorial em toda a sua abrangência e em suas múltiplas dimensões – cultural, política, econômica e social. [...] É, portanto, também forma de ampliar o controle sobre um dado território [...] (p.28-30).

Neste sentido, nas áreas rurais do município de São José do Egito compreende-se, além de outras dimensões, o surgimento de novas territorialidades distintas sob o ponto de vista econômico com o crescimento da produção da avicultura em áreas conhecidas tradicionalmente pela agricultura familiar. Deste modo, as territorialidades são exercidas por diversos grupos sociais que atuam sobre um mesmo território. Mesmo com a diversidade de sentidos, a territorialidade está relacionada frequentemente, ao conjunto de relações sociais e ao envolvimento das pessoas com o espaço, o que abarca uma dimensão material de apropriação, mas também dimensões simbólicas e de afetividade.

A análise de Andrade (2004) sobre a formação sócio-histórica de determinados territórios, evidencia a relevância do sentido da territorialidade, chamando a atenção para o processo de globalização da economia em que a importância das fronteiras políticas e a soberania dos Estados diminuem. Nesse sentido,

A expressão territorialidade pode vir a ser encarada tanto como o que se encontra no território, estando sujeita à sua gestão, como, ao mesmo tempo o processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território, de integrar-se em um território (ANDRADE, 2004, p. 20).

Na compreensão do processo de globalização da economia, se sobrepõe a territorialidade do capital sobre a territorialidade de populações locais, quando observada a materialidade do território. Dialogam nessa perspectiva tanto a análise das diversidades regionais, a posição das localizações, os elementos da natureza e da sociedade (ANDRADE, 1967), quanto à leitura dos processos de tecnificação do território onde a divisão do trabalho é redefinida e mediada pela técnica, e onde a questão das horizontalidades e verticalidades no espaço e os recortes territoriais no tempo da globalização se apresentam (SANTOS, 2006).

No período técnico-científico e informacional resultante da dita globalização, se evidenciam os processos de exclusão sócio-econômica, cuja tônica se caracteriza pelo desemprego, crescimento das grandes corporações transnacionais degradantes do meio ambiente e do trabalho formal, crescimento da terceirização e subcontratação, além da ausência de direitos formais (ROSSINI, 2012).

De acordo com Santos; Silveira (2008), no período técnico atual⁶, operam-se transformações marcadas pela influência do processo de globalização, o que quer dizer que “não se apagam os restos do passado, mas modificam-se os significados e acrescentam-se aos já existentes, novos objetos e novas ações características do novo tempo” (p. 253), e assim agravam-se as diferenciações e as disparidades entre os territórios. Com o crescimento da globalização, a política econômica deixa de privilegiar as necessidades do mercado interno e a necessidade de exportar leva à uma lógica de competição que privilegia relações externas, atualmente comandadas por empresas globais. Sobre a territorialização do capital, de acordo com Santos; Silveira (2008),

Na medida em que com o mercado chamado global, cada empresa busca satisfazer-se nos lugares onde as respostas aos seus reclamos é mais adequada, tal demanda é errática e o território passa a ter, nas áreas atingidas por este tipo de relações, uma dinâmica praticamente imprevisível no próprio lugar em que se exerce e que também é alienada, já que não precisa ter correspondência com os interesses da sociedade local ou nacional. Novas formas de compartimentação do território ganham relevo e são capazes de impor distorções ao seu comportamento: são as novas caras da fragmentação territorial (p. 254).

⁶Santos; Silveira (2008) consideram que na história da formação do território nacional, três grandes momentos são identificados: 1) o primeiro momento é o dos “tempos lentos da natureza: comandando as ações humanas de diversos grupos indígenas e pela instalação dos europeus. A unidade, então, era dada pela natureza, e a presença humana buscava adaptar-se aos sistemas naturais. Num período pré-técnico, a escassez era a dos instrumentos artificiais necessários ao domínio desse mundo natural” (p.27). 2) O segundo momento é marcado pelos “diversos meios técnicos, que gradualmente buscam atenuar o império da natureza. A mecanização seletiva desse verdadeiro conjunto de “ilhas” que era o território exige que se identifiquem sub-períodos. As técnicas pré-máquina e, depois, as técnicas da máquina- mas apenas na produção- definem o Brasil como um arquipélago da mecanização incompleta. Mais tarde, com a incorporação das máquinas ao território (ferrovias, portos, telégrafos) estaríamos autorizados a apontar um meio técnico da circulação mecanizada e da industrialização balbuciente, caracterizado também pelos primórdios da urbanização interior e pela formação da Região Concentrada. No pós-guerra sobrevém a integração nacional, graças à construção de estradas de rodagem, à construção do estabelecimento das ferrovias e uma nova industrialização. Dá-se uma integração do território e do mercado, com uma significativa hegemonia paulista” (p.27). 3) Já o terceiro momento é o da construção e difusão do “meio técnico científico – informacional. Cabe, todavia, diferenciar uma primeira fase, um período técnico científico que, no Brasil dos anos 70, caracterizou-se entre outros aspectos, por uma revolução das telecomunicações. É, sobretudo, nesse momento que, ultrapassando o seu estágio de pontos e manchas, o meio técnico realmente se difunde. Mas o novo meio geográfico (técnico-científico informacional) permanece circunscrito a algumas áreas. Já com a globalização, informação e finanças passam a configurar a nova geografia, distinguindo os lugares segundo a presença ou a escassez das novas variáveis-chave. Com o meio técnico científico informacional, agravam-se as diferenças regionais e aumenta a importância da Região Concentrada com a hegemonia paulista, mas também a partir da ocupação de áreas periféricas com produções modernas” (p.28).

Assim, no primeiro momento, a criação de um território unificado seguia o interesse do reforço à nacionalização. Agora a unificação do território apresenta-se como um suporte para exatamente acontecer o contrário, um fetiche, ou uma, “fragmentação”. Seguindo esta lógica, alteram-se as instâncias políticas, onde, na análise da história, os países subdesenvolvidos participavam da divisão internacional do trabalho, gerida de um lado, pela pressão das respectivas relações internacionais, ou seja, processos de colonização, dependência comercial, etc. E por outro lado, pelas facilidades que se apresentavam no território, nos povoamentos, nos planejamentos sobre a importação de determinados produtos. Assim, a instância política se sobressaia à instância econômica.

Com a globalização, a divisão internacional do trabalho se dinamiza, principalmente nos países subdesenvolvidos, em que a lógica das grandes empresas nacionais ou internacionais, “constituem um dado da produção da política interna de cada país” (SANTOS, 2006, p. 255). Com a inserção de determinados países na “nova modernidade e no mercado global” são estabelecidas regras que “constituem um conjunto irrecusável de prescrições” (idem, 2006, p. 255), o que significa dizer que cada país se afasta da possibilidade de realizar uma verdadeira política nacional, tanto econômica quanto social.

Mas o que vem a ser a chamada globalização? Elias (2003, apud. ROSSINI, 2012) coloca a globalização como caracterizada pelo período Técnico Científico-Informacional, em que todos os lugares participam, mesmo que de forma indireta, de uma ordem econômica mundial, a qual reestrutura a produção e o território de todos os países, o que vai gerar a mundialização do mercado, do capital e das firmas, do consumo, dos gostos e até mesmo, da mais-valia e dos modelos de vida social. Santos (1993, apud. ROSSINI, 2012) acrescenta a esta discussão o fato de que a globalização se tornou um paradigma do conhecimento sistemático da economia, da política e da ciência, da cultura da informação e do espaço. Daí a discussão acerca dos fixos e fluxos do capital tanto na relação do ser humano com a natureza quanto das relações sociais em geral.

Como consequências e contradições da globalização elencam-se alguns fatores. Na realidade da pesquisa em questão, compreende-se que ao mesmo tempo em que a questão sociambiental ganha espaço nas agendas públicas, o modelo econômico vigente escolhe os lugares para o seu ‘desenvolvimento’ e adota ações e práticas nas quais

prevalece a lógica do uso privado dos bens de uso comum, acarretando danos ao meio ambiente e afetando a disponibilidade de recursos naturais para outros segmentos da sociedade. No caso da questão estrutural do acesso à água nos municípios do sertão pernambucano, sobretudo, nas áreas rurais, tornam-se tendenciosos os discursos que se reproduzem com a ideia de que o problema da seca está associado ao ‘fenômeno da estiagem’ e deste modo, a pequena agricultura é prejudicada, ganhando cada vez mais espaço a agricultura irrigada e a agropecuária, entre outras técnicas. Os projetos hídricos que perpassam os sertões pernambucanos seguem a lógica do capital, como no caso da transposição do Rio São Francisco e da construção de adutoras em que o discurso do Estado defende ser estes projetos são a salvação para os pequenos produtores, no entanto, o debate acerca do desenvolvimento de tais projetos vem mostrando que o curso da transposição do São Francisco vem a atender prioritariamente aos interesses das grandes empresas que se instalam pelos sertões.

De acordo com Harvey (2004), na globalização “alteram-se as formas de produção e de organização (em particular do capital multinacional)”; em relação ao proletariado global, “a força de trabalho assaliado global duplicou nos últimos vinte anos”, isso “em decorrência do rápido crescimento populacional” e também “da inclusão de uma parcela sempre crescente da população mundial na força de trabalho assalariada” em vários espaços dos continentes “geograficamente dispersos”, onde “não obstante o proletariado global vivencia condições de exploração bem maior do que ocorria há vinte anos”. A população global também tem passado por alterações, devido ao movimento ininterrupto dos “fluxos migratórios, o que torna a imigração um assunto bem mais relevante em todo o mundo”. A hiperurbanização “originou uma grande revolução ecológica, política, econômica e social na organização espacial da população mundial” (HARVEY, 2004 p.92 - 94).

Alterou-se a territorialização do mundo, não somente devido ao final da Guerra Fria, mas devido sobretudo, à “mudança do papel do Estado, que perdeu alguns dos poderes tradicionais de controle da mobilidade do capital”, em consequência, as “operações do Estado passaram a ser disciplinadas pelo capital monetário e financeiro num grau inaudito”. As potências periféricas passaram a ter mais facilidades para se inserirem na concorrência capitalista, o que Harvey (2004) parafraseando Marx, cita “o dinheiro é um nivelador, um cínico”, “o dinheiro não conhece limites à sua eficácia” (p. 95). Tendo esta prerrogativa os Estados que possuem vantagens competitivas se sobressaem bem na concorrência global e “isso de modo geral, tem significado que os

Estados que pagam baixos salários e impõem um rígida disciplina trabalhista se saíram melhor do que os outros”. Assim, o controle do trabalho tornou uma “questão ideológica vital na argumentação da globalização” (p.95). Soma-se às consequências e contradições da globalização a vinda à tona “aparentemente de um novo conjunto de problemas políticos e ambientais globais” (p.96). Harvey (2004) usa a palavra “aparentemente” porque não está claro inteiramente se se trata de problemas novos ou em vez disso da sociedade ter se dado conta cada vez mais deles com o próprio processo de globalização.

Em relação ao controle do trabalho na agricultura familiar, de acordo com Wanderley (2009), desde fins da década de 1980, iniciam-se as pressões das organizações sociais para que este tema ganhe importância e para que o mundo rural ganhe visibilidade a fim de que esta questão se torne uma questão da sociedade. Atulmente esta luta consiste no entendimento de que a agricultura familiar de subsistência nos territórios rurais seja reconhecida e seja pensada como objeto de trabalho e de política.

Ainda como resultante dos processos de globalização, alteram-se a produção e a preservação das diversidades culturais, de modos de vida, das circunstâncias linguísticas, religiosas e tecnológicas “particulares de modos de produção, de troca e de consumo não capitalistas e capitalistas” Harvey (2004). Deste modo, alteram-se consubstancialmente a dinâmica da vida e das culturas dos povos tradicionais, até mesmo os mais longíquos, nas áreas de menos presença da globalização. No caso do nordeste atual, como resultante da globalização, de acordo com Andrade (2005), observa-se que nos últimos anos,

...vem ocorrendo uma grande mudança quanto à fisionomia e à aceleração das relações entre suas várias áreas; dialeticamente porém, observando-se a manutenção das estruturas de dominação e de exploração das camadas mais pobres pelas mais ricas, vemos que ele continua estagnado (p. 249).

Para este autor, o desenvolvimento da tecnologia no nordeste “beneficiou os que controlavam o processo de acumulação, feito através da concentração da riqueza e da acentuação dos desníveis sociais” (p. 249). Logo, a agricultura nas suas várias regiões, vem sofrendo transformações, com o desenvolvimento de culturas irrigadas de diversos produtos. Essas transformações acarretam no intenso desmatamento, processos de salinização dos solos e consequentemente, do ponto de vista social, com a

modernização, não interessa aos órgãos governamentais manterem os sistemas de pequenas culturas em diversas áreas do nordeste brasileiro (ANDRADE, 2005), alterando-se a dinâmica das tradicionais culturas de subsistência.

Assim, fica evidente a importância da discussão acerca da globalização, que chega a ser comparada a “um trem desgovernado” (HARVEY, 2004), sobretudo, desde o início do século XIX, na corrida pela reafirmação dos valores capitalistas onde ocorre uma revolução dos modos de produção e das relações sociais na apropriação do espaço, na dinâmica dos diferenciados territórios, e sobretudo, entre as territorialidades, seja do capital ou simplesmente na territorialidade das comunidades.

Um fator primordial nessa análise é que tanto a territorialidade do capital quanto das comunidades mais distanciadas dos processos de globalização dependem dos bens naturais existentes nos territórios para a sua existência e trabalho. Neste trabalho, entra em análise a questão do controle dado ao território e das formas de uso dos recursos naturais existentes que configuram e reconfiguram diferenciadas territorialidades que se estabelecem com as relações sociais e de poder através da distribuição desigual do recurso natural água entre os setores da pequena agricultura e da avicultura local. Tais considerações levam à reflexão acerca dos fundamentos da questão sociambiental, o que será discutido no próximo capítulo.

3 FUNDAMENTAÇÕES DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

3.1 A relação Homem-Natureza e a Questão Socioambiental

O crescimento econômico atual ou a “globalização da economia”, que tende a ser cada vez mais presente em todos os lugares e continentes, é ao mesmo tempo, um processo que acaba por renovar disparidades aumentando as desigualdades entre todos (SANTOS, 2001). Com seu curso desenfreado implica em consequências de reorganização da relação entre o homem e a natureza, cuja essência é recíproca e contraditória historicamente, sobretudo, a partir dos questionamentos feitos diante da escassez dos recursos naturais, resultante da corrida pela acumulação do capital. Beck (2010) explica que nesse processo de globalização os problemas de uso da natureza não se restringem às localidades, possuindo dimensões continuadas e cumulativas e dessa maneira, a sociedade atual é a sociedade de riscos. Visto que os recursos naturais são um dos principais elementos no desenvolvimento da globalização, como compreender a base que fundamenta a relação Homem- Natureza?

Nas sociedades anteriores ao capitalismo, a natureza não sofreu grandes alterações em termos de degradação, visto que a relação entre homem e natureza com o advento do trabalho era tida como uma relação de troca, ou seja, uma relação metabólica, cuja essência se fundamenta nos estudos de Marx em *O Capital*, em que a concepção materialista de história apresenta o conceito de metabolismo sendo formulado para definir o processo de trabalho como “um processo entre o homem e a natureza, um processo pelo qual o homem, através de suas próprias ações, medeia, regula e controla o metabolismo entre ele mesmo e a natureza” (FOSTER, 2005, p. 201).

No decorrer do desenvolvimento das sociedades a necessidade do homem de dominar a natureza, exige um agir intencionalmente sobre os recursos naturais e através das condições dadas socialmente inicia-se o processo de dominação e exploração. Assim o homem foi se afastando da condição de natureza, havendo dessa forma uma separação entre ambos. O pensamento determinista desenvolvido na sociedade ocidental se caracteriza pelo modelo de sociedade que se firmou a partir da separação entre o Homem e a Natureza. Essa filosofia, estabelecida pelo poder superior do pensamento

humano sobre a natureza e da exploração do homem pelo próprio homem, surge quando a natureza é percebida como um objeto a ser manipulado e dominado.

Assim, no entendimento da perspectiva marxista analisada por Foster (2005), com o advento do trabalho na relação metabólica entre o homem e os recursos naturais, este passa a se distinguir da natureza assim que começa a produzir para obter os meios de produção necessários à sua vida material.

No momento em que se começou a produzir mais do que o necessário e alienar essa produção, e com isso a chance de acumular os produtos do trabalho, surgiu um processo de dominação, o qual foi construído histórica e socialmente: a sociedade com divisão de classes. Neste sentido, evidenciou-se a alienação material dos seres humanos dentro da sociedade capitalista. Segundo Foster (2005, apud. GEHLEN, et al. 2011) “Marx empregou este conceito na análise da relação entre os seres humanos e a terra no capitalismo, isto é, nas reflexões acerca da cultura capitalista” (p.35). Lembrando que segundo a abordagem de Marx esta interação não se refere ao indivíduo isolado. Ela é determinada de forma social.

De acordo com Netto; Braz (2008), através da oportunidade de acumulação da *mercadoria*, a comunidade se separa entre os que produzem o conjunto de bens excedentes (*produtores diretos*) e entre aqueles que se apropriam dos bens excedentes (*apropriadores* do fruto do trabalho dos *produtores diretos*). Nessa perspectiva há uma “falha irreparável” no metabolismo entre o homem a natureza partir do surgimento das relações sociais de produção capitalistas e com isto a separação antagônica entre campo e cidade, ou seja, essa “falha metabólica” é resultante da alienação material dos seres humanos do processo de transformação dos elementos naturais em bens sociais necessários à manutenção da produção capitalista (SILVA, 2010, p. 54).

Nesse sentido, articulam-se novas relações sociais de produção nas quais o fator fundamental é a apropriação privada dos meios de produção e do produto do trabalho social, ou seja, com o desenvolvimento das forças produtivas⁷ os detentores dos meios de produção, além do resultado final da produção, se apropriam inteiramente do trabalho alheio. O “fundamento da relação da sociedade com a natureza sob o

⁷Para Silva (2010, p.48), estas abarcam elementos destinados à produção de bens em uma dada sociedade, de modo a assegurar a satisfação de suas necessidades. Estas ainda compõem-se dos *meios de trabalho* (instrumentos, ferramentas, instalações, terra), dos *objetos de trabalho* (atividade laboral do homem com fragmentos da natureza), e das *forças de trabalho* (as potências humanas no processo para modificar os objetos de trabalho).

capitalismo está baseado na separação, a mais radical possível, entre os homens e mulheres, de um lado, e a natureza de outro⁸” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 288).

Estas transformações acarretaram em distintas consequências não só para as relações na sociedade, mas, sobretudo, em relação à disponibilidade de recursos existentes na natureza. O resultado no novo modo de produção capitalista, pautado na acumulação de capital, na exploração da mão de obra e das riquezas naturais trouxe consigo a problemática socioambiental, atrelada à crescente necessidade de investimentos tecnológicos. Para Porto-Gonçalves (2006), deste modo, ocasionam-se as relações sociais e de poder que se dão por meio da tecnologia, o que gera uma tensão política permanente em que se tenta estabelecer controle sob os recursos de forma diferenciada entre os lugares, e “se redefinem constantemente quais são os recursos naturais estratégicos” (p. 292). As “inovações tecnológicas hoje chamadas de “cadeia da mercadoria” ou “cadeia da oferta” que fluem na produção tornam-se necessárias às inovações para os lugares” (HARVEY, 2011, p. 62) e desse modo, o pensamento do capital é o de que “os investimentos em tecnologias e aperfeiçoamentos elevam a produtividade dos recursos originais a novos níveis” (IDEM, 2011, p. 73). Paradoxalmente,

O desenvolvimento tecnológico aumenta a dependência por recursos naturais, ao contrário do que se pretende. Mesmo no período de globalização neoliberal a reprodução do atual padrão de poder mundial continua tornando essencial o suprimento de recursos naturais, apesar da revolução (nas relações sociais e de poder por meio) da tecnologia (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 293).

A ordem social neoliberal vigente considera a natureza como fonte de recursos para a produção capitalista, onde existe uma organização do acesso e uso do recurso natural disponível pautado na diferenciação de classes sociais (GEHLEN; RAIMUNDO, 2011, p.35). Pode-se considerar que na realidade da produtividade no município de São José do Egito, as diferenciações de classe ocorrem entre aqueles que possuem maiores capacidades técnicas, ou seja, aqueles que possuem maiores investimentos, como por exemplo, uso de dessalinizadores de água, condições para perfuração de poços artesianos com maiores capacidades de litros de água, obtenção de maiores créditos rurais, como é o caso da produção da avicultura de médio e grande porte, e por vezes relações clientelistas entre detentores do poder econômico e político

⁸ De acordo com o autor supracitado, a separação homem-natureza não é somente uma questão de paradigma, embora o seja. Mas ela se inscreve no centro das relações sociais e de poder nas sociedades capitalistas. O autor enfatiza que mudanças nestes paradigmas seria o enfrentamento do desafio ambiental, o que significa algo muito além dessas mudanças almejadas, significa uma transformação do modo de produção (PORTO-GONÇALVES, 2006).

local. Estes se diferenciam dos pequenos agricultores, cuja realidade da produção com a pequena agricultura consiste na disputa pelo uso da água, apropriada de forma desigual, nas dificuldades para obter crédito rural, além das fragilidades das políticas e programas sociais destinados à realidade do meio rural, como por exemplo, as condições dos serviços de máquinas e tratores para o campo.

Atualmente “as políticas capitalistas consistem em assegurar que os dons gratuitos da natureza estejam disponíveis para o capital de modo fácil quanto garantido para o uso futuro” (HARVEY, 2011, p. 69). Sobre estas questões geram-se as tensões políticas que podem vir a ser agudas, e que se tornam o cerne do desafio da questão socioambiental na geopolítica dos territórios. Assim, “a globalização respaldada pelo neoliberalismo acentua os desníveis econômicos e sociais entre as populações” Andrade (1996, apud GEHLEN; RAIMUNDO 2011, p.35). A globalização evidenciada atualmente através dos investimentos tecnológicos nos lugares é um processo resultante e também uma estratégia desse modo de produção, sobretudo, quando analisado o movimento geral do capital e suas crises.

A partir da chamada desindustrialização, usada nos termos de Iamamoto (2008) como resultante do fechamento de mega empresas que não conseguem concorrer com outras mediante abertura comercial confere-se a redução dos postos de trabalho, o desemprego a intensificação do trabalho dos que pertencem ao mercado, a ampliação das jornadas de trabalho, além disso, confere-se ainda, entre outros aspectos, a clandestinidade e a invisibilidade do trabalho. O mundo das finanças relacionado às dívidas públicas e ao mercado acionário das empresas, só resiste com a decisão política dos Estados e o suporte das políticas fiscais e monetárias. Desta maneira, verifica-se a privatização do Estado, o desmonte das políticas públicas e a mercantilização dos serviços, ou seja, a flexibilização da legislação protetora do trabalho e por outro lado, tem-se a imposição da redução dos custos empresariais para salvaguardar as taxas de lucratividade (IAMAMOTO, 2008).

Esse processo é evidenciado através da crise do capital, conhecida como reestruturação produtiva, onde há a tendência de que se criem novos padrões organizacionais e tecnológicos, novas formas de organização social do trabalho (tecnologia de base microeletrônica), informatização do trabalho, subcontratação, terceirização, enxugamentos da força de trabalho combinando-se com mutações sócio-técnicas no processo produtivo e na organização do controle social do trabalho assim

como a flexibilização e a desregulamentação dos direitos sociais (ANTUNES, 2012, p. 47).

A crise do modo de produção capitalista, que propicia a apropriação privada da riqueza socialmente produzida, pelos detentores dos meios de produção, para alguns teóricos, não é nada mais que uma das expressões da crise global das sociedades na cena contemporânea com dimensões amplas e diversificadas. Este sistema econômico tem como traço característico, através do seu modo de produção e reprodução, a separação não só entre o homem e a natureza, mas ainda, os antagonismos entre os próprios homens, seja entre classes ou dentro de um mesmo grupo social, aclarando assim, a voracidade do lucro e a finitude dos recursos naturais.

Assim, a natureza será, sobretudo, fornecedora de matéria-prima para a produção de bens e de fontes de energia. Isto é, constitui um modelo, através do qual as relações sociais de produção, têm como base a exploração e distribuição desigual dos recursos naturais, fundada em uma organização social, destinada a promover o desenvolvimento social e econômico de alguns grupos sociais e setores, em detrimento de outros. Através das relações sociais de produção, num modelo econômico que tem como base a exploração e distribuição desigual dos recursos naturais, coloca-se em evidência a problemática ambiental, entendida na perspectiva deste trabalho como “questão socioambiental”, pois compreende-se que os problemas ambientais são indissociáveis dos conflitos sociais (RAIMUNDO; GEHLEN, 2011).

Nesta perspectiva surgem as expressões da questão socioambiental que se evidenciam com o surgimento de conflitos entre as relações sociais de produção capitalista. Para Foladori (2001, apud RAIMUNDO; GEHLEN, 2011), antes de serem conflitos ambientais, os conflitos emergentes em torno da temática ambiental não são dissolvidos no interior do sistema social. Desse modo, o cerne da crise ambiental não é o ambiente natural, mas a sociedade de classes, com todas as suas garantias e privilégios para alguns e prejuízos e exclusão para muitos.

A “questão socioambiental” emerge nas discussões sobre meio ambiente entre as agendas públicas das grandes nações a partir das décadas de 1970 e 1980 do século XX, justamente no processo de crise da reprodução do capital. Insurge acerca do aprofundamento da exploração do homem na natureza, sobretudo pelo consumo irracional dos recursos naturais, e também pela distribuição desigual dos recursos existentes nos territórios, sob o signo do capital. Leff (2002) enfatiza a “questão ambiental” como uma problemática social que é provocada por um conjunto de

processos sociais. Para ele, a degradação socioambiental (perda de fertilidade dos solos, marginalização social, desnutrição, pobreza e miséria extrema) e a destruição ecológica são derivadas de “um modelo depredador de crescimento que permite maximizar os lucros econômicos em curto prazo [...]” (p.11).

Diante das determinações dos processos sociais no território, entende-se que a questão da escassez de recursos hídricos que vem a evidenciar os conflitos por água no estudo em questão, está imbricada nas configurações da questão socioambiental. Deste modo, os conflitos põem em evidência o antagonismo entre grupos sociais da mesma região ou do mesmo território, o que vem a reproduzir historicamente as relações de poder entre a população e comprometer as atividades das famílias das áreas rurais com as transformações que vem ocorrendo no desenvolvimento da pequena agricultura.

Desse modo, a questão socioambiental emerge como uma problemática social e ecológica⁹ de alcance generalizado em nível mundial e que atinge a todos os âmbitos de organização social, o aparelhamento do Estado e todos os grupos e classes sociais onde “os riscos atingem à todos os extratos da sociedade de classes” (BECK, 2010). Entretanto, “apesar do alcance irrestrito dos riscos, os grupos mais fragilizados pelo sistema de classes são os mais vulneráveis às suas consequências” Alier (2007, apud VILLAR, 2012, p. 29). Esses grupos são os mais dependentes das condições ambientais e materiais existentes e os mais frágeis frente aos riscos. De acordo com Alier (2007, apud VILLAR, 2012, p. 29) “o meio ambiente é uma fonte do sustento humano” e alterações nas condições ambientais podem comprometer o sustento desses grupos, que por serem desprovidos de capital e técnica, possuem uma capacidade limitada de enfrentamento às transformações do meio.

Na realidade do município de São José do Egito, com a dinâmica que vem ocorrendo nas áreas rurais, no caso, com o crescimento da avicultura de médio e grande porte, os costumes tradicionais de criação de animais e plantação de pequenas culturas que dependem da disponibilidade de água são afetados diante das indisponibilidades hídricas para o município.

Daí depreende-se que o uso acentuado dos recursos naturais na sociedade capitalista vem revelando variados desequilíbrios ambientais, os quais se tornam

⁹ As primeiras discussões quanto ao estudo da questão socioambiental provem da ecologia. Para maior aprofundamento ver: FOLADORI, G. O capitalismo e a crise ambiental. In: Revista Raízes, n. 19, ano XVIII. Campina grande: 1999. Disponível em: www.ufcg.edu.br, acesso em: 03 de janeiro de 2013.

importantes pontos de discussão nas agendas políticas internacionais do Estado e dos crescentes movimentos sociais ambientalistas nas últimas décadas.

De acordo com Leff (2002) a “problemática ambiental” deve questionar intensamente a racionalidade da civilização moderna engendrada pelo capitalismo. Dessa forma,

...a questão ambiental não só propõe a necessidade de introduzir reformas no Estado, de incorporar normas ao comportamento econômico, de legitimar novos valores éticos e procedimentos legais e de produzir técnicas para controlar os efeitos poluidores e dissolver as externalidades sociais e ecológicas geradas pela racionalidade do capital. A problemática ambiental questiona os benefícios e as possibilidades de manter uma racionalidade social fundada no cálculo econômico, na formalização, controle e uniformização dos comportamentos sociais e na eficiência de seus meios tecnológicos, que induziram um processo global de degradação ambiental, socavando as bases de sustentabilidade do processo econômico e minando os princípios da equidade social e dignidade humana (p.124).

Atrelados ao questionamento sobre essa racionalidade do capital encontram-se os problemas dos limites da natureza em potencial onde o “esgotamento e a degradação da terra e dos chamados recursos naturais não fazem mais sentido no longo prazo do que a destruição dos poderes coletivos de trabalho, pois ambos estão na raiz de toda a produção da riqueza” (HARVEY, 2011, p. 65). A corrida acirrada pela acumulação perpétua do capital que cada vez mais pressiona a oferta dos recursos naturais pode encontrar limites e barreiras difíceis de serem superadas. Harvey (2011), ao tratar da crise do capital expõe que “em nenhum lugar a ideia de limites para o capital foi tão estridente e persistentemente afirmada ao longo da história do capitalismo do que com relação à escassez na natureza”, como no caso das teorias de Malthus e Ricardo, os problemas de crise do petróleo, o aquecimento global, os climas (p.65).

Assim, as barreiras da natureza aparecem como a “segunda contradição do capitalismo” (sendo a primeira, a relação capital trabalho), em um campo amplo de preocupação, de ansiedade e de esforço político centrado na ideia global de uma “crise na relação com a natureza, como a fonte sustentável de matérias primas e de terra para o desenvolvimento capitalista (urbano e agrícola) e de uma pia para o crescente fluxo de lixo tóxico” (HARVEY, 2011, p. 70). Privatizar é tornar um bem escasso, e na sociedade que tudo mercantiliza “um bem só tem valor econômico se é escasso. Assim é o princípio da escassez, assim como a propriedade privada que comanda a sociedade capitalista e suas teorias liberais de apropriação dos recursos naturais” (Porto-GONÇALVES, 2006, p. 289).

Deste modo, estamos diante de conflitos entre “temporalidades distintas”. Como “o tempo não é algo abstrato, mas, ao contrário, se concretiza nos diversos tempos da matéria, é no espaço que esses conflitos de temporalidades se dão” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 298), e assim geram-se as territorialidades em tensão diante da questão socioambiental, como na realidade dos recursos hídricos nas regiões do semiárido nordestino, colocando-se em debate o modo como se estabelecem as relações sociais, culturais, políticas e com a natureza.

3.2 O Conceito de Conflitos Socioambientais

Atualmente as discussões acerca dos conflitos socioambientais, e no caso deste estudo sobre os conflitos socioambientais por acesso à água, compreende-se que esta questão está relacionada à totalidade da trama da problemática ambiental e por isso, considera-se o processo de globalização que vem alterando a dinâmica dos lugares (SANTOS, 2009). A mundialização da economia e da racionalidade ocidental fez com que todas as sociedades se submetessem, em distintos graus, a um determinado modelo de desenvolvimento que se “sobrepõem à multiplicidade de recursos naturais e humanos”. Nesse contexto, os recursos naturais se tornaram alvo de mercado, pois “a mundialização unifica a natureza” Santos (1994, apud VILLAR, 2012, p. 26).

A humanidade vem estudando os conflitos ao longo de sua história nas diversas áreas do conhecimento junto às ciências humanas e trazendo contribuições importantes sobre esta temática. Neste estudo considera-se que atualmente tais contribuições são advindas de duas grandes correntes teóricas: a da sociologia e a da economia política, derivando daí duas escolas de pensamento: a escola de conflito de orientação predominantemente marxista e a escola de consenso, que se orienta a partir das teorias funcionalistas e de sistema (Vayrynen, 1991; Ferreira, 2005; Barbanti Jr., 2006, apud SILVEIRA, 2010).

Para o marxismo os conflitos se originam e se evidenciam a partir das lutas de classes e das contradições existentes na estrutura das relações socioeconômicas que se embatem entre si provocando mudanças no sistema social. Para o funcionalismo, os conflitos são originados a partir da natureza humana e das suas relações sociais funcionais, podendo ser eliminados de acordo com mudanças adaptativas que buscam manter a ordem, o equilíbrio e o funcionamento dos sistemas sociais. Enquanto no marxismo a ideia norteadora das discussões sobre as mudanças sociais é a “ruptura da

ordem”, no funcionalismo a ideia é a “manutenção da ordem” mediante mudanças adaptativas (Barbanti Jr., 2006, apud SILVEIRA, 2010).

Com base no que vem sendo discutido acerca da problemática socioambiental e na crítica feita ao modelo de desenvolvimento econômico atual com a distribuição desigual dos recursos naturais, neste trabalho, faz-se necessário abordar tal temática a partir da análise marxista, com respeito à discussão interdisciplinar.

Compreende-se que na realidade concreta os ambientes possuem sujeitos diferenciados com significações culturais diversas e formas de apropriação material e simbólicas distintas articulando-se desigualdades ambientais e sociais onde os conflitos se originam. Assim, nos conflitos socioambientais normalmente estão englobadas coletividades em torno de bens difusos, com base em uma legislação que, por vezes, ainda é incipiente, estando os conflitos socioambientais diretamente imbricados nas formas de organização política dos espaços. Para Theodoro (2005), “Os recursos naturais, quando explorados no âmbito do mercado e em um contexto de ausência de regulamentação efetiva, são em geral altamente suscetíveis às externalidades negativas, que geram passivos ambientais capazes de prejudicar profundamente determinados grupos sociais” (55).

Neste sentido, a sociabilidade no território ou entre os territórios evidencia os conflitos socioambientais, ou seja, os conflitos que envolvem a relação homem-natureza. Na concepção materialista da natureza e da história, conforme FOSTER (2005), se admite que a natureza tem uma história e constitui uma pré-condição da existência humana em que, o primeiro ato histórico do homem é a produção dos meios para satisfação das necessidades (comer, beber, vestir-se), a produção da vida material. Deste modo, a produção dos meios de subsistência é a pré-condição da vida humana.

Ao se analisar os conflitos socioambientais compreendem-se as contradições inerentes ao atual modelo de desenvolvimento econômico neoliberal na apropriação dos territórios onde emergem contraditórias relações ligadas à questão socioambiental com o uso e apropriação da natureza. Deste modo, o autor Acserald (2010) prefere discutir os conflitos socioambientais tratando-os como noções entendidas a partir da crítica ao modelo de desenvolvimento econômico, do que tratá-los como conceitos. Assim, os conflitos socioambientais têm fundamento na desigualdade de classes. Segundo Acserald (2010),

Os conflitos ambientais eclodem quando a legitimidade de certas formas de apropriação do espaço é contestada sob a alegação da ocorrência de efeitos interativos indesejados de uma prática espacial sobre outras. Denuncia-se,

assim, a ausência ou a quebra de compatibilidade entre certas práticas espaciais, colocando-se em questão a forma de distribuição do poder sobre os recursos do território (p.01).

Na compreensão do objeto deste trabalho os conflitos socioambientais são compreendidos como aqueles conflitos sociais relacionados ao modo de apropriação e uso dos elementos da natureza, que em sua maioria envolve as relações de poder acerca do recurso natural em disputa e que quando evidenciados estes conflitos, os sujeitos envolvidos têm a possibilidade de construir uma “dimensão ambiental” para suas lutas Acserald (1995, apud GEHLEN; RAIMUNDO, 2011, p. 75).

De acordo com Little (2001; 2006, apud CASTILHO, 2012), os conflitos socioambientais se constituem entre diferentes grupos sociais que apresentam distintas formas de inter-relacionamento com seus respectivos meios sociais e naturais, nos quais cada agente social possui sua forma de adaptação, ideologia e modo de vida específico que se diferencia e se confronta com as formas de outros grupos lidarem com suas realidades, formando a dimensão social e cultural do conflito ambiental.

Corroborando do mesmo entendimento, Acseirad (2010) entende como conflitos socioambientais aqueles em que se deparam grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem ameaçada a continuidade de suas formas de apropriação, por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – em decorrência do exercício das práticas de outros grupos. Trata-se “daqueles conflitos sociais que têm elementos da natureza como objeto e que expressam as relações de tensão entre interesses coletivos/espços públicos versus interesses privados/tentativa de apropriação de espços públicos” Carvalho et al. (apud. CASTILHO, 2012, p. 49).

Alier (2007, apud VILLAR, 2012) destaca que o crescimento econômico implica maiores impactos ao meio ambiente que não são solucionados pelas políticas econômicas ou por inovações tecnológicas, defendidas no discurso hegemônico do capital, portanto, atingem desproporcionalmente alguns grupos sociais, degradam culturas não capitalistas e o ser humano que as compõe. Assim, a incidência social de contaminação, a distribuição dos riscos ecológicos, a perda de acesso aos recursos e serviços ambientais são situações nas quais emergem os conflitos socioambientais. Lembrando que estes conflitos não resultam apenas de um embate de interesses, mas também do confronto de valores atribuídos aos elementos da natureza que são incomensuráveis (ALIER, 2000 apud MENDONÇA et al. 2012).

Em relação à escassez dos recursos naturais, apropriados pelo modelo de desenvolvimento capitalista, Guha (1994, apud MENDONÇA, et al. 2012) defende que estes são os mais dramáticos conflitos pois opõem ricos e pobres. Assim, as lutas pela distribuição ecológica, ou seja, as assimetrias e as desigualdades sociais, espaciais e temporais no uso dos recursos e serviços ambientais são os conflitos de classe e integram o que se denomina “ecologismo” (ou ambientalismo) dos pobres¹⁰.

Deste modo, a noção de conflitos socioambientais está imbricada na análise do acesso e uso desigual dos recursos naturais dos territórios, assim como também na distribuição dos impactos ambientais entre as classes sociais e suas relações estabelecidas, o que é considerado no estudo em questão. Por vezes, a percepção dos conflitos pode não ser sentida de maneira direta pelos grupos, pois existem conflitos de interesse que não são explícitos. No entanto, os conflitos socioambientais se explicitam quando determinada comunidade percebe os laços entre os danos causados ao meio ambiente e a ação de certos agentes sociais (SCOTTO; VIANNA, 1997, apud MENDONÇA, et al. 2012).

Por tanto, a análise dos conflitos socioambientais nos processos de territorialização dos espaços torna-se imprescindível para a compreensão da crise ambiental ou questão socioambiental existente nas diferenciadas formas de apropriação dos recursos naturais, sendo aqui considerado o recurso natural água como elemento de disputa e as distintas dimensões dos conflitos identificados.

3.3 Desafios e Contradições na Gestão dos Recursos Hídricos

Entre todos os outros, a água é o recurso natural mais rico que se conhece. Possui múltiplos usos que possibilitam ao homem a produção de alimentos, saciar a sede, fazer higiene, alimentar os animais, produzir energia, navegar, divertir-se, e ainda, purificar-se espiritualmente. É um recurso essencial à economia, à produção de alimentos e ao desenvolvimento humano. Utiliza-se água desde o consumo direto para as necessidades básicas até a produção agropecuária, industrial, entre outras. A existência da água é indispensável tanto para saciar a sede quanto para a acumulação de capital. A civilização moderna é marcada por uma grande demanda de água. Em relação

¹⁰ O “ecologismo” dos pobres se contrapõe ao “ecologismo” ocidental, na medida em que o primeiro se preocupa com o uso do meio ambiente e quem se beneficia dele, a proteção ambiental com justiça social, o segundo se detém à proteção na natureza silvestre, as outras espécies e a diversidade biológica (GUHA, 1995, apud MENDONÇA et al. 2012, p. 264).

ao abastecimento das populações “os especialistas divergem quanto a sua quantidade mínima necessária, mas os valores oscilam de 40 a 100 litros diários por pessoa, sem considerar os gastos agrícolas e industriais” Ribeiro (2008, apud CIBIM; CLARO, 2012, p. 02). Em relação ao consumo de água “per capita” por habitante/dia “varia em torno de 100 a 300 litros de acordo com a natureza da cidade e o tamanho da população” (idem, p. 03). O consumo de água aumenta de acordo com a melhoria das condições socioeconômicas de determinada sociedade e com os tipos de atividades econômicas desenvolvidas nos locais.

Os estudos acerca da questão socioambiental demonstram a crescente necessidade de se discutir sobre a disponibilidade, distributividade e acesso ao recurso natural água, recurso cada vez mais territorializado. Estudos também mostram que muitas regiões do planeta enfrentam severas crises de falta de água na atualidade, sobretudo nas regiões de clima seco e árido. A ONU - Organização das Nações Unidas (2010) admite que até o ano de 2050 cerca de 60% da população mundial terá graves dificuldades relacionadas à escassez hídrica e que atualmente 30% da população mundial vivencia problemas crônicos com o consumo da água.

Esse processo vem demonstrando impactos no desenvolvimento humano e diversos conflitos relacionados ao acesso à água entre distintas populações. Como resultante das várias consequências da crise ambiental, evidenciam-se e acirram-se questões relacionadas à problemática hídrica constituída atualmente como crise hídrica em diversas escalas, seja em nível local, regional, nacional ou internacional.

A discussão da crise global da água, geralmente, é compreendida como uma coleção de crises localizadas territorialmente relacionadas ao acesso, à disponibilidade ou à degradação das fontes hídricas, e cuja solução exige uma política global (LALL et al. 2008, apud VILLAR, 2012, p. 32). Exige-se também uma articulação entre diversos atores, assim como a reflexão acerca das ideologias que permeiam o discurso da problemática da água. No início deste século, onde algumas regiões do planeta enfrentam severos problemas com a falta d'água, muitos autores defendem que o problema da água não está relacionado à sua escassez, mas a disponibilidade dos recursos hídricos (CAMDESSUS et al. 2005, p.138), sendo necessário discutir acerca da chamada ‘exclusão hídrica’, relacionada a problemas de dificuldades institucionais e de gestão (ONU, 2006).

Nesta perspectiva é necessário compreender as distinções dadas aos termos água e recursos hídricos. É importante destacar o posicionamento de Silveira (2009), quanto à distinção entre os termos:

“O termo água refere-se, em geral, ao elemento natural, desvinculado de qualquer uso ou utilização. Por sua vez, o termo recurso hídrico é a consideração de água como bem econômico, passível de utilização para tal fim” (Canelón Perez, 2004, apud SILVEIRA, 2009, p. 42).

Nesse sentido muito autores indicam que a crise de água, é, sobretudo, relacionada à distribuição, conhecimento e recursos e não de escassez absoluta (SELBORNE 2001, apud SILVEIRA, 2009, p. 43), assim como, se trata mais de um problema de governança do que de falta de fontes naturais de água (UN-WATER/WWAP, 2006).

Os problemas macro relativos ao recurso natural água dizem respeito às relações capitalistas na sua apropriação. A dinâmica do desenvolvimento do capital com o uso desenfreado deste recurso pelos processos de irrigação para as grandes lavouras e a produção de *commodities* são desafios cada vez mais crescentes nos diferenciados territórios, para a gestão dos recursos hídricos. O modo de produção capitalista criou uma demanda por água que ignorou as capacidades locais de provê-la e ameaça fontes hídricas de outros locais. Se a tecnologia não for capaz de gerar tal água, o mercado globalizado de *commodities* permite a transferência de água a grandes distâncias por meio da exportação e importação de matérias primas, através da ‘água virtual’ (ALLAN, 1993 apud VILLAR, 2012, p. 35)¹¹.

Não é intenção adentrar nesta discussão, porém se faz necessário compreender que deste modo, os padrões de consumo mundiais afetam os recursos hídricos locais, pois o local vai buscar suprir essa demanda internacional, independente de limitações ambientais ou preocupações sociais, pelo que vem sendo considerado como uso virtual da água, transformada em mercadoria através da venda dos produtos do agronegócio. Em tempos de mundialização da economia, que depende da apropriação dos recursos naturais para os processos produtivos, a discussão da valorização econômica da água –

¹¹ Esse conceito, criado em 1993, pelo Prof. Tony Allan, se referiu à quantidade de água disponível no mercado global de *commodities* agrícolas por meio do cálculo do volume de água embutido na produção de cereais, leite e carnes comercializadas. Alguns atores alertam que esse conceito se restringe aos aspectos quantitativos, e que deveria se adicionar o volume de água necessário para diluir a níveis aceitáveis a poluição difusa gerada nos corpos hídricos pelos agroquímicos (DABROWSKI et al., 2009 apud VILLAR, 2012, p.36).

bem imprescindível para a manutenção de toda e qualquer vida, ganha espaço entre os cenários políticos.

No Brasil o setor que mais consome água se concentra em determinadas regiões, como no sudeste e centro-oeste através das grandes irrigações para a agricultura de ponta. Assim como na média mundial, o consumo de água na agricultura é o mais extensivo dentro dos três grandes grupos demandantes (agricultura, industrial e doméstico), chegando a representar mais de 60% do consumo de água. Lembrando que se trata de uma agricultura de ponta onde a inovação tecnológica faz parte de todo o processo de irrigação e é um dos principais fatores para o aumento do consumo da água, que se torna uma prática estratégica para aumentar a oferta dos produtos agrícolas.

Segundo Telles (1999 apud CARMO et al. 2005), eclodem no Brasil os conflitos relativos ao desperdício e à pouca preocupação com a qualidade da água que amplamente utilizada no setor agropecuário não retoma às suas fontes de origem ou retoma a elas comprometida por contaminação de pesticidas ou dos dejetos do rebanho. O autor supracitado elabora a análise acerca da utilização da água em nível de regiões brasileiras salientando as especificidades. Em sua análise, em regiões como a do nordeste, a produção e a criação dos rebanhos é muito afetada pela disponibilidade de água, sobretudo devido às desigualdades na distribuição de recursos hídricos oriundas da desigualdade na distribuição das propriedades e onde a existência dos latifúndios se fez e se faz fortemente presente.

Embora no Brasil haja uma das maiores reservas de água doce do mundo, sobretudo, em relação às águas subterrâneas, essa abundância relativa pode se tornar um motivo de importantes negociações e conflitos futuros. Atualmente as disponibilidades dos recursos hídricos entre as distintas regiões já se tornam foco de disputas e conflitos. Deste modo, a água passa a figurar em um comércio que explora a abundância ou a escassez de recursos hídricos como um dos pontos chaves para a decisão sobre “o que produzir” e “onde produzir”, segundo a quantidade de água disponível e necessária para a produção.

De forma geral, o debate acerca da abundância ou escassez de água pode ser iniciado de forma que, ao delegar à economia a função de estabelecer o que se produzirá em cada região com base na quantidade de água existente em seu território pode-se gerar discussões e evidenciar disparidades e conflitos socioambientais entre as diversas populações.

Neste sentido, a questão crucial da problemática hídrica nas regiões brasileiras tem a ver com a disponibilidade dos seus recursos hídricos, o que vai depender das formas de organização política dos Estados. Em relação à agropecuária, não se trata de questionar a sua expansão, que é uma atividade importante para a economia do país, mas sim analisar de que forma esta atividade se desenvolve no território, no tempo e no espaço de acordo com as disponibilidades hídricas locais e seus rebatimentos, por exemplo, em outras produtividades, como no desenvolvimento da pequena agricultura nas regiões do semiárido nordestino.

Neste entendimento, Hoekstra et al. (2004, apud CARMO et al. 2005), sugerem uma visão holística dos recursos hídricos, em relação às suas faces econômica, política, social e ambiental em que conste a segurança hídrica para as populações e condições de produção industrial e agrícola para os outros setores da sociedade.

Entre outras questões, entender os desafios e contradições apontados à gestão dos recursos hídricos, implica que se desenvolvam estudos e pesquisas relacionados ao reconhecimento das Bacias Hidrográficas como unidades territoriais, e suas particularidades. Este projeto ganhou forma a partir das discussões dos Princípios de Dublin, negociados na reunião preparatória para a Rio-92, no Princípio n. 1, que determinava que a gestão efetiva e integrada dos recursos hídricos, deveria ser baseada nas bacias hidrográficas (PORTO et al. 2008, apud CIBIM; CLARO, 2012). Este foi um dos compromissos assumidos por diferentes países com o Plano de Implementação da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável - PICMDS (2002), em Johannesburgo, África do Sul, que tinha, até 2005, como uma das metas, a elaboração de Planos de Gestão Integrada dos Recursos Hídricos e aproveitamento eficiente da água. (BRITO et. al, 2007, p. 23).

No Brasil o reconhecimento das Bacias Hidrográficas como unidades territoriais se deu a partir de 2003, através divisão do território brasileiro em Bacias Hidrográficas pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH (2003) com base nos aspectos da política de água proposta na Lei n. 9.433/97, sendo fundamentais em termos de gestão das águas, a democratização das decisões e implementação dos Comitês de Bacia.

Dentre os instrumentos de gestão da PNRH (1997) está o Plano Nacional de Recursos Hídricos lançado em 2006, sendo definido para fundamentar e orientar a implementação dessa política, e tem como objetivo geral estabelecer um pacto nacional para a definição de diretrizes e políticas públicas voltadas para a melhoria da oferta de

água, em qualidade e quantidade, gerenciando as demandas e considerando a água estruturante para a implementação das políticas setoriais, sob a ótica do desenvolvimento sustentável e da inclusão social.

Os objetivos estratégicos da PNRH (1997) foram estabelecidos considerando três dimensões essenciais à sua eficácia: a melhoria das disponibilidades hídricas, superficiais e subterrâneas, em qualidade e quantidade; a redução dos conflitos reais e potenciais de uso da água, bem como dos eventos hidrológicos críticos e a percepção da conservação da água como valor socioambiental relevante. Em relação à dimensão da redução dos conflitos reais e potenciais compete aos Comitês de Bacia de cada região ou Estado analisar a ‘dominialidade das águas’ através da promoção de debates acerca desta problemática (CIBIM; CLARO, 2012).

Neste sentido, as discussões acerca das políticas hídricas devem considerar a relevância do papel dos Comitês de Bacia e as possibilidades da gestão integrada nos debates relacionados às potencialidades hídricas para as regiões, bem como na mediação dos processos de conflitos por acesso à água.

De acordo com Machado (2002), na noção de Gestão Integrada dos Recursos Hídricos são assumidas várias dimensões que envolvem diferentes e complexas conotações: primeiro, tem que se considerar os diversos processos de transporte de massa de água do ciclo hidrológico; segundo, a água é um recurso de usos múltiplos; terceiro, está em constante inter-relacionamento com outros elementos do mesmo ecossistema (solo, flora, fauna); quarto, envolve co-participação de gestores, usuários e população no planejamento e na gestão desses recursos e, finalmente, deve atender aos anseios da sociedade, na perspectiva do desenvolvimento sustentável. A dimensão de co-participação da população deve englobar usuários e gestores no planejamento e na gestão dos recursos hídricos, o que deve atender a todos os usuários seja a população urbana ou rural. Os conflitos acerca do acesso aos recursos hídricos relacionam-se à percepção política e econômica nos território e as possibilidades de mediação destes conflitos existem de acordo com as potencialidades locais de organização coletiva e política. Para tanto, a governabilidade da água deve compatibilizar interesses das populações locais, englobando zonas urbanas e rurais e desenvolvimento local.

Atualmente alguns municípios brasileiros possuem dificuldades de aderirem às políticas hídricas, o que é resultante de vários aspectos, entre eles, formas de organização institucional e processos de burocratização. Porém, é importante lembrar que a crise da falta d’água tem uma forte relação com a ausência de gestão de recursos

hídricos, especialmente quanto às relações de poder que se estabelecem nos territórios e se dão entre as decisões institucionais (ZHOURI, 2005).

Assim, no contexto da globalização econômica com dispersão dos problemas ambientais em nível global, é necessário avaliar o consumo e a distributividade de água em escala ampla e também local. Deve ainda ser lembrado que, como os demais problemas ambientais, o problema da água atinge desigualmente os diferentes segmentos das populações e ocasiona disparidades regionais. Neste sentido através de uma abordagem crítica acerca da construção das relações e das formas de apropriação do recurso natural água, é possível verificar que nos territórios rurais do sertão pernambucano, a falta de água não é unicamente um problema climático ou naturalizado, mas, sobretudo, um problema social, político e ambiental, que vem acirrando os conflitos socioambientais entre os grupos sociais.

4 A REALIDADE HÍDRICA NO RURAL DE SÃO JOSÉ DO EGITO-PE

4.1 A Territorialização do Semiárido Nordeste

Cada território, região ou lugar registra em seu processo de formação as condições da diversidade de recursos e a existência das desigualdades que se conformam de acordo com o estabelecimento da divisão territorial do trabalho. Discutir a conceitualização do território, analisar a dinâmica do espaço e compreender os sentidos da territorialidade significa se debruçar acerca do processo de formação sócio-histórica de determinado país, lugar ou região.

Por conseguinte, o Brasil possui uma vasta dimensão territorial e apresenta diferenciadas regiões tanto em relação às características climáticas quanto em relação ao próprio processo de formação e desenvolvimento. O Brasil “nasceu voltado para o exterior ao contrário do que ocorreu com o velho mundo...” “onde muitos núcleos urbanos surgiram em função do atendimento das necessidades do meio rural, se contrapondo, às vezes, política e socialmente às estruturas deste meio rural...[...]” (ANDRADE, 1970, p. 114). No Brasil havia o espaço indiferenciado com a ausência de qualquer núcleo urbano quando os portugueses chegaram e os primeiros núcleos construídos se situaram no litoral, tendo como principal atividade econômica a portuária (idem, 1970), ficando as áreas de interior à segundo plano.

Entre as subdivisões das regiões brasileiras encontra-se o semiárido nordestino, região historicamente estereotipada e conceituada com características peculiares e até diferenciadas das outras regiões brasileiras, devido, sobretudo, ao fenômeno da estiagem e tida como região da “seca e da fome” (OLIVEIRA, 1977). A territorialização desta região se inicia no período colonial e se fundamenta a partir da distribuição desigual das terras com as Capitanias Hereditárias (1534) e com o desenvolvimento da economia pecuária pelos grandes donos de terras. Este tipo de economia era visto como um dos desdobramentos da economia principal do nordeste, a cana-de-açúcar, que se desenvolvia na Zona da Mata e Litoral onde era a porta de entrada dos colonizadores.

A pecuária predominou como economia principal na região semiárida devido, sobretudo, à disponibilidade de grandes extensões de terra próximas às áreas do Rio São Francisco e seus afluentes, como o rio Pajeú. Segundo Andrade (2004), a pecuária ainda

é hoje, como no passado, a grande riqueza do sertão, dado o seu desenvolvimento em grandes propriedades penetradas na caatinga às margens dos rios.

Tal fato trouxe o povoamento e a formação de áreas de latifúndios e com isso as relações de poder foram exercidas a partir da formação das estruturas fundiárias de cunho autoritário, paternalista e clientelista na organização política e econômica da região, as quais ainda são possíveis de se identificar em pequenos municípios do sertão nordestino. Neste sentido, na formação socioeconômica do semiárido nordestino, houve uma forte presença do *coronelismo* e exclusão das massas rurais da estrutura fundiária através das relações de poder (FURTADO, 2007).

A pecuária foi responsável pela caracterização socioeconômica do semiárido nordestino a partir dos tempos de colonização e pela demarcação deste território com forte distribuição desigual de terras através dos grandes latifúndios, fato devido, sobretudo, à falta de interesse dos colonos em povoar regiões mata adentro dos interiores (PRADO Jr, 2004).

Deste modo, o desenvolvimento da pecuária inicialmente se destinava a satisfazer as necessidades alimentares da população que trabalhava nas grandes fazendas e era tida como atividade secundária à produção de açúcar. Para Prado Jr. (2004),

A pecuária, apesar da importância relativa que atinge e do grande papel que representa na colonização e ocupação de novos territórios, é assim mesmo nitidamente uma atividade secundária e acessória. Havemos de observá-lo em todos os caracteres que a acompanham: o seu lugar será sempre de segundo plano, subordinando-se às atividades principais da grande lavoura, e sofrendo-lhe de perto todas as circunstâncias (p.44).

Tal atividade também favoreceu o povoamento das terras pelo interior, e a apropriação privada de grandes áreas extensivas. Segundo Prado Jr (2004), no período colonial a pecuária nordestina,

Abastecerá os núcleos povoados do litoral norte do Maranhão até a Bahia. As fazendas de gado se multiplicaram rapidamente, estendendo-se embora, numa ocupação muito rala e cheia de vácuos, por grandes áreas. Seus centros de irradiação são a Bahia e Pernambuco. A partir do primeiro, elas se espalham, sobretudo, para o norte e noroeste, indo ocupar o interior dos atuais estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Um núcleo secundário que também deu origem a um certo movimento expansionista de fazendas de gado é o Maranhão: elas se localizam aí ao longo do rio Itapicuru (p.45).

Nesse contexto, o que prevaleceu foi a apropriação privada de grandes extensões territoriais, através das grandes fazendas, em que, neste novo sistema econômico a condição fundamental de sua existência era a expansão e a disponibilidade de grandes pastos pelo interior (FURTADO, 2007).

A criação do gado pelos sertões era uma atividade econômica com características distintas das da unidade açucareira, no sentido de ser uma economia dependente da própria região nordestina e por ser responsável pela penetração e ocupação no interior devido, sobretudo, da necessidade de “haver uma permanente expansão sempre que houvesse terras por ocupar - independente das condições da procura” (FURTADO, 2007, p. 96). Assim, a expansão criatória não encontrou obstáculos para se desenvolver e foi fator fundamental para o estabelecimento das relações sociais de acúmulo de capital. De acordo com Furtado (2007),

Esta atividade apresentava para o colono sem recursos muito mais atrativos que as ocupações acessíveis na economia açucareira. Aquele que não dispunha de recursos para iniciar por conta própria a criação tinha possibilidade de efetuar a acumulação inicial trabalhando numa fazenda de gado... O homem que trabalhava na fazenda de criação durante um certo numero de anos (quatro ou cinco) tinha direito a uma participação (uma cria em quatro) no rebanho em formação, podendo assim iniciar criação por conta própria (p.98).

Ao passo em que se desenvolviam as atividades pecuaristas de criação de gado aparecia a figura do fazendeiro, do vaqueiro e do tangerino. Para Andrade (2004),

Formou-se uma sociedade pecuarista dominada por grandes latifúndios cujos detentores quase sempre viviam em Olinda ou em Salvador, delegando a administração da propriedade a empregados, e nas quais havia sítios que eram aforados a pequenos criadores que implantavam currais. Ali alguns pequenos criadores, com o consentimento dos fazendeiros desenvolviam as atividades para sustento da família como a pequena plantação de milho e feijão e ao mesmo tempo trabalhavam nas grandes fazendas. (p. 47)

Havia latifúndios que se estendiam por mais de oitenta léguas nas margens do rio São Francisco expandindo-se até o Rio Grande do Norte (ANDRADE, 2004). Neste caso, apareciam como categorias sociais principais os grandes proprietários, os vaqueiros e os tangeiros (BERNARDES, 1997). Deste modo, as relações de poder na econômica e na política se expressaram historicamente, sobretudo, entre os possuidores das terras e não possuidores de terra, ou fazendeiros e pequenos criadores.

Essas relações demarcaram e ainda demarcam realidades de exploração e conservadorismo na vivência e dinamismo dos territórios do semiárido nordestino evidenciando-se nos processos de identidade das populações com os territórios e fazem

parte dos determinantes estruturais relacionados ao surgimento de conflitos, seja de ordem política, econômica ou de apropriação de recursos naturais nas localidades.

A questão da cultura do *coronelismo* e com isso, relações patriarcais se tornaram processos naturalizados na história do semiárido nordestino. De acordo com alguns estudiosos o coronelismo teve início na República Velha (LEAL, 1976), porém essa é uma estrutura vigente que assume até os dias atuais características diferentes em várias regiões e se espelha nas origens e práticas de determinadas formas políticas do Brasil. Para Leal (1976), o coronelismo é “[...] resultado da superposição de formas do regime representativo à uma estrutura econômica e social inadequada [...]. É forma peculiar de manifestação do poder privado” (p.20). Logo, esta questão não poder ser tida como um fenômeno simples, visto que abrange um complexo de características das políticas municipais, envolvendo a troca de proveitos e favores entre o poder público e os chefes locais.

Na história do semiárido nordestino, o coronelismo assumiu a forma de imposição de poder através do *clientelismo* – prática que condiciona a concessão de favores ao voto do eleitorado onde as lideranças locais valendo-se da proximidade com os chefes do poder público ganhavam “benesses”, que não raro eram direitos do eleitor, mas que precisavam de “padrinhos políticos” para serem alcançados em troca do voto¹². O coronelismo proporcionou aos grandes fazendeiros a apropriação cada vez maior de grandes extensões territoriais, e com isso, a mercantilização da terra e as origens agrárias do capitalismo no Brasil (MENEZES, 2007).

Deste modo, ocasionou-se a exclusão das massas rurais da estrutura fundiária e com isso, a imposição das relações de poder, marcadas por diversas formas de dominação que se deram, e em muitos casos, ainda se dão, sobretudo, através do controle sobre os recursos naturais entre os grandes donos de terra e os pequenos agricultores ou moradores, ou seja, o controle sobre o que se planta, o que se produz e sobre o acesso, a distributividade e disponibilidade da terra e da água em geral, realidade é possível de ser verificada no objeto do estudo em questão.

Esse processo caracterizado pelos *cercamentos* das terras que na prática, “significa o processo de sua privatização, de sua transformação em propriedade privada e anulação dos direitos dos camponeses” fez dos proprietários novos protagonistas das

¹² Disponível em: <<http://redejudiciaria.blogspot.com.br/2009/12/coronelismo-enxada-e-voto.html>>, acesso 18 jun 2014.

forças produtivas¹³ (Wood, 2000, apud MENEZES, 2007, p. 04). Como resultado dos *cercamentos* ocasionou-se processos de perturbação social, miséria e degradação (Polanyi 1944, p. 53, apud MENEZES, 2007). Também o que aí dominou foi a “estrutura fundiária marcada por pequenas e médias propriedades” (BERNARDES, 1997, p. 60).

Devido a esta questão, agudizada a fortes períodos de estiagem o nordeste semiárido vivenciou épocas de crescimento da miséria e pobreza entre as populações, o que mais tarde levaria aos processos de migração para outras regiões do Brasil. Atrelado a essa realidade o coronelismo encontrou um forte instrumento de lhe deu apoio quanto à imposição do poder paternalista nas regiões mais segregadas pelos sertões, a seca, que vitimava muitas populações pela falta de água, processos de migração, subordinação e exploração dos pequenos sitiantes aos fazendeiros pela troca de alimentos e água.

Em fins dos anos 50 do século passado, houve a criação da SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, na tentativa de alavancar o crescimento da região, apostando na intervenção estatal e em uma melhor gestão das verbas. Porém estas ações esbarraram no clientelismo entre governantes e latifundiários, o que impediu a melhor aplicação das verbas e a integração social do Nordeste (ALBUQUERQUE, 2011).

O Departamento Nacional de Obras contra as Secas - DNOCS da SUDENE se destinava à construção de barragens para represamento de água para utilização em períodos de seca. Porém, muitas vezes, a construção se dava nas propriedades de grandes e médios fazendeiros, tornando-se barragens privadas que serviam, sobretudo, para a criação do gado dessas fazendas e marginalmente atendiam à implementação de pequenas “culturas de subsistência” de várzea, nas ribeiras das barragens. Ao analisar esta política regional, Oliveira (1977), afirma:

O investimento do DNOCS reforçava num caso ou noutro, a estrutura arcaica: expandia a pecuária dos grandes e médios fazendeiros, e contribuía para reforçar a existência do “fundo de acumulação”, próprio dessa estrutura, representado pelas “culturas de subsistência” dos moradores, meeiros, parceiros e pequenos sitiantes (p. 48).

Também havia a perfuração de poços, que se assemelhava à mesma situação das barragens, mediante acordo com os grandes proprietários, porém não há na literatura sobre este período, registros de casos de poços públicos perfurados pelo DNOCS no

¹³ Estas são compreendidas através da análise precisa de Marx (1995, p. 141, apud. MENEZES, 2007), como “[...] a pressuposição da gênese do capital e a *mercadoria* elementar da riqueza burguesa”.

sertão nordestino, somente em algumas cidades para fins de abastecimento de água potável (OLIVEIRA, 1977).

Desse modo, a intervenção estatal contra as secas, não só foi instrumento para exploração de mão de obra dos pequenos sitiantes, meeiros, parceiros, através da construção das barragens em troca de alimentos – farinha, feijão, carne seca, como reforçou a manutenção do poder dos coronéis nas localidades com armazenamento e apropriação de água pelas barragens e permanência de suas produções nas fazendas. Para Oliveira (1977), “não foi ocasional o controle político do DNOCS que permaneceu durante décadas nas mãos dos políticos oligárquicos¹⁴” (p. 49). Neste sentido, o crescimento da miséria no semiárido ganhou notoriedade e as desigualdades regionais podem ser evidenciadas até os dias atuais.

A partir dos anos 90 do século passado, iniciaram-se algumas mudanças na designação do semiárido. As políticas e programas relacionados à seca foram se modificando e os territórios passaram a ser organizados política e economicamente pelo poder público através das estratégias de convivência com o Semiárido. Os estudos desenvolvidos pelo Estado passaram a tentar compreender as razões dos processos de migrações entre as regiões rurais do sertão nordestino, sobretudo, com o advento dos inchaços das cidades maiores e abandono da área rural e a notoriedade de que ganhavam os movimentos sociais que colocavam e colocam em questão as contradições do crescimento econômico e social do semiárido e o acirramento das desigualdades sociais e da pobreza nas áreas rurais.

No intuito de promover o ‘desenvolvimento’ para regiões historicamente defasadas de políticas sociais, o Governo Federal estabeleceu a partir de 2003 uma divisão territorial para o semiárido nordestino, de modo a pensar em estratégias de políticas públicas¹⁵.

Desse modo, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA (2003), atualmente o semiárido brasileiro abrange os estados de Minas Gerais (ao norte), Bahia, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe e possui uma área de 969.589,4 km², com 1.133 municípios e população correspondente a 22. 581.687 habitantes (IBGE, 2010). Sobre a caracterização climática se apresentam precipitações entre 300 e 800 mm, concentradas em poucos meses do

¹⁴De acordo com Freyre (1994, apud. BARBOSA, 2007), que trata do oligarquismo, neste regime, o poder é exercido sem o consentimento livremente expresso pelo povo, isto é, o povo aquiesce por meios “não legais”, tais como: tradição, violência, expectativa de favores; ou resignação ao status quo.

¹⁵Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br>>. Acesso: 02 nov 2012.

ano, gerando períodos de chuva e estiagem. Esta região costumeiramente conta com temperaturas altas, acima de 26°C, com poucas variações, a vegetação típica é a caatinga, único bioma exclusivamente brasileiro e a única fonte de água perene da região é o rio São Francisco que perpassa pela maioria dos estados.

Segundo relatórios analíticos do MDA (2003), em geral, os problemas dos territórios do sertão nordestino se referem à desarticulação e baixa qualidade nas capacidades institucionais, falta de instrumentos de gestão, baixa participação social, falta de assistência técnica assim como falta de arbitramento dos conflitos. No entanto, alguns territórios conseguem desenvolver atividades econômicas como o cultivo irrigado de frutas, flores, cana-de-açúcar, milho, feijão e algodão, o que se configura como diferenciação dos sertões (ANDRADE, 2005).

Historicamente dois grandes projetos são tidos como estratégicos para a transformação desta região: a Transposição do Rio São Francisco, tida como maior obra hídrica do Brasil e a criação da ferrovia Transnordestina. Porém, a maior discussão acirrada pelos movimentos sociais se refere às grandes propriedades, ou seja, a questão seria discutir a Reforma Agrária para que se pudesse pensar em resoluções para os problemas estruturais do semiárido brasileiro.

“A história do território brasileiro é, a um só tempo, una e diversa, pois é também a soma e a síntese das histórias de suas regiões” (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p. 23), daí a necessidade de explicar as diversidades regionais e no caso do Semiárido nordestino, distinguir e comparar a rede de relações complexas no seu processo de formação com as de outras regiões, como no caso da região concentrada no Sudeste (SANTOS; SILVEIRA, 2008). A análise da territorialização nesta região vem a contribuir para a compreensão da naturalização dada às desigualdades sociais e econômicas e para a análise da complexidade das relações entre desenvolvimento e crescimento (ANDRADE, 1977) entre as regiões do semiárido na atualidade.

Compreende-se que a problemática das desigualdades no acesso à água no sertão do Pajeú, é reflexo de determinadas organizações políticas que historicamente defenderam projetos hídricos para aqueles que representavam o poder, no caso os latifundiários, para o acúmulo de capital. Atualmente os grandes projetos hídricos para esta região não se diferenciam em termos de objetivo. A dinâmica do processo de produção no território de São José do Egito vem se alterando e a avicultura de certa forma vem ganhando espaço, mesmo com os períodos de estiagem. Em contrapartida a

pequena agricultura sofre com a ‘seca’ e falta água para a pequena criação. O desafio é explicar a dinâmica destas relações a partir do contexto dos conflitos por acesso à água.

4.2 A contextualização do Território

Os conflitos por água ou de indisponibilidade hídrica na região do sertão do Pajeú estão diretamente relacionados às formas de gestão dos recursos hídricos e são resultantes de processos estruturais iniciados a partir da colonização e formação desta região. Os rebatimentos desse processo atingem diretamente àqueles que mais precisam de água para viver: os agricultores e agricultoras familiares que nascem e crescem na terra e dela retiram o seu ‘sustento’. Por isso, não é possível compreender a dinâmica da realidade atual acerca dos conflitos por água, sobretudo, nas áreas rurais semiáridas sem considerar as formas de intervenções governamentais, decisivas na formação socioeconômica e na ocupação desta região.

Atualmente o semiárido nordestino encontra-se dividido geograficamente pelas políticas de desenvolvimento territorial, do MDA desde 2003, com o Programa Territórios da Cidadania, cujo objetivo é buscar estratégias de convivência com a região a partir das políticas públicas. A partir dessa divisão político-geográfica o estado de Pernambuco é dividido em seis territórios¹⁶, dentre os quais interessa a este estudo o Território Sertão do Pajeú.

Este território abrange uma área de 13.350,30 Km², com população total de 395.315 habitantes, sendo a população urbana em torno de 241.592 habitantes (61%), e a população rural é de 153.723 habitantes (39%)¹⁷. O número de estabelecimentos da agricultura familiar é de 33.804, com 1.810 famílias assentadas, 16 comunidades quilombolas e 1 terra indígena (SIT/MDA, 2003). O número de pessoas em extrema pobreza é de 92.875 pessoas, e o Índice de Desenvolvimento Humano médio é de 0,65 (IBGE, 2010). O território divide-se em três microrregiões: a microrregião de Afogados, que abrange os municípios de Afogados da Ingazeira, Carnaúba, Igaraci, Quixaba,

¹⁶ T. Agreste Meridional-PE, Mata Sul-PE, Sertão do Araripe-PE, Sertão do Pajeú-PE, Sertão do São Francisco-PE e Itaparica PE/BA. Fonte: <http://sit.mda.gov.br>, acesso em: 03 de novembro de 2012.

¹⁷ Segundo os critérios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010) é urbana toda sede municipal, independentemente do número de seus habitantes e das funções que esta aglomeração exerça efetivamente. É rural o espaço existente em torno deste núcleo, onde a população é dispersa ou se concentra em pequenos grupos de vizinhança. A adoção desta concepção tende a superdimensionar o que é urbano no país, e conseqüentemente, o processo de urbanização da sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que tende a desqualificar e anular a importância do “rural” (Veiga, 2002).

Sertânia, Solidão, Ingazeira e Tabira; a microrregião de Serra Talhada de que fazem parte os municípios de Calumbi, Flores, Mirandiba, Santa Cruz da Baixa Verde, São José do Belmonte e Triunfo; e por fim, a microrregião de São José do Egito que é composta pelos municípios de Brejinho, Itapetim, Santa Terezinha, São José do Egito (município *locus* de pesquisa) e Tuparetama. O principal acesso ao Sertão do Pajeú se dá pela BR 232 e pelas PE-320, que liga Serra Talhada a São José do Egito, via Calumbi - Flores, e PE-360, que liga Ibimirim a Floresta e a Petrolina, nas quais circula praticamente toda a produção e abastecimento. A média das distâncias entre os municípios e a capital é de 395,85 km, sendo Mirandiba o mais distante, a 476 km, e o mais próximo Sertânia, a 314 km de Recife¹⁸.

Esta região é caracterizada por chuvas concentradas em um único período (3 a 5 meses), variando as médias anuais de 400 a 800 mm, com distribuição espacial e temporal muito irregular (Coeficiente de Variação = 30%), apresentando algumas áreas com média de 250 mm e outras com médias superiores a 1.000 mm. As temperaturas médias anuais são elevadas (23 a 27°C) e apresentam amplitudes térmicas diárias de 10°C, mensais de 5 a 10°C e anuais de 1 a 50°C. A insolação apresenta média anual de 2.800 h/ano; a Umidade Relativa média anual é de 50%; e a Evaporação média anual é de 2.000 mm/ano. Os rios da Bacia do Pajeú, que percorre a maioria dos municípios, são todos temporários, correndo num curto período de chuvas. Possuem leitos largos e arenosos onde se formam lençóis de água subterrânea utilizados pela população sob a forma de cacimbas em épocas de chuva. Pode-se se dizer que a evapotranspiração é muito intensa, consumindo até 2500 mm/ano, ou seja, duas a três vezes as alturas médias de precipitação de longo período, sendo o sol o maior consumidor das águas superficiais e, em parte, das águas subterrâneas.

De acordo com o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sertão do Pajeú (2011), as atividades econômicas que mais se desenvolvem neste território são em geral, além da pecuária, a caprinocultura e ovinocultura, visto da adaptação dos animais às condições climáticas do semiárido. As atividades agrícolas dos municípios são predominantemente desenvolvidas pelo cultivo do feijão, do milho e da mandioca em épocas de chuva, caracterizando-se como atividades de agricultura familiar.

São José do Egito possui 798,877 Km² de área de unidade territorial, com 31.829 habitantes, sendo a população urbana habitada por 20.960 (65,85%) pessoas e a

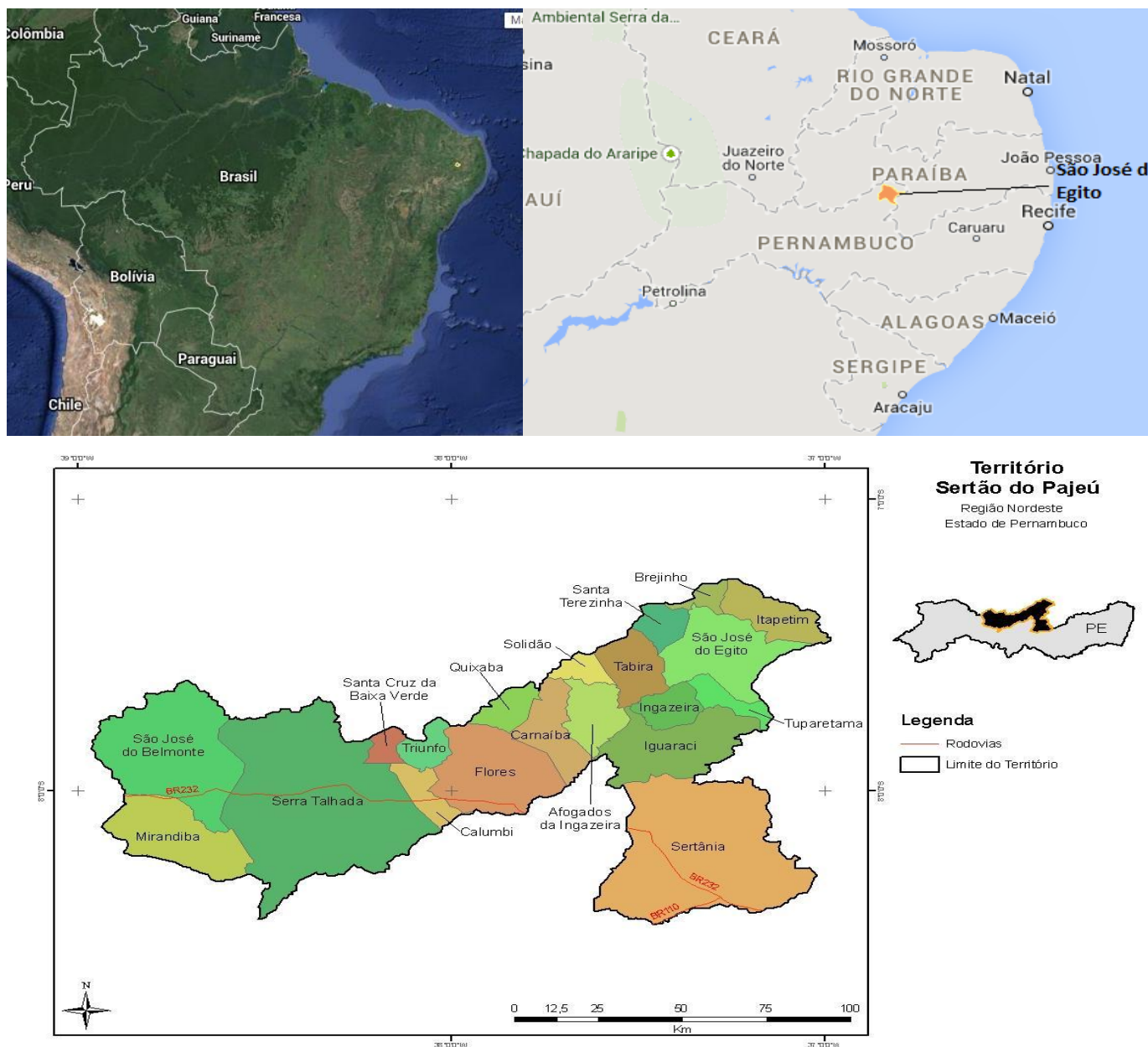
¹⁸ De acordo com dados do Plano Território de Desenvolvimento Sustentável do Sertão do Pajeú (2011).

população rural com 10.869 (34,15%). A população de sexo masculino é de 15.522 habitantes e a população feminina é de 16.316 habitantes no total. A faixa etária prevalece entre adolescentes e jovens de sexo masculino de 15 a 19 anos, de acordo com os critérios do IBGE (2010) ¹⁹. O município foi criado em 26 de maio de 1877 e instalado em 24 de abril de 1833, ao ser desmembrado de Afogados da Ingazeira com o nome de São José da Ingazeira. Passou a denominar-se São José do Egito em 30 de junho de 1886 pela Lei nº 1.880²⁰.

Figura 03: Localização de São José do Egito – PE.

¹⁹Fonte: IBGE: Censo Demográfico 1991, Contagem Populacional 1996, Censo Demográfico 2000, Contagem Populacional 2007 e Censo Demográfico 2010.

²⁰ De acordo com o Diagnóstico do Projeto Cadastro de Fonte de Abastecimento por Água Subterrânea – PCFAAS do Ministério de Minas e Energia - MME (2005).



Fonte: Base cartográfica IBGE 2006; Base Territorial SDT/MAD, 2009. Adaptado pela autora, 2015.

O comércio de atividades produtivas na área urbana desenvolve-se nos dias de feiras livres, assim como para os outros municípios das microrregiões. Estas feiras são tradições entre os nordestinos sertanejos. Como atividades econômicas tradicionais destacam-se a pequena agricultura familiar, com o cultivo das lavouras temporárias de algodão herbáceo, batata doce, cana de açúcar, feijão, mandioca, milho e tomate, como lavouras permanentes predominam a castanha de caju, sisal ou agave, banana, goiaba, laranja e a manga (Diagnóstico PCFAAS, 2005).

Atualmente a economia local vem se desenvolvendo, sobretudo, através do comércio e da avicultura de corte e de postura de pequeno e de médio porte²¹. De acordo com dados da COPASA - Cooperativa de Suinocultores e Avicultores do Alto Pajéu, que atende aos cooperados do município existem aproximadamente 223 granjas de frango distribuídas nas áreas rurais. Deste modo, segundo o IBGE (2010), o Produto Interno Bruto (PIB) está associado ao desenvolvimento dos serviços, indústria e agropecuária. O desenvolvimento desta atividade econômica vem possibilitando o aumento da oferta de emprego no município e também evidenciando a eclosão ou processos latentes de conflitos entre a população local devido aos problemas de escassez de água e indisponibilidade de recursos hídricos²². Neste sentido, segue-se a análise feita a partir da coleta de dados com os sujeitos sociais da pesquisa:

4.3 Os sentidos de Identidade com o Mundo Rural

Na pequena agricultura do sertão pernambucano atualmente ocorrem transformações resultantes da globalização do capital que atinge a todas as instâncias da sociedade, inclusive a vida no campo. No Brasil o que vem prevalecendo é a grande agricultura para exportação, em contrapartida as pequenas culturas tradicionais de plantação vêm perdendo força, sobretudo, em regiões como a do semiárido que com as determinações advindas da ‘indústria de seca’ dependem diretamente dos investimentos públicos para se desenvolver. Toda a percepção sobre a pequena agricultura está relacionada aos processos iniciados a partir dos anos de 1970 no Brasil, quando a maioria das construções sociais sobre o mundo rural sugeria o seu desaparecimento. Tal fato foi intensificado com a industrialização tardia, cujo processo evidenciou inúmeras transformações econômicas, sociais, políticas e culturais nas relações envolvendo o mundo do trabalho. Surgiram as ideias de urbanização societária (LEFEBVRE, 1970^a) e de artificialização da agricultura – as quais liberavam a produção de alimentos da sua base *natural-rural* e de seus componentes e agentes arcaicos (FERREIRA, 2002).

²¹ Conforme Meira (2002, apud. EVANGELISTA et.al, 2008) um exemplo de desenvolvimento da avicultura neste município se dá através da Agropecuária Serrote Redondo Ltda. que tem sua atividade centralizada também em Afogados da Ingazeira e conta com abatedouro Industrial, sendo responsável por 20,2% do abate industrial em Pernambuco. A sua marca “do Mato” atende os consumidores de Pernambuco e parte do Nordeste.

²² Nos últimos períodos de estiagem ganharam notoriedade as manifestações por água entre a população local, como nas informações retiradas do vídeo: <<http://www.youtube.com/watch?v=HG-V9xpaDe0>>. Título: Manifestação contra a retirada irregular de água da barragem do Cascudo. Publicação: 18 de Abril, 2012. Acesso em 29 de outubro 2012.

Nessas formulações estava implícita a ideia de que o novo mundo era urbano e o velho era o rural e com isso a aceleração do processo de urbanização. Juntamente com as políticas de Estado e a industrialização dos territórios levou-se à formação da classe trabalhadora no Brasil a partir do momento em que os trabalhadores das áreas rurais viam-se cada vez mais necessitados de migrarem para os grandes centros urbanos que eclodiam em meio à revolução industrial (entre 1970 e 1990 trinta milhões de brasileiros deixaram a vida no campo).

Neste mesmo período iniciaram-se os processos de modernização da agricultura, a ‘modernização conservadora’ - predominante até os dias atuais com a grande agricultura cientifizada e produzida através das inovações tecnológicas (SANTOS, 2009) e com isso foram identificados alguns sentidos a respeito do mundo rural: a ideia de que se iniciava um esvaziamento do rural e o declínio do seu peso demográfico, consequentemente um sentido de diminuição e participação da agricultura tradicional no PIB e de sua subordinação crescente ao processo de agroindustrialização (agricultura para exportação). Também foram produzidos sentidos de proletarização de grupos rurais através da generalização do modelo empresa moderna. Ao mesmo passo, a “ideia de generalização da cultura urbana desqualificava a pertinência do rural como espaço portador de singularidades” (FERREIRA, 2002, p. 30).

Neste sentido o rural foi afastado da ideia de integração da agricultura à indústria sendo incitadas as ideias de fim do campesinato²³ e o processo crescente de urbanização do campo. A partir dos anos de 1990 as ciências sociais especializadas passaram a identificar “as potencialidades do rural como espaço para as reformas societárias de cunho integrativo e como base para repensar a qualidade de vida na contemporaneidade” (FERREIRA, 2002, p. 30). Tal fato deveu-se ao movimento de diversos países (sobretudo, países desenvolvidos que possuem agriculturas diferenciadas da do Brasil) que registravam o desenvolvimento de seus espaços rurais (retomada do crescimento demográfico, diversificação ocupacional, aumento da oferta de trabalho).

Esta nova visão demonstrava o crescimento em vários países de organizações, associações e movimentos sociais de base rural que propunham uma “forte crítica às políticas rurais e agrícolas gestadas conforme o modelo de desenvolvimento modernizador” (idem, p.30). Neste sentido as ciências sociais passaram a analisar esta

²³ De acordo com Wanderley (2009), ao campesinato correspondia um segmento da população que trabalhava no campo. Atualmente corresponde a uma das formas particulares de agricultura familiar, que se constitui enquanto um modo específico de produzir e de viver em sociedade.

questão discorrendo acerca das novas ruralidades, reconstrução da ruralidade e dos espaços rurais como territórios do futuro²⁴.

No Brasil a definição administrativa do que é rural delimita-o como tudo aquilo que não é uma aglomeração e que não dispõe de serviços. De acordo com os estudos de Wanderley (1997, 1999 e 2001 apud FERREIRA, 2002) e Veiga (2002) apresentam-se alguns equívocos sobre tal definição, pois independente do tamanho da área, todos os municípios brasileiros são compostos de uma parte urbana (sede do município, mesmo que ela tenha uma população reduzida), e de uma parte rural (caracterizada por habitações dispersas). Este procedimento da definição administrativa acaba por identificar o Brasil como muito mais urbano, com 80% da população vivendo nas cidades e em meio a todo o processo de globalização vigente acaba por se reproduzir uma dicotomia entre rural e urbano onde o rural é sinônimo de atraso, local caracterizado por excelência, pelas atividades agrícolas enquanto que a cidade representa o moderno, o local onde tudo acontece. Assim o rural acaba por ser subordinado à cidade e aos efeitos de sua reprodução. No entanto, para se compreender o rural como território do futuro é preciso identificar as suas potencialidades e singularidades. Para Perico; Ribeiro (2005), a concepção da territorialidade rural

Apoia-se na revalorização do espaço rural e de sua geografia como unidade de gestão que permite integrar uma realidade econômica multissetorial e dimensões políticas, sociais, culturais e ambientais. Fazer o ajuste de políticas rurais setoriais apoiadas no território é um grande desafio. É necessário incorporar o critério espacial na definição de políticas públicas (p.25).

Deste modo faz-se necessário compreender o sentido das ruralidades, através de um conjunto de elementos que permitam a leitura do espaço em determinado tempo, considerando que a realidade é sujeita às constantes transformações e seu movimento deve ser entendido através da perspectiva histórica (GEHLEN, 2010). De acordo com Wanderley (2009), o rural se constitui numa sociedade com aspectos singulares e com uma identidade moldada por meio de uma estrutura de poder construída sob uma forte base patriarcal e centralizadora. É também retratado por esta autora como sendo *o lugar onde se vive*, espaço consistente de identidade para os seus habitantes. Os agricultores rurais do sertão do pajeú pernambucano apresentam características peculiares no processo de formação e identidade com o território e nas formas de se relacionar com a

²⁴Apesar de ainda existir controvérsias em relação à leitura feita sobre o rural contemporâneo que muitas vezes estão influenciadas por posições teóricas do debate clássico que por vezes separa o rural do urbano. Para aprofundamento ver, entre outros: Jollivet (1989, 1997), Ferreira e Zanoni (1998), Wanderley (2000, 2001), Silva e Campanhola (2000), Carneiro (1998).

natureza (entre outros costumes, os agricultores anualmente esperam as épocas de chuva para plantio de suas culturas e possuem conhecimentos passados hereditariamente acerca do trato com a terra e com a criação de animais).

Na realização deste estudo verificou-se a importância dada ao lugar, à terra, conseqüentemente, um sentido de pertencimento, sendo este um elemento crucial para a compreensão sobre a dinâmica das relações sociais e as necessidades acerca das ações e políticas, sobretudo, das políticas relativas aos recursos hídricos no território.

Nas áreas rurais de São José do Egito evidenciou-se que 70% dos entrevistados e entrevistadas reside no território desde seu nascimento e criação. Também se verificou que diferentemente de outras épocas, o sertanejo atualmente não deseja sair do seu lugar nem migrar para as grandes cidades, sobretudo, a população mais idosa. Muitos possuem entre 5 e 23 hectares de terra que é de propriedade própria e nela foram ‘criados’ seus filhos e produzidas as suas culturas tradicionais. Trata-se de uma população tradicional do lugar, vivendo em terras herdadas de familiares ou compradas aos próprios familiares. Dos entrevistados e entrevistadas, 67% respondeu ser dono (a) de seu pedaço de terra:

“A terra é de herdeiros. Tem 21 hectares. Meu pai era daqui, só saiu quando Deus levou, então eu nasci e me criei aqui e só saio daqui quando Deus quiser também me levar” (Entrevista, n.02 em 14/07/2014).

“Os mais velhos somos nós. O pessoal novo tá chegando agora. Cheguei por aqui em 1987. Desde criança essa região é a da minha família. Essa propriedade tem 3 hectares. Trabalhava em motor de agave para comprar esse pedaço que era de meu pai” (Entrevista, n. 20 em 14/07/2014).

Deste modo, a identificação com o mundo rural ocorre através de um processo de construção de significados com base em um conjunto de atributos culturais que se inter-relacionam e prevalecem sobre outras fontes de significados. Existe uma identidade territorial do rural compreendida através da relação que os sujeitos estabelecem com o lugar em que vivem, assim como com as outras pessoas em seu entorno, consideradas como ‘comadres ou comadres’, onde todos se inter-relacionam e constroem processos de identificação local perpassados pela relação com a natureza. Ao mesmo tempo, em algumas declarações foi verificado que cada vez mais estão migrando para o lugar novos indivíduos a fim de residir, o que pressupõe que atualmente acontece o inverso dos processos de migração dos anos de 1970 quando os sertanejos se deslocavam para os grandes centros urbanos distantes de suas terras natais.

Essa pressuposição está ligada às estratégias criadas pelos principais sujeitos - os agricultores - para permanecerem neste espaço social.

4.4 Caracterização da Produção Agrícola e Renda Familiar

A produção agrícola tradicional do sertanejo do Pajeú pernambucano está diretamente ligada às atividades sazonais de plantio de milho, feijão, mandioca entre outros, sobretudo, em períodos de chuva. Porém, estas atividades não dão conta da subsistência das famílias por todo o período do ano, sendo necessário muitas vezes, o agricultor ou agricultora buscar outras formas de complementação da renda da família. As determinações sociais que vêm acontecendo no Brasil nas últimas décadas apontam significativas transformações nas formas de reprodução da agricultura familiar e diversificações na geração de renda no rural.

Sendo a água um elemento crucial para as atividades de plantação entre os agricultores, no desenvolvimento deste trabalho observou-se a importância de se verificar os tipos de produção agrícola e assim, caracterizar o tipo de agricultura existente, bem como identificar as principais fontes de renda dos agricultores rurais, sobretudo diante dos problemas relativos à disponibilidade dos recursos hídricos, cuja ausência impossibilita a produção tradicional local.

Neste sentido, foi considerada como importantes para a renda familiar a produção agrícola própria (plantação de milho e feijão e criação de animais), visto que 80% dos entrevistados possuem propriedade particular mesmo que algumas com pequenos hectares. Em épocas de chuva estes agricultores em sua maioria produzem o milho e o feijão para serem armazenados durante alguns meses para reprodução da família. Destas mesmas plantações (com o pasto após a colheita) também se beneficiam os animais de criação, como o bovino ou caprino. Outro elemento percebido está relacionado a forma de organização da dinâmica das famílias quanto ao trabalho no campo: na maioria das respostas, tanto homens quanto mulheres afirmaram participar em conjunto dos processos de plantio e colheita das culturas. Seguem-se alguns depoimentos:

“Não desenvolvemos no momento as plantações, mas quando chove vamos eu e meu marido para a plantação” (Entrevista, n.01, em 16/07/2014).

“Aqui só fica em casa os meninos pequenos. Até a mulher vai pro roçado. Sem trabalho ninguém vive, mas tem que chover também” (Entrevista, n. 13, em 16/07/2014).

“Em época de chuva planto milho, feijão, arroz, capim elefante, e sempre crio uma vaquinha. Recebo aposentadoria” (Entrevista n. 11 em 16/07/2014).

“Em tempo bom planto milho, feijão, batata, capim seco, tenho criação de gado para o sustento da família, a aposentadoria segura a época difícil, quando tem inverno pego peixe” (Entrevista n.16 em 17/07/2014).

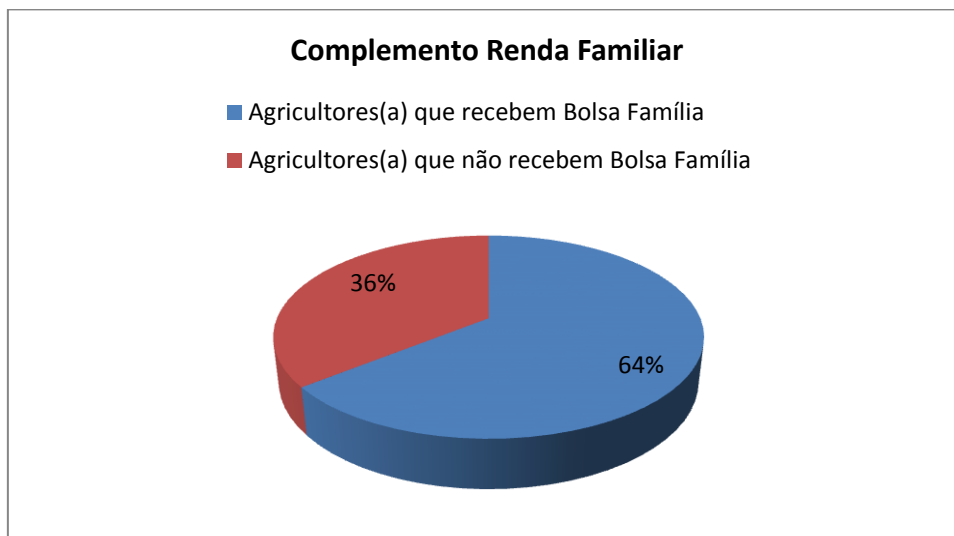
“Planto milho, feijão, batata e tenho criatório de gado, mas nessa seca tive que vender tudo. Aqui em casa também recebemos o Bolsa Família” (Entrevista n.19 em 17/07/2014).

Deste modo, as atividades foram caracterizadas como agricultura familiar onde “a família ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo” (Wanderley, 2009, p. 156). Para a autora este tipo de agricultura possui uma autonomia econômica no sentido de que “ela se expressa como uma capacidade de prover a subsistência do grupo familiar em dois níveis: a subsistência imediata”, ou seja, “o atendimento às necessidades do grupo doméstico e a reprodução da família pelas gerações subsequentes” (p.157). Assim, resultam como características fundamentais: a especificidade deste sistema de produção e a centralidade da constituição do patrimônio familiar. Lembrando que uma das características da agricultura familiar se refere ao manejo de técnicas tradicionais com a terra (JOLLIVET, 1974, apud WANDERLEY, 2009).

Como também é colocado nas próprias declarações acima, estas atividades são temporárias e durante os outros meses do ano os agricultores precisam complementar as suas rendas buscando através de trabalho alugado²⁵, ajuda de familiares, ou beneficiamento através de Aposentadoria Rural²⁶ ou programas de transferência de renda como o Programa Bolsa Família - PBF. Neste caso, o que se apresentou como maior importância para contribuição da renda familiar, além das pequenas plantações e criações, foi o beneficiamento com o Programa Bolsa Família. Dos entrevistados e entrevistadas verifica-se que 64% dos agricultores e agricultoras complementam a sua renda familiar através do beneficiamento com este programa. Segue demonstração através do gráfico abaixo:

²⁵ Trata-se de um acordo informal entre agricultores para a venda da força de trabalho por dia.

²⁶ A Aposentadoria Rural é uma transferência de renda para trabalhadores rurais idosos, instituída dentro da legislação da seguridade social brasileira (Lei Ordinária 8.212/8.213 de 1991), cuja operacionalização e gestão são de responsabilidade do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Para ter acesso ao benefício de um salário mínimo mensal deve-se ter mais de 60 anos, para os homens, e mais de 55 anos, para as mulheres; e comprovar que exerceu atividade rural por pelo menos 15 anos.

Gráfico 01: Complemento da Renda Familiar.

Fonte: Entrevistas aplicadas. LUCENA, 2015. Elaboração própria.

O Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza do país e integra o Plano Brasil Sem Miséria do MDS – Ministério de Desenvolvimento Social, que tem como foco de atuação o beneficiamento para brasileiros com renda familiar per capita inferior a 70 reais mensais. Muitos estudos e pesquisas vêm demonstrando que os impactos de programas assistenciais como este sobre as famílias mais pobres, sobretudo no Nordeste, é incontestável, pois ele significa basicamente mais comida na mesa e compra de produtos essenciais²⁷. O beneficiamento com este programa propicia aos agricultores e agricultoras rurais a permanência em suas atividades de origem mesmo recebendo o valor oriundo do programa, o que supõe que os agricultores e a agricultoras não precisam se afastar de suas atividades no campo e assim podem continuar a buscar estratégias para a complementação de suas rendas mensais.

Porém, muitos autores criticam o desenvolvimento de programas como este, vistos historicamente como “reprodutores do sistema oligárquico” na região do semiárido nordestino onde a utilização dos benefícios proporcionados pelo Estado à população aparece como oferta da própria oligarquia nordestina (BARBOSA, 2012) e não como direitos conquistados. O que se supõe com a análise desses dados é que o beneficiamento com o programa Bolsa Família possibilita aos agricultores e agricultoras encontrar estratégias para não migrarem para outras áreas ou cidades maiores podendo

²⁷Ver, entre outros: Stein (2009).

com este benefício garantir os meios de sobrevivência, principalmente em épocas de maior estiagem. No entanto, a implementação deste programa junto às áreas rurais não inclui a ‘dimensão ambiental’ na realidade dos agricultores, ou seja, não ocorre uma articulação deste programa com ações relativas ao próprio desenvolvimento pequena agricultura.

4.5 Disponibilidade e Distributividade de Água

Os territórios rurais apresentam-se como espaços de disputas, sobretudo, pelo uso e apropriação dos recursos naturais existentes, principalmente em relação aos recursos hídricos, recursos do território cruciais para o desenvolvimento da produção local. De acordo com o relatório analítico do Sistema de Informações Territoriais fatores como a falta de água são os que mais contribuem para problemas relacionados ao surgimento de conflitos e prejuízos para a pequena agricultura (SIT/MDA, 2003).

Deste modo, buscou-se mapear a disponibilidade e a distributividade de água entre as áreas rurais de São José do Egito. Segundo dados da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente atualmente as disponibilidades hídricas públicas consistem em dois açudes grandes: Jureminha 1 e Jureminha 2 (único com água disponível no momento), doze açudes de médio porte distribuídos nas áreas rurais do município, a barragem do Retiro (atualmente seca) e 320 poços captados com recursos do IPA, DNOCS e CODEVASP. Existem ainda, dezesseis barreiros trincheiros e as cisternas nas casas adquiridas através da ASA, Sindicato e igreja.

Figura 04: Disponibilidades hídricas do rural de São José de Egito.



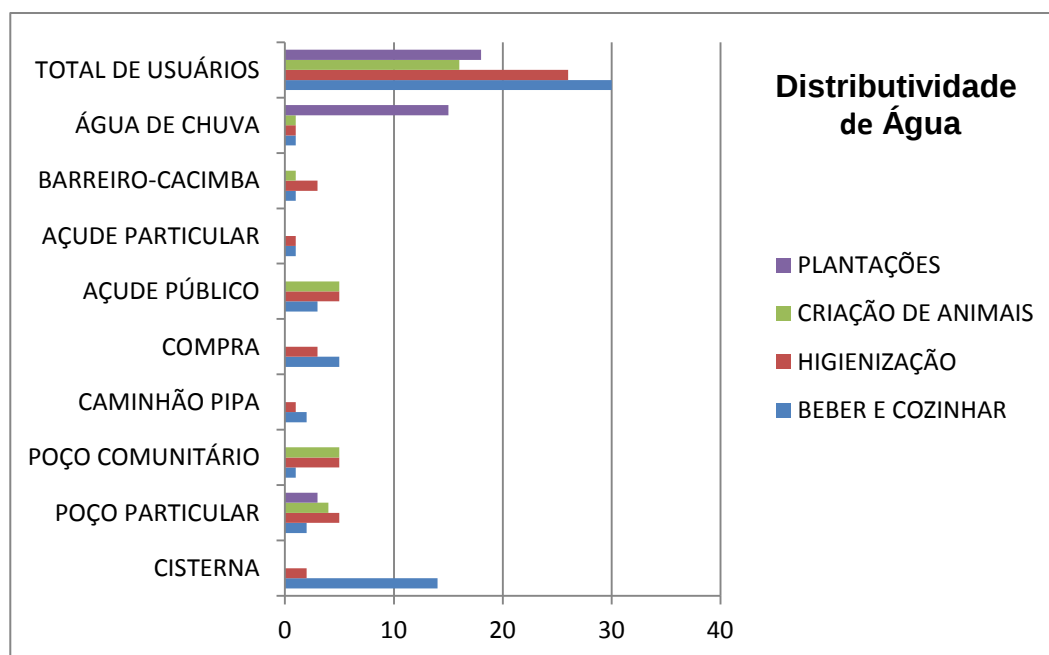
Fonte: visita às áreas rurais de São José do Egito. LUCENA, 2015. Adaptado pela autora.

Em relação à distributividade hídrica necessária ao consumo cotidiano verificou-se que a água de beber e cozinhar é retirada principalmente do armazenamento da água das chuvas feito nas cisternas de plástico ou de placa com o beneficiamento da ASA- Articulação do Semiárido²⁸. Para higienização ou criação de animais a água é retirada dos poços comunitários, poços particulares e açudes públicos ou nas cacimbas²⁹ e barreiros existentes nos sítios.

Gráfico 02: Distributividade de água nas áreas rurais.

²⁸ Trata-se do Programa Nacional de Universalização do Uso da Água: em parceria com o terceiro setor, o governo federal financia as ações a ASA executa os projetos. O P1MC - Programa 1 Milhão de Cisternas se destina à construção de cisternas de placa com capacidade de armazenar 16 bilhões de litros de água captadas através das chuvas nas habitações rurais do semiárido.

²⁹ Trata-se de pequenas porções de buracos escavados em áreas de barro. Quando chove alguns conseguem armazenar água à céu aberto somente por alguns dias, devido à forte evaporação.



Fonte: Entrevistas aplicadas. LUCENA, 2015. Elaboração própria.

Da análise qualitativa destes dados verificou-se que os agricultores que não são beneficiados com as cisternas de placa necessitam comprar água na cidade:

“Por enquanto acesso a água da chuva, que está guardada nos tambores. Não crio animais e para beber é água da chuva ou mineral comprada” (Entrevista n. 12 em 14/07/2014).

“A água usada é a da chuva quando tem, da lagoinha. Quando não tem é água comprada. A água do açude quando enche é longe” (Entrevista n. 17 em 14/07/2014).

Outro dado considerável na análise é a estratégia de perfuração de poços particulares nas pequenas propriedades por parte dos agricultores, cuja realização depende das condições financeiras ou possibilidade de financiamentos disponibilizados pelos bancos para que assim, as pequenas produções, como criação de animais, possam dar continuidade e não serem prejudicadas com os longos períodos de estiagem:

“Temos um poço que é particular. Para beber e cozinhar a água vem da cisterna e do poço é para os bichos e aguar o capim” (Entrevista n. 26 em 15/07/2014).

“Tenho cisterna e poço particular. Da cisterna é para beber e do poço a água é para os bichos e as plantações”. (Entrevista n. 28 em 15/07/2014).

Outra forma de acesso à água é através dos caminhões-pipa:

“Pegamos água dos pipas do Exército, que é pro consumo interno (beber e cozinhar), e outros gastos é do poço da comunidade” (Entrevista n. 25 em 15/07/2014).

Desse modo, verificou-se que os agricultores e agricultoras buscam individualmente estratégias as mais diversas para solucionar os problemas de falta de água e que muitas vezes, a água usada não dispõe de qualidade para o consumo. Também é evidenciado que o cultivo de pequenas plantações só se torna possível em épocas de chuva ou em situações em que o agricultor possui poço artesiano em sua propriedade.

A análise da disponibilidade e distributividade hídrica no rural de São José do Egito já aponta sinais de que são pertinentes as questões relativas aos conflitos por água, visto da pouca quantidade de mananciais de água distribuídos nas áreas rurais e diante das poucas iniciativas governamentais que possam garantir o acesso ao recurso natural água de forma igualitária entre os grupos sociais.

4.6 Identificação e Caracterização dos Conflitos Socioambientais por Água

O estudo acerca dos conflitos socioambientais exige, num primeiro momento, que se possam ser analisadas as percepções dos sujeitos sociais envolvidos para que num segundo momento possam ser compreendidos os elementos estruturantes desses conflitos. Theodoro (2005) considera que “os conflitos são partes integrantes das relações humanas, da trama social; eles são diversos, como são as relações sociais” (p.56). Neste sentido, em relação aos conflitos sobre meio ambiente, estes possuem uma lógica que se funda na reprodução das desigualdades sociais e que tem como pano de fundo o desigual acesso aos bens difusos, contidos neles, a natureza. Como os conflitos socioambientais não são específicos de nossa época, para entender a totalidade de um conflito é necessário que possamos compreender as identificações oriundas dos sujeitos sociais envolvidos na trama das relações que se apresentam.

Assim, ao se identificarem os sujeitos presentes nesta trama, é preciso considerar que existem percepções divergentes em relação ao uso dos recursos naturais que podem comprometer os bens escassos, segregar as comunidades tradicionais, entre outras dimensões (THEODORO, 2005). Por outro lado, a explicação de um dado conflito socioambiental não se dá somente pelas percepções diferenciadas da natureza. Os grupos detentores de poder e influência no local vêem as populações mais pobres com menor força de se fazer ouvir ou pressionar o poder político local para a tomada de

decisões, daí um elemento que tende a explicar como se instauram determinados conflitos socioambientais, suas formas de eclosão e como eles se tornam latentes.

Apesar de vivenciarmos a sociedade globalizada de riscos, em que estes atingem a todas as classes (BECK, 2010), os grupos mais fragilizados pelo sistema de classes são os mais vulneráveis às suas consequências (Alier, 2007, apud VILLAR, 2012), sendo estes grupos os mais dependentes das condições naturais e materiais existentes no território e, portanto, mais frágeis frente aos riscos. Neste sentido é preciso atentar para a análise da trama das relações de poder envolvidas nas estruturas sociais e que evidenciam as distintas práticas espaciais de uso do território (ACSERALD, 2010). Neste caso, “são mais atingidos aqueles (as) cuja estrutura social tem menor acesso às instâncias de decisão e influência política” (SILVA, 2009, p. 96).

Entende-se que os conflitos socioambientais podem se configurar como aqueles que se dão a partir da disputa pelo uso de um ou mais elementos da natureza entre grupos sociais com interesses distintos no local (SILVA, 2009; ACSERALD, 2010). Deste modo, segue-se a análise acerca dos conflitos na realidade em estudo: Segundo o representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José do Egito os problemas com a ‘seca’ no território vêm evidenciando os conflitos por água, entre produtores de frango e proprietários de açudes ou entre agricultores, diminuição da produção das empresas e acirramento da busca por programas e ações governamentais que possam beneficiar a vida no campo. Ainda de acordo com o representante do sindicato vem ocorrendo mobilizações e paralisações de estradas para que a agricultura e o campo sejam percebidos:

“São diversos conflitos né, nós tivemos conflitos na área de produção. Os criadores de frango tiveram conflitos com os proprietários de açudes que captavam água para a criação dos frangos na época de maior seca, só que agora regularizou um pouco. A empresa também diminuiu a produção e ainda se não recuperou e também se prejudicou. Outros conflitos com a seca é a questão de quando os agricultores não produzem aí precisa o movimento sindical correr atrás de algum benefício para eles num é, para ajudar”. (Entrevista representante Sindicato dos Trabalhadores Rurais, em 16/07/2014).

De acordo com as informações da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do município as formas de organização política se dão, sobretudo, entre gestão municipal, sindicato, Ongs na tentativa de articulação de alguns programas que possam servir de instrumentos para a questão dos conflitos nas áreas rurais:

“Em nível federal existe apoio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), onde existem três assentamentos legalizados onde estão em fase de construção as casas, a eletrificação e perfuração dos poços. No âmbito estadual temos apoio do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), da Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária (ADAGRO), Secretaria de Agricultura do estado, ONGs, onde no município existe a Diaconia, Casa da Mulher do Nordeste e a Rede de Mulheres”. (Entrevista representante Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente em 14/07/2014).

No universo do lócus de pesquisa, os dados quantitativos apontam que os conflitos socioambientais por acesso à água são evidenciados em 71% das respostas dos agricultores entrevistados. Os conflitos identificados ocorrem entre agricultoras rurais, sujeitos sociais diretos da pesquisa, produtores de avicultura, proprietários de extensões de terras próximas às dos agricultores, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, Associação Comunitária da Comunidade do Retiro e IPA - Instituto Agrônomo de Pernambuco:

Quadro 04: Identificação dos conflitos socioambientais.

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS	TIPO	OBJETO DE CONFRONTO	NATUREZA
Entre agricultores e proprietários de terra;	-Relacionado ao controle sobre o recurso natural água; -Relacionado aos impactos pelo uso da água (qualidade de água);	-Distributividade de água; -Escassez de água; -Preocupação com a falta de água; -Apropriação privada de água;	-Latente; -Instaurado; -Eclodido;
Entre agricultores e gestão municipal (Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente);	-Relacionado aos impactos socioambientais;	-Falta de água; -Apropriação privada da água; -Indisponibilidade de água;	-Eclodido; -Latente;
Entre agricultores, Associações Rurais e IPA – Instituto Agrônomo de Pernambuco.	-Relacionado aos impactos socioambientais;	-Indisponibilidade do serviço de irrigação da barragem para as habitações; -Falta de água;	-Eclodido; -Latente;
Entre agricultores e avicultores;	Relacionado ao controle sobre o recurso natural água e aos impactos socioambientais da produção;	-Distribuição desigual e contaminação da água; -Apropriação desigual da água; -Preocupação com a disponibilidade de água;	Eclodido; Latente; Instaurado;

Fonte: Sistematização dos relatos dos entrevistados pela pesquisa. LUCENA, 2015, elaboração própria.

Foram caracterizados com maior expressão quatro conflitos: 1) Entre os agricultores e outros proprietários de terra em que constem açudes públicos ou proprietários de açudes particulares. Os conflitos são relacionados ao controle sobre o recurso natural água e aos impactos pelo uso da água (em termos de qualidade). Neste caso os objetos de confronto dos conflitos estão relacionados à desigualdade na distribuição, apropriação privada da água por parte dos proprietários e preocupação com a escassez por parte dos agricultores:

“Teve um problema com um poço de uma terra privada, terra de um desembargador. Pedi para pegar água, mas não aceitaram, cercaram e botaram cadeado. Foi bom porque com pouco tempo secou. Se o açude público não enche a gente tava em maus lençóis” (Entrevista n. 17 em 17/07/2014).

“Na seca mais ‘braba’ tudo aqui passava precisão de água, porque quem tinha água não dava a ninguém. Nós mandava buscar num poço que tem mais distante” (Entrevista n. 15 em 16/07/2014).

Estes conflitos são de natureza latente (as partes percebem e compreendem a existência do conflito existe e que seus objetivos são diferentes); instaurada (o objeto de disputa provoca tensão entre as partes) e eclodida (ocorrem manifestações e formas de reivindicação por mudanças da situação). Estes conflitos evidenciam as fragmentações das relações entre os grupos, as diferentes percepções acerca do uso da água, os interesses e acesso à água de forma diferenciada, em que famílias e comunidades de agricultores percebem a água como uma dádiva divina e gratuita, que escorre por vontade de ‘Deus’. Por isso “a água nunca pode ser negada; negá-la ou privatizá-la é apossar-se individualmente de uma dádiva comum a todas as pessoas e viventes, é apropriar-se de um recurso coletivo que indivíduos, famílias e comunidades têm direito de usar” (RIBEIRO; GALIZONE, 2003, p. 134).

2) Entre agricultores e Secretaria de Agricultura em que os conflitos são relativos aos impactos ambientais diante dos problemas de falta de água, apropriação privada e indisponibilidade de água na área rural. A natureza desses conflitos é eclodida e latente:

“Faltou água no período da seca. Tivemos que fazer reunião com o prefeito e vereador. Colocaram carro Pipa e cavaram as cisternas” (Entrevista, n.01, em 16/07/2014).

“Antes com a barragem secando, tentamos conversar com os granjeiros da região sobre o uso da água que era para o consumo. Tentamos conversar

com a Secretaria de Agricultura aí não se resolveu. Eles ficaram usando até secar” (Entrevista, n.08, em 16/07/2014).

3) Entre agricultores, Associação Rural e IPA: estes relativos aos impactos socioambientais, onde o objeto de confronto é a indisponibilidade do serviço de irrigação da barragem para as habitações, consequentemente, relativo à falta de água. Estes se apresentam como eclodido e latente, onde foram realizadas reuniões para exposição das inquietações. Neste caso o IPA e a Associação Rural se apresentam como os órgãos mediadores na resolução do conflito exposto:

“Tivemos problemas com os granjeiros que queriam água para produzir, mas a pouca água que restava na barragem era só para o consumo das casas. Aí organizamos reuniões com o IPA, mas eles usaram até secar” (Entrevista n. 06 em 16/07/2014).

Os conflitos elencados nos números 02 e 03 se referem a mobilizações feitas pelos sujeitos sociais envolvidos apoiados nos fundamentos da PNRH (1997), que define que ‘em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais’. Nestes tipos de conflitos percebe-se que ao passo em que são realizadas as mobilizações a fim de resolução para os problemas relativos à disputa e apropriação desigual da água também se constrói a dimensão acerca da problemática hídrica e das possibilidades de reconhecimento do direito à água por parte dos agricultores e agricultoras rurais. Esses dados também apontam as fragilidades das representações institucionais e das ações públicas quanto à resolução da disputa pela água. Vale lembrar que de acordo com dados da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, a gestão municipal não dispõe ainda de Secretaria de Recursos Hídricos e que ainda estão se organizando as articulações para o processo de formação do Conselho Municipal de Meio Ambiente:

“Devido à questão dos recursos no momento não é possível termos a Secretaria de Recursos Hídricos. Estamos em processo de formação do Conselho Municipal de Meio Ambiente, e lutamos para que seja aprovado. Em 2013 tivemos a 1. Conferencia de Meio Ambiente do município”. (Entrevista representante Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente em 14/07/2014).

Logo, com base nas regulamentações da PNRH (2007) a impossibilidade do município dispor de uma Secretaria de Recursos Hídricos, e consequentemente, a

impossibilidade de participação nos Comitê de Bacia do território apresentam-se como entraves para a resolução democrática dos conflitos, visto que a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos é o pontapé inicial para a mediação dos problemas relativos à água nos territórios. Neste sentido compreende-se que a análise da Política Nacional de Recursos Hídricos (1997), constituinte das políticas públicas é também o estudo do Estado em ação nas suas permanentes relações de reciprocidade e antagonismo com a sociedade, a qual constitui o espaço privilegiado das classes sociais (BOSCHETTI, 2008, apud GEHLEN; LAINÉ, 2012). Nesta perspectiva, entendem-se as problematizações imbricadas no acesso às políticas e programas hídricos pela população rural, sobretudo considerando a dinâmica das relações sociais envolvidas no território.

4) Entres agricultores em relação à produção de avicultura: Estes são os conflitos com maior expressão sendo relativos ao controle do recurso hídrico e aos impactos socioambientais resultantes das plantações secundárias da avicultura em áreas próximas às águas da barragem do Retiro (quando disponível a água). O objeto de confronto refere-se à apropriação e distribuição desigual da água, considerada pública e à preocupação com a disponibilidade hídrica por parte dos agricultores. Os conflitos se apresentam instaurados, latentes e eclodidos diante das reivindicações e protestos públicos ocorridos:

“Tiraram água para as granjas da barragem aí do lado. Abriram as comportas para o plantio de tomate e tava estragando a água. Era terra arrendada. A água vinha da barragem para as casas, mas agora não vem mais” (Entrevista n. 02 em 16/07/2014).

“Houve um conflito entre alguns moradores e o pessoal da granja. Alguns não aceitavam a retirada da água para a granja. A água vinha da barragem do Retiro, que já secou” (Entrevista n. 05 em 16/07/2014).

Nestes tipos de conflitos evidenciam-se as distintas percepções acerca do uso da água e dos recursos hídricos na atualidade. O discurso do capitalismo atual é o de que a água deve ser vista como um bem econômico. As empresas cada vez mais a percebem como uma oportunidade de investimentos. Ao se privilegiar o valor econômico da água abri-se espaço para a privatização e a comercialização das suas fontes (PETRELLA, 2000, apud RIBEIRO; GALIZONE, 2003). Já para as populações rurais, pequenos consumidores, “a água é compreendida numa perspectiva diferente, deve ser acessada de forma coletiva” (RIBEIRO; GALIZONE, 2003, p. 135). Com a apropriação privada da água por parte das empresas, a destinação deste recurso natural, cujo objetivo é atender as necessidades dos habitantes rurais locais, acaba por ter outra finalidade, a do lucro.

Também, neste trabalho evidenciaram-se entre as percepções dos sujeitos sociais processos de conflitualidade relativos à água. Para Fernandes (2004) “a conflitualidade é um processo constante alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo” (p.02). Ou seja, mesmo que não eclodidos ou perceptíveis os conflitos, existem contradições nas diferentes relações sociais no processo de territorialização do espaço.

Na análise deste trabalho, os conflitos por acesso à água possuem fundamento a partir da perspectiva da teoria crítica, respeitando a análise interdisciplinar sobre os conflitos socioambientais. Na perspectiva da teoria crítica entende-se que os conflitos se originam e se evidenciam a partir das lutas de classes e das contradições existentes nas relações socioeconômicas que de acordo com as temporalidades e espacialidades do capital se embatem entre si ocorrendo provocações a fim de mudanças no sistema social. Mesmo sabendo que os elementos da natureza não são passíveis de apropriação privada, o modo como o espaço é produzido socialmente, faz com que os seus elementos naturais, considerados bens comuns, sejam subordinados às lógicas de reprodução do modo de produção capitalista (BARROS, et al. 2009).

A partir da abordagem interdisciplinar entende-se que é na configuração dos conflitos que os sujeitos constroem uma “dimensão ambiental” para as suas lutas, onde as contradições do modo de apropriação da natureza e produção do espaço são denunciadas com a demonstração das vítimas das injustiças ambientais que são excluídas do chamado “desenvolvimento” e que assumem todo o ônus dele resultante (ACSERALD, 2005). É importante lembrar que de acordo com Acserald (1995, apud BARROS, et al. 2014) os conflitos socioambientais envolvem as relações de poder relacionadas ao modo de apropriação e uso dos elementos da natureza. De acordo com Little (2001), os conflitos ambientais são entendidos como “disputa entre grupos sociais derivados dos distintos tipos de relação que eles mantêm com o seu meio” (p. 107). Assim, o autor considera o social e o ambiental na análise dos conflitos socioambientais.

Os conflitos socioambientais devem ser considerados como elementos cruciais para a construção das estratégias para os distintos territórios, a partir do momento em que o meio ambiente possui um caráter público e comum aos grupos sociais onde as injustiças sociais, necessitam ser pensadas a partir das políticas públicas. A viabilidade desse processo pode ocorrer de acordo com as formas de envolvimento, posicionamento e participação social dos sujeitos, visto que estes elementos contribuem para a mediação dos conflitos socioambientais existentes.

Ao serem identificados os objetos de confronto dos conflitos socioambientais por acesso à água em São José do Egito, verifica-se que estes são classificados de acordo com duas categorizações. Conforme Little (2003 apud SILVEIRA, 2014), se trata de conflitos em torno do controle sobre o recurso natural água e dos recursos hídricos disponíveis e conflitos em torno dos valores construídos pelos sujeitos sociais em relação à natureza, sobretudo, em relação às formas tradicionais de uso e apropriação da água. Estes valores estão imbricados nos modos de vida dos sertanejos envolvendo a questão cultural da relação com a natureza e com isso a percepção sobre a água no território.

O núcleo central dos conflitos em São José do Egito reside no fato de que a alteração na dinâmica das produtividades, junto aos problemas estruturais de acesso à água, põem em destaque a dinâmica da sociabilidade no rural. A eclosão dos conflitos vem a evidenciar como se apresentam as relações de poder entre quem pode ou não produzir no rural, diante das formas desiguais de apropriação dos recursos hídricos.

A caracterização desses conflitos reflete a relação direta entre conflitos socioambientais, recursos naturais, no caso, recurso natural água, e atividades econômicas, ou seja, agricultura e avicultura no rural. Também reflete uma relação entre o território e suas desigualdades e problemas que marcaram a sua formação econômico-social, política e cultural, o que se expressou nas percepções dos agricultores e representantes das organizações e instituições.

As percepções dos agricultores rurais de São José do Egito evidenciam a sua intrínseca relação com a natureza, que vai além dos significados materiais, visto que é da terra que estes sujeitos “extraem” as possibilidades para a manutenção de suas condições objetivas e as das suas famílias. Essa relação se estende às significações simbólicas que o recurso natural água tem nas práticas cotidianas nas áreas rurais, nos sítios.

Deste modo, a vivência no território rural não se resume, apenas a satisfazer às necessidades de sobrevivência dos agricultores sertanejos. Ela significa diferentes percepções sobre os recursos naturais, sobretudo em relação à água, tida como um presente de ‘Deus’ e de direito de todos. De acordo com Acserald (2004 apud GEHLEN; LAINÉ, 2012)

As sociedades produzem a sua existência tendo por base tanto as relações sociais que lhes são específicas como os modos de apropriação do mundo material que lhes correspondem. Nessa interface, destacam-se as faces das práticas sociais, que podem ser três: as práticas técnicas, as práticas sociais e as culturais (p.15).

É diante dessa relação intrínseca entre o mundo material e as significações culturais e sociais dos diferentes sujeitos que compõem as dinâmicas dos espaços que surgem as diferenças e divergências no modo de apropriação dos recursos naturais. Isso porque as práticas técnicas têm um significado puramente material, enquanto às culturais marcam as percepções coletivas. Com isso “a configuração territorial é resultado das produções históricas em que o homem atua para atender às suas necessidades e ao desenvolvimento social” (GEHLEN, 2012, p.15). Também é no processo de formação e desenvolvimento do território que os sujeitos que “nele habitam tem a consciência de sua participação, provocando o sentimento de territorialidade, que de forma subjetiva cria uma consciência de confraternização entre as mesmas” (ANDRADE, 1998, p. 214).

O estudo sobre os conflitos socioambientais por acesso à água em São José do Egito revela a incompatibilidade entre as práticas de desenvolvimento na dinamicidade do espaço. Revela ao mesmo tempo, que as visões sobre o desenvolvimento no território não consideram os conflitos como presentes. Deste modo, gera-se um processo permeado pelas conflitualidades que são inerentes às contradições de classe sociais e relações de poder que em última análise são mediadas pelo Estado (FERNANDES, 2004; ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, apud. BARROS, et al. 2014). Daí a importância da categoria território para a construção de novas territorialidades que possam considerar as particularidades do rural. Assim, devem-se considerar as características históricas das formações sociopolíticas das áreas rurais para a construção de estratégias efetivas para o território.

Os conflitos acerca dos recursos hídricos revelam as contradições das territorialidades em São José do Egito, quando analisada a inexistência da gestão dos recursos hídricos e as transformações na dinâmica da produção das atividades econômicas. Os conflitos revelam também a escassez de água no território, que é antes de tudo, uma escassez política (PORTO-GONSALVES, 2006). As atividades produtivas que se desenvolvem no campo só são possíveis para aqueles que dispõem de maiores capacidades de investimentos técnicos na terra, ou seja, para quem dispõe de maiores condições financeiras ou capital, conseqüentemente para quem possui certa influência nas relações econômicas do território.

Deste modo, reproduz-se o discurso de que o sertão é atrasado em relação ao desenvolvimento de outras regiões (ANDRADE, 2001), sobretudo diante da questão da

estiagem. Na realidade os problemas de desenvolvimento desigual, entre eles, a falta de água, nas regiões semiáridas, são resultados das condições sócio-históricas das estruturas sociais que pelas relações de poder nas políticas locais se reproduzem. Esse processo é acirrado junto às transformações que vem ocorrendo nos lugares com as alterações nas construções dos significados, nas relações e crenças sobre o território. Assim, são criadas fronteiras até mesmo entre municípios de um mesmo território.

Porém é importante lembrar que “o território e consequentemente, a territorialidade, é uma categoria temporária” (idem, p. 220), visto que de acordo com a dinâmica das espacialidades e das temporalidades nada é permanente e tudo ocorre em constante transformação.

5 CONCLUSÃO

Após a discussão levantada neste trabalho algumas considerações necessitam ser indicadas relacionando as principais ideias e os conceitos trabalhados a partir do referencial teórico com a realidade observada no referencial empírico, apontando assim algumas aproximações acerca dos objetivos que se propuseram na pesquisa. A partir do referencial teórico apontado neste trabalho, o espaço rural foi compreendido a partir da sua dinâmica de produção, cujo processo envolve as relações de poder que, ao passo em que em que acontecem, caracterizam o espaço rural.

Constatou-se que no estágio atual do capitalismo, ou seja, com o processo de globalização, as relações de poder se estabelecem nos territórios e delineiam as dinâmicas dos espaços desiguais chegando a alterar as diversidades culturais e os modos de vida dos povos mais tradicionais.

O rural de São José do Egito no sertão do Pajéu pernambucano, historicamente caracterizado pelos processos de identidade dos sertanejos com a vida no campo e pela agricultura tradicional que em tempos de safra é responsável pela segurança alimentar dos habitantes das áreas rurais e comércio local vem sofrendo alterações com a dinâmica da produção local, sobretudo, com o surgimento da produção da avicultura.

Como consequências desse processo evidenciam-se os conflitos socioambientais por acesso à água, denunciando a questão estrutural da falta de recursos hídricos no território. Não se tratando de fenômenos novos da realidade, estes conflitos também são denunciadores da dinâmica das relações de poder existentes entre os grupos sociais, cujos objetivos em relação ao recurso natural água são diferentes. Os detentores do poder econômico local se apropriam da água existente e as massas rurais, que não tem poder de se fazer ouvir buscam estratégias as mais diversas para resolver as suas necessidades básicas por água.

Com isso a agricultura familiar caracterizada pela sua relação com a terra e com o tempo da terra (a dinâmica da natureza), vem se adaptando à lógica da globalização. O fato dos agricultores e agricultoras rurais receberem o PBF ou outros programas sociais não altera a sua condição de agricultor rural e a sua vida em torno da dinâmica da plantação. No entanto, implica em novos padrões de vida com dimensões variadas em que por vezes, os programas reproduzem o poder da oligarquia local, mas também possibilitam novas formas de organização e complemento das necessidades do grupo

familiar, como a possibilidade de permanecer no lugar de origem em épocas mais difíceis.

Em relação às ações coletivas das representações ou iniciativas públicas evidenciam-se as dificuldades, por exemplo, do Sindicato dos Agricultores Rurais, em prol dos direitos dos agricultores por políticas hídricas par ao rural, assim como vem sendo evidenciadas as iniciativas do terceiro setor através das Ongs, transformando a responsabilidade do poder político local na viabilização da discussão sobre a problemática da escassez de água.

Percebeu-se o controle das relações de poder historicamente existentes na dinâmica societária local. Estas relações estão imbricadas nas formas de organização econômica entre quem pode ou não continuar produzindo no rural. As relações de poder na organização política local também estão imbricadas na liberação de benefícios para o rural como perfuração de poços e caminhões-pipas entre determinadas áreas rurais e outras não.

Deste modo, percebeu-se que ao mesmo tempo em que são amenizados os problemas de falta de água para beber nos sítios, acabam-se por reproduzirem-se as formas de organização das velhas estruturas sociais no território.

Por outro lado, observando o movimento relacionado às diferentes percepções sobre os conflitos por água, foi possível verificar as significações e os interesses dos agricultores em se manifestarem nas instâncias sociais como associações e sindicato dos trabalhadores rurais, a fim de colocarem os problemas que atingem as suas realidades.

Em relação aos conflitos por acesso à água verificou-se a baixa articulação da gestão local com a sociedade civil, sobretudo, com os agricultores rurais para a possibilidade de participação social na resolução dos conflitos.

Percebeu-se as dificuldades relativas à burocratização nas relações institucionais com as políticas locais. Deste modo, existe uma baixa articulação entre as organizações sociais com as instâncias deliberativas da gestão política local, sobretudo, ao se discutir sobre a problemática dos conflitos por água no rural. Mesmo sendo o município de São José do Egito integrante do Programa Territórios da Cidadania do MDA, cujo objetivo é buscar estratégias de políticas públicas para as regiões semiáridas, poucas são as articulações entre as instâncias para as resoluções estruturais da questão da falta de água, sendo necessário avaliar as formas de adoção de políticas territoriais que de fato possam considerar a singularidade dos territórios rurais e as relações de poder e de conflito na implementação das políticas e programas sociais.

Quanto à disponibilidade de recursos hídricos, percebeu-se que os mananciais de água disponíveis para o município não dão conta das produtividades no local. Daí a necessidade da gestão municipal em melhorar as suas capacidades técnicas para a possibilidade de participação nos Comitês de Bacias Hidrográficas e assim construírem novos espaços para a transformação da problemática da água.

Por fim, reconhece-se que a crise hídrica é resultante de uma crise ambiental, que atualmente ganha relevância no Brasil com a questão da escassez de água a partir da realidade do sudeste. Porém historicamente a crise hídrica local existe no semiárido nordestino e atinge as áreas rurais com a eclosão dos conflitos socioambientais por acesso à água, ao passo em que são construídos grandes projetos hídricos nas áreas de interesse do capital. O rural do sertão pernambucano se torna parte da espacialidade do capitalismo contemporâneo e tal fato se expressa na medida em que a água, assim como a terra está no centro da luta de classes, pois é alvo de disputa entre diferentes sujeitos e se presta para diferentes usos, os quais muitas vezes são incompatíveis.

Reconhece-se também a importância deste estudo para o Serviço Social no entendimento de que a questão social está imbricada na questão socioambiental, a partir do entendimento de que os problemas ambientais são indissociáveis dos conflitos sociais e que as demandas para a profissão vem sendo alteradas, sendo necessário reflexionar sobre os novos desafios e as novas temáticas que envolvem as relações entre o homem e o meio ambiente diante da acumulação do capital.

REFERENCIAS

ACSELRAD, H. **Apresentação**. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros. *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. **Mediação e Negociação de Conflitos Socioambientais**. 1ª Palestra proferida na Abertura do IX Encontro Temático da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, Brasília, 2010.

ANDRADE, M. C. **A terra e o homem do nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no nordeste. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec; São Paulo, 2. Ed. 2004.

_____. **Brasil: globalização e regionalização**. Conferência proferida na abertura do curso de Mestrado em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Março de 2001.

_____. **Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades**: Os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, Milton. *Território, Globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/ ANPUR, 1994, (p. 213-220).

_____. **Nordeste, Espaço e Tempo**. Rio de Janeiro: Vozes; Rio de Janeiro, 1970.

_____. **Espaço, polarização e desenvolvimento** (a teoria dos polos de desenvolvimento e a realidade nordestina). 4. Ed. São Paulo: Grifalbo, 1967.

ALBUQUERQUE, A. **As Políticas de Desenvolvimento Econômico e Social para o Semiárido durante o Regime Militar (1964-1985)**. Dissertação de mestrado em História. UFPE, 2011, Recife-PE. 128, p.

ANTUNES, R. In: **A nova morfologia do trabalho no Brasil**: reestruturação e precariedade. *Revista Nueva Sociedad*, 2012.

BARBOSA, M. **Territórios de insustentabilidade face ao processo de desertificação no semiárido brasileiro**. In: GEHLEN, V. LAINÉ, P. *costurando com fios invisíveis: a fragmentação do território rural*. Ed. Universitária, UFPE, Recife: 2012.

BARROS, A; SILVEIRA, K; CANDIDO, G. **Conflitos socioambientais e participação social**: uma análise das estratégias sociais de mediação e resolução de conflitos de comunidades rurais no complexo industrial portuário de SUAPE. In: GEHLEN, V; CHAVES, H; OLIVEIRA, G. *Instrumentalização do território: o peso dos fatores estruturais nas fragmentações das políticas públicas territorializadas*. Ed. Universitária, UFPE, Recife, 2014.

BARROS, A; SILVEIRA, K ; GEHLEN, V. **Produção do espaço e os conflitos socioambientais na gestão do território**. In: *Colóquio Internacional Ano da França no Brasil*, 2009, Recife. *Anais. Colóquio Internacional Ano da França no Brasil*, 2009.

BECK, U. **Sociedade de risco**: rumo a uma nova modernidade - Trad. Sebastião Nascimento, São Paulo – SP: 34, 1.ed, 2010.

BERNARDES, D. **Um império entre repúblicas**: Brasil século XIX. São Paulo: Global, 5. Ed. 1997.

BRASIL. **Ministério do Meio Ambiente**. Secretaria dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. Política Nacional de Recursos Hídricos. Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997.

Brasília, DF, 1997. p. 35. BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano Nacional dos Recursos Hídricos**. Brasília, DF, Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/>>. Acesso em: 18 nove. 2012.

BRITO, L. SILVA, A. PORTO, Everaldo. **Disponibilidade de água e gestão dos recursos hídricos**. 2007. Disponível em: <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/CPATSA/36533/1/OPB1514.pdf>. acesso em: 18 de novembro 2012.

BRANDÃO, C. **Territórios com classes sociais, conflitos, decisão e poder**. In: ORTEGA, A. C; ALMEIDA, F; N. A. (organizadores). Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária. Campinas, ed. Alinéa, 2007.

CAMDESSUS, M. BADRÉ, B. CHERET, I. BUCHOT, P. **Água: oito milhões de mortos por ano: um escândalo mundial**. Rio de janeiro. Bertrand Brasil, 2005.

CARMO, R. OJIMA, A. OJIMA, R. NASCIMENTO, T. **Água virtual, escassez e gestão: o brasil como grande exportador de água**. Ambiente e sociedade, vol. 10, n.2, Campinas-SP, 2007.

CASTILHO, A. **Enfoque sociológico dos conflitos socioambientais e o movimento por justiça ambiental**. Dossiê Cultura & Ambiente, João Pessoa, s/v. n. 21, p. 44-58. Nov.2012. Disponível em: < <http://www.cchla.ufpb.br/caos/>>. Acesso em: dez 2014.

CIBIM, J. CLARO, C. **Desafios de escala territorial na gestão e governança da água**. GEOUSP: espaço e tempo. N. 31. Especial, p 57-65, 2012. Disponível em: <<http://citrus.uspnet.usp.br/geousp/ojs-2.2.4/index.php/geousp/article/viewArticle/593>>, acess: jan, 2015.

EVANGELISTA, F. FILHO, A. OLIVEIRA, A. **A avicultura industrial de corte no nordeste: aspectos econômicos e organizacionais**. In: SOBER-XLVI congresso Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Rio Branco- AC, julho, 2008. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/434.pdf>>, acess: jan, 2015.

FERNANDES, B. **Questão agrária**: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: seminário Lincoln Institute of Land Policy, Harvard University. Abril, 2004.

FERREIRA, A. **Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade**: indagações sobre algumas especificidades brasileiras. In: estudos: sociedade e agricultura. n.18, Abril, 2002.

FOSTER, J. **A ecologia de Marx**: materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: companhia das letras, 34. ed. 2007

FREITAS, M. **A abordagem sócio- histórica como orientadora da pesquisa qualitativa.**In: I Painel Interinstitucional de Investigação Qualitativa – I PIIQ –, UFJF , MG, Cadernos de Pesquisa, n. 116, p.21-39. Julho, 2002.

GEHLEN, V. **Observatório do desenvolvimento:** Monitoramento e Avaliação do Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais na Zona da Mata Sul de Pernambuco (processo 554424/2010-0/cnpq), Maio, 2012.

_____. **Para além dos limites do urbano:** áreas Peri-urbanas e questão ambiental. Cadernos CERU/Centro de Estudos Rurais e Urbanos. São Paulo n. 1, v.21, junho, 2010.

GEHLEN, V. RAIMUNDO, V. **Tecendo a trama do território: terra, trabalho e questão socioambiental.** Ed. Universitária, UFPE, Recife, 2011.

GEHLEN, V. LAINÉ, P. **Costurando com fios invisíveis: a fragmentação do território rural.** Ed. Universitária, UFPE, Recife, 2012.

GLAVÃO, Iapony; BEZERRIL, Kellia. **O povo e seu território:** uma discussão sobre a teoria de FredericRatzel. In: Revista de Geopolítica, Natal - RN, v. 3, nº 2, p. 230 – 238, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.revistageopolitica.com.br/ojs/ojs-2.2.3/index.php/rg/article/viewFile/76/69>>, acess: 10 nov, 2014.

HAESBAERT, R. LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. **Etc, espaço, tempo e crítica**, Rio de Janeiro, vol, , n. 2 p. 39-52, ago.2007. Disponível em: < <http://www.uff.br/etc>>. Acesso em: 14 abr, 2015.

HARVEY, D. **Espaços de esperança.** São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **O enigma do capital e as crises do capitalismo.** São Paulo, Boitempo, 2011.

IAMAMOTO, M. **Serviço social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.

KERGOAT, D. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo.** In: Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

LEAL, V. **Coronelismo, Enxada e Voto.** 3ed. São Paulo:Alfa Ômega, 1976.

LEFEBRE, H. **Du Rural à L’Urban.** Paris: Anthropos, 1970^a.

LEFF, E. **Pensamento sociológico, racionalidade ambiental e transformações do conhecimento.** In: _____. Epistemologia Ambiental. 2. ed. São Paulo : Cortez, 2002. P. 109-157.

MACHADO, C. **Por uma negociação sociotécnica na gestão integrada dos recursos hídricos.** ABRH-Notícias, Porto Alegre, v. 7, p. 20-21, 2002.

MENDONÇA, E. GEHLEN, V. RAIMUNDO, V. **Conflitos socioambientais:** territorialidades em tensão. In: SILVA, T. GEHLEN, V. Conflitos socioambientais em Pernambuco. Ed.Massangana, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2013, p. 220.

- MENDONÇA, E. SANTOS, C. CARVALHO, F. **Saúde ambiental e conflitos socioambientais**: um estudo na charneca-Cabo de Santo Agostinho-PE. In: GEHLEN, V. LAINÉ, P. costurando com fios invisíveis: a fragmentação do território rural. Ed. Universitária, UFPE, Recife: 2012, p. 259-272.
- MENEZES, W. **Propriedade Intelectual**: Das origens agrárias ao capitalismo mundializado. Anais do V Colóquio Marx e Engels, CEMARX/Unicamp, 2007. Disponível: http://www.unicamp.br/ce marx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessao1/Wellington_Menezes.pdf.
- MINAYO, M. **Avaliação por triangulação de métodos**: abordagem de Programas Sociais. Ed. Fiocruz, Rio de Janeiro: 2005.
- NETTO, J. BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2008.
- OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião**: Sudene, Nordeste. Planejamento e Conflitos de Classes. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1977.
- OLIVEIRA, H. **Organização das mulheres e estratégias de sobrevivência no semi-árido**: o caso de caraíbas Arcoverde PE. Dissertação de mestrado em Serviço Social, UFPE, 2001.
- PERICO, R. RIBEIRO, M. **Ruralidade, territorialidade e desenvolvimento sustentável**: visão do território na América Latina e no Caribe. Dos autores, Costa Rica, 1 ed. 2002.
- PEREIRA, C. CAVALCANTI, P. MIRANDA, A. **Políticas públicas ambientais no Brasil**. In: Encontro Nacional de pesquisadores em Serviço Social, São Luiz, 2008. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ABEPSS, 2008. P. 1-8.
- PORTO-GONÇALVES, C. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.
- PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**: Colônia. São Paulo: Brasiliense, 20 ed., 1987.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. Rede Brasileira de Justiça Ambiental. Disponível em: <http://www.justicaambiental.org.br/justicaambiental/pagina.php?id=229>>. Acesso em: 19 de março de 2012;
- RAIMUNDO, V. GEHLEN, V. **O Serviço Social frente à questão socioambiental**. In: GEHLEN, V. RAIMUNDO, V. tecendo a trama do território: terra, trabalho e questão social. Recife. Ed. Universitária. 2011.
- RIBEIRO, E. GALIZONI, F. **Água, população rural e políticas de gestão**: o caso do vale de Jequitinhonha, Minas Gerais. Ambiente & Sociedade - Vol. V - no 2 - Vol. VI - no 1 - jan./jul. 2003.
- ROSSINI, R. **Interligações do rural- urbano e desenvolvimento sustentável**. In: GEHLEN, V. LAINÉ, P. costurando com fios invisíveis: a fragmentação do território rural. Ed. Universitária, UFPE, Recife: 2012, p. 33-45.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo, Hucitec, 4. Ed, 2006.

_____. **O retorno do território.** In: SANTOS, M; SOUZA, M, A; SILVEIRA, M, L. (Orgs). **Território: globalização e fragmentação.** São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. **Por uma outra globalização; do pensamento único à consciência universal.** São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, M. SILVEIRA, M. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** Rio de janeiro. Record, 12 ed. 2008.

SAQUET, Marcos. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SILVA, T. **A dinâmica dos conflitos socioambientais na zona da mata de Pernambuco.** In: CIENTEC · Revista de Ciência, Tecnologia e Humanidades do IFPE - Ano I, Nº 1 · Abril/2009 (p 92-105).

SILVA, M. **Questão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: um desafio ético-político ao serviço social.** São Paulo: Cortez, 2010.

SILVEIRA, K. **Conflitos socioambientais e participação social no complexo industrial portuário de suape, Pernambuco.** Dissertação de mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, UFPE, Recife, 2010.

SILVEIRA, S. **O acesso à água como direito das populações do semi-árido: práticas e discurso da Articulação no Semi-Árido (ASA).** Dissertação de mestrado em Serviço Social, UFPE. Recife, 2009.

THEODORO, S. (Org). **Mediação de conflitos socioambientais.** Rio de janeiro: Garamond, 2005. pp. 23-68.

TRIVINÕS, A. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo, Atlas, 1987

UNESCO. **Água para todos, água para la vida.** Paris, 2003. 36 p.

VEIGA, J. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula.** Campinas – SP: Autores Associados. 2 ed. 2002.

VILLAR, P. **A busca pela governança dos aquíferos transfronteiriços e o caso do aquífero guarani.** Tese de doutorado em ciência ambiental, USP, São Paulo, 2012.

WANDERLEY, M. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade.** Porto Alegre, UFRGS, 1. Ed.2009.

ZHOURI, A. **Justiça ambiental, diversidade cultural e accountability: desafios para a governança ambiental.** RBCS. Vol, 23, n. 68. P 97-194, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v23n68/v23n68a07.pdf>>, acess em: jan, 2015.

Sites visitados:

Disponível em: <http://sit.mda.gov.br>. Acesso em: 02 de novembro de 2012.

Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/observatoriodaseca/garantia-safra.html>, Acesso em: 26 de janeiro, 2015.

Documentos Analisados:

UN-WATER/WWAP. 2006. Water: a shared responsibility; the United Nations world water development report 2, executive summary.

Diagnóstico do Projeto Cadastro de Fonte de Abastecimento por Água Subterrânea – PCFAAS do Ministério de Minas e Energia - MME (2005).

APÊNDICES



Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - PPGSS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o(a) Sr^a para participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada **Gestão dos recursos hídricos (água disponível para qualquer tipo de uso) no território (no município): os conflitos socioambientais (disputa, luta, discussão entre grupos pelos recursos da natureza) de acesso à água no município de São José do Egito, no Sertão do Pajeú**, que está sob a responsabilidade da pesquisadora Fabrícia Gomes de Lucena, mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (Rua Vereador Rubens Gamboa, 350. Ap. 204. Bairro Várzea. CEP: 50980-785. Contatos: (81) 97692849 e email: fabriaciagomes@gmail.com) e está sob orientação da Prof^a Dr^a Vitória Gehlen (Contatos: (81) 96068099 e email: vitoriagehlen@yahoo.com.br).

Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar a fazer parte do estudo, rubricar as folhas e assinar ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. São seus direitos: a garantia de requerer resposta a qualquer pergunta ou dúvida acerca dos procedimentos, riscos e benefícios e outros assuntos relacionados à investigação, antes e durante a pesquisa; a liberdade de retirar seu consentimento, a qualquer momento, e deixar de participar do estudo, sem que isso traga prejuízos a si; a segurança de que não será identificado e que manterá o caráter confidencial das informações relacionadas à sua privacidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA

A proposta de pesquisa pretende analisar os possíveis conflitos socioambientais (disputa, luta, discussão entre grupos pelos recursos da natureza) de acesso à água relacionados ao desenvolvimento da agricultura familiar e à produção da avicultura (criação de aves para a produção de alimentos) no município de São José do Egito-PE,

bem como analisar os instrumentos ou políticas de gestão que previnem os conflitos relacionados aos recursos hídricos (água disponível para consumo, criação de animais e plantações) e também identificar o potencial de conflitos socioambientais entre os diversos setores usuários de água no município, assim como identificar a disponibilidade do recurso natural água em São José do Egito-PE. Para a coleta de dados utilizar-se-á a entrevista do tipo semi-estruturada (parte de algumas perguntas antes formuladas) e as informações serão gravadas em áudio a fim de garantir a veracidade das informações. A duração média da entrevista é de no máximo uma hora, de acordo com as condições do informante, poderá cessar antes do prazo previsto. O instrumento de pesquisa contém entre sete e dez perguntas. Havendo constrangimento por parte do informante e/ou dificuldade ou falta de conhecimento nas perguntas realizadas, o pesquisador (a) passará para a próxima pergunta. Evitando dessa forma qualquer tipo de situação vexatória.

Os benefícios previstos por essa pesquisa estão relacionados à proposição de contribuições acerca do melhoramento ou enfrentamento de conflitos relacionados ao acesso e à disponibilidade hídrica e ao fortalecimento da participação dos segmentos sociais acerca das decisões sobre programas e projetos pela água. Para isso a pesquisadora se compromete a divulgar os resultados alcançados pela pesquisa no âmbito das associações das comunidades, sindicato e secretarias do município e nos meios científicos acadêmicos.

Em relação aos riscos, prevemos que em condições de entrevista individual o/a informante pode apresentar cansaço e/ou irritabilidade com o tipo e/ou quantidade de perguntas que lhe forem direcionadas. Para evitar que isso ocorra à pesquisadora que realizará essa coleta de dados cessará a entrevista, fornecendo a informante seus contatos telefônicos para um posterior agendamento, dando continuidade à entrevista se assim desejarem. A idade do/a informante será considerada, de modo que só serão aceitos adultos a partir de 18 anos.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa através da gravação em áudio ficarão armazenados em computador pessoal, sob a responsabilidade da pesquisadora no endereço acima informado pelo período de 5 anos.

O (a) senhor (a) não pagará nada para participar desta pesquisa. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidos pelos pesquisadores (ressarcimento de despesas). Fica também garantida indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial. Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: (Avenida da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: cepccs@ufpe.br).



(assinatura do pesquisador)

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIA

Eul maria da glória da silva, CPF 123.456.789-00, abaixo assinado, após a leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com a pesquisadora responsável, concordo em participar do estudo **Gestão dos recursos hídricos (água disponível para qualquer tipo de uso) no território: os conflitos socioambientais (disputa, luta, discussão entre grupos pelos recursos da natureza) de acesso à água no município de São José do Egito, no Sertão do Pajeú**, como voluntária. Fui devidamente informada e esclarecida pela pesquisadora sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Local e data _____

Assinatura do(a) participante : _____

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do voluntário em participar.

Nome: <u>Josinda Lopes da Silva</u>	Nome: <u>GUSTAVO HENRIQUE VIEIRA CASTELO BRANCO</u>
Assinatura: <u>[Signature]</u>	Assinatura: <u>Gustavo H.C. Branco</u>



Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - PPGSS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o(a) Sr^a para participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada **Gestão dos recursos hídricos (água disponível para qualquer tipo de uso) no território (no município): os conflitos socioambientais (disputa, luta, discussão entre grupos pelos recursos da natureza) de acesso à água no município de São José do Egito, no Sertão do Pajeú**, que está sob a responsabilidade da pesquisadora Fabrícia Gomes de Lucena, mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (Rua Vereador Rubens Gamboa, 350. Ap. 204. Bairro Várzea. CEP: 50980-785. Contatos: (81) 97692849 e email: fabriciagomes@gmail.com) e está sob orientação da Prof^a Dr^a Vitória Gehlen (Contatos: (81) 96068099 e email: vitoriagehlen@yahoo.com.br).

Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar a fazer parte do estudo, rubrique as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. São seus direitos: a garantia de requerer resposta a qualquer pergunta ou dúvida acerca dos procedimentos, riscos e benefícios e outros assuntos relacionados à investigação, antes e durante a pesquisa; a liberdade de retirar seu consentimento, a qualquer momento, e deixar de participar do estudo, sem que isso traga prejuízos a si; a segurança de que não será identificado e que manterá o caráter confidencial das informações relacionadas à sua privacidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA

A proposta de pesquisa pretende analisar os possíveis conflitos socioambientais (disputa, luta, discussão entre grupos pelos recursos da natureza) de acesso à água relacionados ao desenvolvimento da agricultura familiar e à produção da avicultura (criação de aves para a produção de alimentos) no município de São José do Egito-PE,

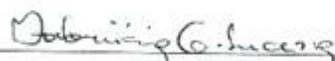
bem como analisar os instrumentos ou políticas de gestão que previnem os conflitos relacionados aos recursos hídricos (água disponível para consumo, criação de animais e plantações) e também identificar o potencial de conflitos socioambientais entre os diversos setores usuários de água no município, assim como identificar a disponibilidade do recurso natural água em São José do Egito-PE. Para a coleta de dados utilizar-se-á a entrevista do tipo semi-estruturada (parte de algumas perguntas antes formuladas) e as informações serão gravadas em áudio a fim de garantir a veracidade das informações. A duração média da entrevista é de no máximo uma hora, de acordo com as condições do informante, poderá cessar antes do prazo previsto. O instrumento de pesquisa contém entre sete e dez perguntas. Havendo constrangimento por parte do informante e/ou dificuldade ou falta de conhecimento nas perguntas realizadas, o pesquisador (a) passará para a próxima pergunta. Evitando dessa forma qualquer tipo de situação vexatória.

Os benefícios previstos por essa pesquisa estão relacionados à proposição de contribuições acerca do melhoramento ou enfrentamento de conflitos relacionados ao acesso e à disponibilidade hídrica e ao fortalecimento da participação dos segmentos sociais acerca das decisões sobre programas e projetos pela água. Para isso a pesquisadora se compromete a divulgar os resultados alcançados pela pesquisa no âmbito das associações das comunidades, sindicato e secretarias do município e nos meios científicos acadêmicos.

Em relação aos riscos, prevemos que em condições de entrevista individual o/a informante pode apresentar cansaço e/ou irritabilidade com o tipo e/ou quantidade de perguntas que lhe forem direcionadas. Para evitar que isso ocorra à pesquisadora que realizará essa coleta de dados cessará a entrevista, fornecendo a informante seus contatos telefônicos para um posterior agendamento, dando continuidade à entrevista se assim desejarem. A idade do/a informante será considerada, de modo que só serão aceitos adultos a partir de 18 anos.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa através da gravação em áudio ficarão armazenados em computador pessoal, sob a responsabilidade da pesquisadora no endereço acima informado pelo período de 5 anos.

O (a) senhor (a) não pagará nada para participar desta pesquisa. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidos pelos pesquisadores (ressarcimento de despesas). Fica também garantida indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial. Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: (Avenida da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: cepecs@ufpe.br).



(assinatura do pesquisador)

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIA

Eu, _____, CPF _____, abaixo assinado, após a leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com a pesquisadora responsável, concordo em participar do estudo **Gestão dos recursos hídricos (água disponível para qualquer tipo de uso) no território: os conflitos socioambientais (disputa, luta, discussão entre grupos pelos recursos da natureza) de acesso à água no município de São José do Egito, no Sertão do Pajeú**, como voluntária. Fui devidamente informada e esclarecida pela pesquisadora sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Local e data _____

Assinatura do(a) participante : _____

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do voluntário em participar.

Nome: <i>Antonio Domingo</i>	Nome: <i>ELEIO CESAR P. SILVA</i>
Assinatura: <i>[Signature]</i>	Assinatura: <i>[Signature]</i>